UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Sociologia, Filosofia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dissertação

Israel Mawete Ngola Manuel

A política da ponte como ponte para a política:
o papel do FAMA na promoção da cultura política e o engajamento cívico no bairro Malweka (Luanda/Angola)

Pelotas
2023

Israel Mawete Ngola Manuel

A política da ponte como ponte para a política:
o papel do FAMA na promoção da cultura política e o engajamento cívico no bairro Malweka (Luanda/Angola)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.
Linha de pesquisa: Instituições e Processos Políticos

Orientadora: Prof.ª Drª Etiene Villela Marroni

Pelotas
2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação na Publicação

M294p Manuel, Israel Mawete Ngola

A política da ponte como ponte para a política : o papel do fama na promoção da cultura política e o engajamento cívico no bairro Malweka (Luanda/Angola) / Israel Mawete Ngola Manuel ; Etiene Villela Marroni, orientadora. — Pelotas, 2023.

156 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Inefetividade normativa. 2. Democracia e participação política. 3. Cultura política e engajamento cívico. 4. Ponte do Malweka. 5. Fama. I. Marroni, Etiene Villela, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Israel Mawete Ngola Manuel

A política da ponte como ponte para a política:

o papel do FAMA na promoção da cultura política e o engajamento cívico no bairro Malweka (Luanda/Angola)

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 29/09/2023.

Banca examinadora:

_____

Prof.ª Drª. Etiene Villela Marroni (Orientadora).

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

_____

Prof. Dr. Bruno Mello Souza (Examinador).

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

(UFRGS)

_____

Prof.ª Drª. Silvana Schimanski (Examinadora).

Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UNB.

A

Kamba Miguel (meu pai).

In memory

Agradecimentos

Gratidão a Deus pela vida, saúde e a disposição que me concede e concedeu-me para terminar mais um ciclo formativo. Em seguida, agradeço a minha orientadora Profª. Drª. Etiene Villela Marroni por aceitar embarcar comigo nesta aventura. Mais do que uma orientadora, ela se tornou uma companheira de trincheira e amiga para vida. O meu muito obrigado por cada palavra e observações minuciosas.

Extensivos agradecimentos à Prof.ª Drª. Silvana Schimanski pelas ricas contribuições como membro da banca desde o processo da qualificação. O mesmo digo ao Prof. Dr. Bruno Mello Souza destacando, o seu apoio com a literatura utilizada na fundamentação teórico desta dissertação.

Agradeço também, os companheiros do FAMA pelo excelente trabalho que realizam a nível do nosso bairro e pela confiança depositado em mim na realizar desta pesquisa.

Outros meus agradecimentos, vão para o meu padrinho professor Doutor Pedro Moniz Sebastião pelo apoio incondicional nas minhas aventuras acadêmicas. Estendo as minhas sinceras gratidão para os pastores Feliciano Ndamba Kiabaka, Daniel Makuiza e pastor Renivaldo Brito.

Quero agradecer também a minha filha Musoni Lima Mawete, por me compreender pelas ausências por conta da formação e trabalho.

Gratidão a minha turma do mestrado em nome de José Manuel Mussunda da Silva, um colega que se tornou um irmão na vida.

Estendo os meus agradecimentos a minha família em nome da minha mãe Ngongi Ngola e do meu pai Kamba Miguel (*in memory*).

Agradeço imensamente, o meu amigo Domingos Chicanha Fonseca pelo apoio proporcionado, sobretudo, quando não tinha lugar/casa para morar durante curso de mestrado. O apoio dele permitiu-me permanecer no programa até ao fim.

Finalmente, gostaria de agradecer a minha companheira Malena Santos Pereira, pelo amor, afeto e por cada troca realizada na academia e na vida.

Resumo

A política da ponte, como ponte para a política, parte do entendimento de que os jovens no bairro de Malweka na província/estado de Luanda em Angola possuem o sentimento de abandono pelo governo local, considerando, para este estudo, a não manutenção da ponte degradada que se configura como a única via de acesso ao bairro. Dito isso, este estudo investiga a atuação do FAMA na promoção da cultura política participativa e do engajamento cívico para os jovens no bairro do Malweka, no que diz respeito à participação política. Neste sentido, buscou-se compreender: como a deterioração da ponte, transforma-se na ponte para a política, sob o prisma da juventude angolana? Para fins de delimitação da pesquisa, pretende-se apontar até que ponto a participação na vida política é importante para os associados do FAMA, propugnando a mudança e transformação sociopolítica local. O caso da Ponte é apresentado como objeto desta pesquisa, visto que é através dela que as Forças Ativas do Malweka (FAMA) surgem como um movimento e/ou uma organização da sociedade civil. Para a consolidação do campo teórico desta pesquisa, tomou-se como referencial teórico-conceitual, a abordagem sobre a cultura política e o engajamento cívico na perspectiva de autores como: Rennó (2003); Putnam (2006); Baquero (2008); Castro (2008); Almond e Verba (1989) entre outros. Para o caminho do estudo, propugnou-se pela pesquisa qualitativa, considerando o debate tecido na área das Ciências Sociais, privilegiando o campo de estudos da Ciência Política. Para tanto, a abordagem a ser adotada para análise e interpretação de dados, é o estudo de caso. Tendo como fontes primárias as entrevistas e as redes sociais digitais do FAMA. O texto termina apontando que: a política da ponte muito mais do que uma questão de resolução ou de edificação da ponte degradada, apresentou-se como uma proposta plural, que contribui para despertar a consciência política dos jovens do Malweka para construção de uma nova cultura política e, ao mesmo tempo permitiu a partir dessa busca para a requalificação da mesma, o FAMA conseguiu acionar outras demandas sociais e políticas para o bairro do Malweka.

Palavras-Chave: Inefetividade Normativa; Democracia e Participação Política; Cultura Política e Engajamento Cívico; Ponte do Malweka; FAMA.

Abstract

The politics of the bridge, as a bridge to politics, is based on the understanding that young people in the Malweka neighborhood in the province/state of Luanda in Angola feel abandoned by the local government, considering, for this study, the non-maintenance of the dilapidated bridge that is the only access route to the neighborhood. That said, this study investigates FAMA's role in promoting a participatory political culture and civic engagement for young people in the Malweka neighborhood, in terms of political participation. In this sense, we sought to understand: how does the deterioration of the bridge become a bridge to politics, from the point of view of Angolan youth? In order to delimit the research, the aim is to point out the extent to which participation in political life is important for FAMA members, advocating local socio-political change and transformation. The case of Ponte is presented as the object of this research, since it is through Ponte that Forças Ativas do Malweka (FAMA) emerged as a civil society movement and/or organization. In order to consolidate the theoretical field of this research, we used as a theoretical-conceptual reference the approach to political culture and civic engagement from the perspective of authors such as: Rennó (2003); Putnam (2006); Baquero (2008); Castro (2008); Almond and Verba (1989), among others. For this study, we opted for qualitative research, taking into account the debate in the social sciences, focusing on the field of political science. To this end, the approach adopted for data analysis and interpretation is the case study. The primary sources were interviews and FAMA's digital social networks. The text concludes by pointing out that: the politics of the bridge, much more than a question of resolving or building the dilapidated bridge, has presented itself as a plural proposal, which contributes to awakening the political awareness of the young people of Malweka to build a new political culture and, at the same time, has allowed FAMA to trigger other social and political demands for the Malweka neighborhood.

Keywords: Normative Ineffectiveness; Democracy and Political Participation; Political Culture and Civic Engagement; Malweka Bridge; FAMA.

Lista de Figuras

Figura 1 Linha do tempo da República de Angola na sua formação como Estado-Nação 23
Figura 2 Mapa de tipologias de assentamento e fronteiras comunais da província/estado de Luanda 28
Figura 3 A primeira Ponte de concreto 30
Figura 4 A segunda Ponte metálica 31
Figura 5 O estado atual da Ponte do Malweka 32
Figura 6 A história da Revolução na contemporaneidade angolana 84
Figura 7 Projeto Agir e Forças Ativas do Malweka juntos pela Cidadania 90
Figura 8 Reunião colegial do MJpA com a participação do FAMA 92
Figura 9 Marcha Nacional contra o Desemprego 95
Figura 10 Promessa não cumprida de 500.000 empregos para os jovens 96

Lista de Quadros

Quadro 1 O Perfil dos entrevistados.....61

Quadro 2 Questionário.....62

Quadro 3 Bases do conceito de ativismo conforme Abers (2021)..... 85

Quadro 4 Ações do FAMA na disseminação da cultura política e engajamento cívico.....112

Lista de Abreviaturas e Siglas

CNE	Comissão Nacional Eleitoral
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
CRA	Constituição da República de Angola
DH	Direitos Humanos
FAMA	Forças Ativas do Malweka (em Angola)
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IQD	Índice da Qualidade da Democracia
JÁ	Jornal de Angola
MINJUD	Ministério da Juventude e Desporto
MJpA	Movimento Jovens pelas Autarquias
MNA	Movimento Nacional para Autarquias
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OQD	Observatório da Qualidade da Democracia
PA	Angola Primeiro
PAJ	Programa Angola Jovem
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PN	Polícia Nacional
PPGCPol	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas
SCO	Sociedade Civil Organizada
UA	União Africana
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

Introdução 14

1 Estabelecendo a ponte para o debate teórico-conceitual em torno da cultura política e engajamento cívico a partir do Malweka 20

1.1 “Malweka é nosso” – aspectos peculiares na geopolítica e sociopolítica de Luanda em Angola 20

1.2 Democracia e participação política – da teoria à prática 33

1.3 Cultura Política 38

1.4 Engajamento cívico 44

2 Articulando pontes para a tecitura e feitura do desenho da pesquisa 51

2.1 A abordagem qualitativa como a escolha argumentativa..... 52

2.2 As redes sociais digitais como ponte para a realização da pesquisa de campo 54

2.3 A entrevista como ponte entre pesquisador e os interlocutores: o uso de entrevista aberta ou em profundidade 55

2.4 Estudo de caso como abordagem interpretativa e analítica 57

2.5 Tecendo ponte entre o reconte temático-temporal e as fases da pesquisa 58

3 FAMA: da ponte para a política – cultura política e engajamento cívico em ação 64

3.1 Jovens, cultura política e engajamento cívico em Angola 67

3.2 A máxima “xé menino não fala política”: e quem pode falar de política?..... 71

3.3 Alternativas e vias de acesso à política de jovens angolanos na atualidade..... 77

3.3.1 Associações 79

3.3.2 Ativismos 82

3.3.3 Protestos 86

3.3.4 O associativismo entre os jovens luandenses 88

3.3.5 “A polícia é do povo, não é do MPLA”: manifestações e repreensões policiais em Luanda 94

3. 4 Unidos pela ponte: os desafios e dinâmicas de enfrentamentos para a construção de uma nova cultura política e cívica no Malweka 99

3.4.1 FAMA: “liberdade, voz e resistência”..... 103

3. 5 A Ponte e a luta constante do FAMA pela cultura política 108

4. Considerações Finais: a “ponte” para constituição de uma nova cultura política no Malweka.....120

Referências 126

Anexos 133

Introdução

A política da ponte, como ponte para a política, parte do entendimento de que os jovens[1] no bairro de Malweka na província/estado de Luanda em Angola possuem o sentimento de abandono pelo governo local, considerando, para este estudo, a não manutenção da ponte degradada que se configura como a única via de acesso ao bairro. O Malweka sofre com inúmeros problemas sociais e econômicos, como a falta de infraestrutura pública (não há escolas públicas, espaço de lazer, hospitais ou unidades hospitalares, saneamento básico; ainda há constante falta de água potável, problemas de circulação de bens/pessoas e comércio debilitado)[2].

O caso da Ponte será o objeto desta pesquisa, visto que é através dela que as Forças Ativas do Malweka (FAMA) surgem como um movimento e/ou uma organização da sociedade civil[3]. A ponte representa um importante meio de mobilidade humana e autonomia no processo de circulação de pessoas e bens. Com a estrutura da mesma degradada, o direito de ir e vir da sociedade civil torna-se violentado. O "direito de ir e vir" é destacado na Constituição da República de Angola (CRA), no artigo 46º, como sendo o exercício de liberdade, isto é, a capacidade pelo qual os cidadãos têm de se movimentar e permanecer em qualquer parte do território angolano. O contexto da ponte, tal como apresentado, retira dos moradores o poder e o direito de estar em qualquer lugar de Angola. A partir disso, os jovens do Malweka em particular, perceberam a importância e a necessidade de fazer parte da vida política.

O presente estudo parte da necessidade de investigar a atuação do FAMA na promoção da cultura política e do engajamento cívico para os jovens no bairro do Malweka, no que diz respeito à participação política. Neste sentido, buscar-se-á compreender: como a deterioração da ponte, transforma-se na ponte para a política,

---

[1] De agora em diante, utilizar-se-á a forma masculina para evitar sobrecarregar o texto.

[2] Até então, não existe pesquisa acadêmica que apresenta informações precisas sobre o Malweka e a sua depreciação pelo governo na elaboração de políticas públicas. Entretanto, existem algumas matérias jornalística que tentam expor essa situação. Cf.: https://radioangola.org/chuvas-decretam-tolerancia-de-ponto-na-cidade-de-luanda/.
https://radioangola.org/chuvas-decretam-tolerancia-de-ponto-na-cidade-de-luanda/.
https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/vala-da-polvora-preocupa-moradores-do-malkewa-42447.html.

[3] Conteúdo referente à fundação da FAMA como associação resulta de diálogos intermináveis com o coordenador geral da mesma. Este debate será retomado no capítulo 1 deste texto.

sob o prisma da juventude angolana. Para fins de delimitação da pesquisa, pretende-se apontar até que ponto a participação na vida política é importante para os associados do FAMA, propugnando a mudança e transformação sociopolítica local. O FAMA é uma associação sem fins lucrativos de caráter cívico que atua principalmente no ativismo político, impulsionando a participação política na região. Para isso, serão descritas as dinâmicas da associação no engajamento político no bairro Malweka e seus impactos na promoção de valores cívicos e da cultura política para os cidadãos do bairro.

A primeira ponte era de concreto e não durou muito tempo, pois foi derrubada pela pressão das correntezas das águas das chuvas. Entretanto, ela foi substituída por outra de metal que também apresenta problemas para a comunidade, isto é, os automóveis não transitam nela. Além disso, coloca em risco a vida e a saúde pública dos populares. Se por um lado observa-se ausência de compromisso político do governo local, por outro há inexistência de infraestruturas públicas, fatores que elevam a criminalidade no bairro. E é neste contexto que o FAMA surge.

Dentro desse contexto, ressalta-se a deficiência de uma cultura política que agregue os valores coletivos da política participativa. Percebe-se isso a partir do momento que se observa a falta de um governo local no Malweka que dialogue diretamente com a população na busca de soluções coletivas para os problemas coletivos. Nesse sentido, pretende-se resgatar conceitos da cultura política que busquem explicar como engajar o cívico na busca de melhorias para suas localidades de origem, propugnando por mais inclusão e participação social: um movimento que o FAMA vem fazendo desde 2018. Assim, nesta perspectiva é o mínimo que se espera para qualquer Estado circunscrito no regime democrático (PUTNAM, 2006).

As várias formações de violências, sobretudo de Direitos Humanos (DH), são apresentadas na obra de Telo (2012; 2023), como naturalizados pelos governos angolanos ao longo dos períodos de 1975, 1991 e 1992. Na mesma perspectiva, António (2013), constata que na primeira república[4], os pressupostos que caracterizam os princípios democráticos, como liberdade de expressão ou de agremiações são ignorados. A partir desse pressuposto, entende-se que o projeto nacional angolano apresenta muitas lacunas na sua formação como Estado-Nação,

[4] Esta classificação de António, será retomada no capítulo 3.

haja vista as insuficiências e/ou a falta de vontade dos governantes na materialização dos direitos fundamentais (expressão, manifestação, empregabilidade, educação, alimentação, habitação etc.) como prescrito na CRA (ANTONIO, 2013; JOÃO, 2020).

Por um lado, a cultura do silenciamento, por outro o medo e a proibição de falar sobre assuntos políticos no país, configuram-se como a prova de existência de uma democracia fracassada (JOÃO, 2020), ou uma ditadura incubada na democracia. Como consequência, os indícios empíricos apontam que iniciativas com pretensões de: promoção de cultura política e engajamento cívico, são frustradas, sistemicamente, pelas instituições políticas.

A proposta justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de quase não existirem trabalhos acadêmicos que tratem do tema de cultura política e engajamento cívico no contexto angolano. Outrossim, os achados desta investigação, são relevantes à medida que contribuem diretamente para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). No seu decimo sexto objetivos, considerando os itens 16.6 e 16.7, ambos apelam pela democratização das instituições públicas e o engajamento de todos no processo de tomadas de decisões.

A pesquisa revela-se pioneira visto que, até agora, não existem estudos acadêmicos abordando o grupo FAMA e sua relação com o bairro Malweka, local de engajamento cívico de jovens que contribuem para a cultura política do Estado Angolano. Por fim, trata-se de uma proposta inovadora nos estudos sobre cultura política e engajamento cívico no Brasil visando a realidade africana no geral, e, em particular angolana.

O campo político oferece um panorama geral para se observar as diferentes realidades de uma determinada sociedade, ou seja, as realidades sociais, econômicas e culturais dependentes da realidade política para sua efetivação no imaginário simbólico da sociedade. O campo político orienta, estrategicamente, outros campos através de políticas pré-definidas, que atendem demandas de outros seguimentos sociais. Faz-se necessário que as pessoas tenham certo grau de cultura política, visto ser importante destacar que o nível do letramento político determina a maneira como as pessoas participam na política (BOURDIEU, 1989; 2011).

Observa-se que há poucas (ou quase nenhuma) iniciativas institucionais no país que instiguem os populares de participar na vida pública na prática. Dentre as poucas, tem-se o Programa Angola Jovem (PAJ) do Ministério da Juventude e Desporto (MINJUD) e Conselho Nacional de Juventude (CNJ). Este último, de cunho cívico, atua como continuidade das operações do partido/Estado. Essa afirmação é recorrente no seio de outras organizações (no caso da FAMA) que realizam as marchas cívicas, protestam contra o desgoverno do partido no poder. Se de um lado os valores democráticos imanentes na Constituição angolana não são evidenciados na prática, por outro, faz-se necessário que, através de uma pesquisa acadêmica, se estude a fundo os pressupostos que interferem e limitam a efetivação da democracia na prática (PUTNAM, 2006; ANTÓNIO, 2013).

O desenvolvimento da cultura política e engajamento cívico proporcionam o reconhecimento de parâmetros fundamentais, de modo que sejam atendidos os processos necessários para o exercício democrático consciente e capaz de gerar transformação social. Assim sendo, em um contexto de perdas de valores democráticos e consequentemente a violação dos direitos fundamentais, em um país onde os cidadãos têm pouco engajamento político, a tomada de consciência poderá viabilizar a diminuição de contextos políticos acirrados e violentos (PUTNAM, 2006).

Um exemplo foram as eleições gerais de Angola em 2022 através de certas ações dos cidadãos e da Sociedade Civil Organizada (SCO), como foi o caso da conscientização do “voto útil”, para impossibilitar a eleição de políticos indesejáveis, ou seja, a reeleição do partido que governa o país desde 1975. Essa consciência permitiu que após o último pleito eleitoral de 2022, muito embora o maior partido da oposição (UNITA) não tenha vencido, ocorresse o aumento de cadeiras da oposição no parlamento/congresso angolano, constituído por 220 deputados, na qual a UNITA obteve 90 cadeiras, correspondendo a 43,95% votos (CNE, 2022), resultado que difere muito do penúltimo pleito eleitoral realizado em 2017 (CNE, 2017), onde obteve 26,68% dos votos. Num momento em que o mundo vive uma crise nas democracias, a compreensão dos arranjos políticos torna-se fundamental. Para isso, tal compreensão não surge do acaso, todavia requer um trabalho tanto científico como social, levado a cabo um despertar do espírito crítico de participação política como dispositivo da manutenção do sistema democrático (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; CASTELLS, 2018).

Considerando que a vida cívica pode ser exercida através da participação e da compreensão que uma pessoa ou um grupo letrado politicamente possui sobre a realidade política e/ou social de um determinado país, questiona-se: como a deterioração da ponte, transforma-se na ponte para a política, sob o prisma da juventude angolana?

Na tentativa de responder esta questão, em um contexto de várias inconstitucionalidades nas quais a sociedade civil é constantemente violentada no exercício de seus direitos consagrados pela Constituição (direito de manifestação e liberdade de reunião, por exemplo), a cultura política e o engajamento cívico tornam-se fundamentais no despertar da consciência dos cidadãos. A cultura política e o engajamento cívico se configuram como importante fator para efetivação da democracia plena, entendendo-se necessário que os jovens sejam instruídos, a partir do viés participativo, de buscar o direito de serem ouvidos nas questões do Estado, como prescrito na Carta Magna de Angola. A compreensão dos dois conceitos (cultura política e engajamento cívico) pode ser entendido como o primeiro passo para a internalização na vida pública do país. Dito isso, o FAMA vem sendo a principal agente da disseminação de valores democráticos através da cultura política e engajamento cívico local.

A dissertação encontra-se fundamentada pela teoria da cultura política e engajamento cívico. Para a consolidação do campo teórico desta pesquisa, tomou-se como referencial teórico-conceitual, a abordagem sobre a cultura política e o engajamento cívico na perspectiva de autores como Rennó (2003); Putnam (2006); Baquero (2008); Castro (2008) entre outros.

Para o caminho do estudo, propugnou-se pela pesquisa qualitativa (LAKATOS; MARCONI, 2003; CRESWELL, 2007), considerando o debate tecido na área das Ciências Sociais, privilegiando o campo de estudos da Ciência Política. Para tanto, a abordagem a ser adotada para análise e interpretação de dados, é o estudo de caso. Tendo como fontes primárias as entrevistas e as redes sociais digitais do FAMA. A organização do texto está constituída da seguinte maneira: primeiramente, fez-se um contato prévio com membros do FAMA, isto foi, em novembro de 2022 durante a elaboração do projeto pesquisa para qualificação, no qual, foi preciso acionar a pesquisa exploratória como método através da observação participante.

Nesta primeira parte da pesquisa, considerando que já se tinha uma boa parte da literatura para o embasamento teórico, foi aplicado também um questionário por meio do formulário Google. O questionário contou com cinco perguntas abertas, que permitiu coletar informações relevantes sobre a criação do FAMA. Em seguida, buscou-se sistematizar os dados pertinentes do campo teórico da pesquisa, fazendo-se a análise e interpretação dos mesmos.

A dissertação conta com três capítulos, sem fazer referência à introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo, se estabelece a ponte para o debate teórico-conceitual em torno da cultura política e engajamento cívico a partir do Malweka. Salienta-se que neste capítulo, foi travado um diálogo com vários autores em torno dos conceitos da cultura política e engajamento cívico dentro da Ciência Política, bem como seções que tratam do Malweka e de democracia participativa na prática. O segundo capítulo apresenta a ponte para possível arranjo metodológico. É neste capítulo que consiste no desenho da pesquisa, assim como a abordagem de análise e interpretativa deste texto.

O terceiro e o último capítulo, aborda sobre o grupo FAMA: a ponte para a política – cultura política e engajamento cívico em ação. Aponta-se o caminho pelo qual muitos jovens angolanos, na atualidade, trilham para exercer a vida política de forma ativa e, em muitos casos, sem respaldo institucional. Justifica-se esta questão quando a juventude atua coletivamente e sem vínculo com o aparelho do Estado ou partidário. Neste sentido, o associativismo e protestos são apresentados como: principais meios de acesso. No mais, apresenta-se um debate em torno do que seria a união entre os jovens do FAMA. Desta forma, relatam-se os desafios e dinâmicas de enfrentamentos para a construção de uma nova cultura política e cívica no bairro Malweka, em Luanda, Angola.

1. Estabelecendo a ponte para o debate teórico-conceitual em torno da cultura política e engajamento cívico a partir do bairro Malweka (Luanda)

Neste capítulo o intuito é fazer uma breve contextualização do bairro Malweka em Luanda (capital angolana), campo da atuação do FAMA. Apresentar-se-á uma seção sintetizando o debate democrático, bem como a ideia de participação política de modo geral, com um olhar no contexto angolano em especial atenção no bairro Malweka. Importa salientar que, é aqui onde se faz a discussão teórica sobre cultura política e engajamento cívico.

1.1 "Malweka é nosso" – aspectos peculiares na geopolítica e sociopolítica de Luanda em Angola

Um bairro constitui-se em uma unidade mínima do contexto a ser estudado, a partir da estrutura do município de Luanda, Angola. Pretende-se entender o que representa o bairro Malweka e seu contexto socio-histórico-político, a partir do entendimento da queda de uma infraestrutura mínima, a ponte do Malweka, representativa de um direito fundamental no contexto democrático: o direito de ir e vir.

Antes da chegada dos portugueses, em 1482, o território de Angola era composto por vários Reinos e Impérios, tais como: Reino/Império do Kôngo, Reino do Ndongo, do Bailundu, entre outros (NATIONS UNIES, 2011; JOVITA, 2017). Com a invasão colonial, os limites territoriais autóctones entre os Reinos foram alterados, resultando na divisão dos povos destes territórios a partir da colonização efetiva da África, determinada na Conferência de Berlim de 1884 a 1885, que dividiu o continente africano entre as potências europeias. O Reino/Império do Kôngo conhecera uma ruptura do seu povo em quatro Estados-Nação (Angola, Congo, Gabão e República Democrática do Congo), muito embora estudos recentes apontem a presença dos Bakongo[5], em outras partes da África Central tais como: Guiné Equatorial, República de São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial entre outros países (NGANGA; MBINDA-NZAOU, 2020).

A vida sociopolítica destes povos não começou com a chegada dos europeus, muito pelo contrário. No caso particular do Reino do Kôngo estima-se que havia uma

[5] Designação no plural para se referir as pessoas ou ao povo que pertence ao grupo social Kôngo, sendo o seu singular seria Mukongo. Neste sentido, o "BA" marca o plural e "MU" singular.

estrutura política e administrativa “semelhante” à da Europa do século XV (BATSÎKAMA; BATSÎKAMA, 2011). Na segunda metade do século XX, precisamente depois da Segunda Guerra Mundial (CÉSAIRE, 2017), as aspirações independentistas passaram a ser uma tendência no continente africano. Para isso, dois principais movimentos influenciaram as independências africanas – o Pan-africanismo e a Negritude – que entre 1950 e 1960, lutavam pela independência de seus colonizadores europeus. Dentro desse contexto, os países colonizados por Portugal, conheceram suas independências a partir de 1973, como Guiné-Bissau e, na sequência, Angola em 1975.

A independência de Angola é resultado de várias lutas de movimentos sociais anticoloniais, dentre as quais, pode-se evidenciar a luta armada de 1961, liderada por três movimentos sócio-políticos que se destacaram e foram reconhecidos internacionalmente. Esses movimentos, quando da independência de Angola, formaram o governo de transição, conforme o Acordo de Alvora, de janeiro de 1975, que reconhecia a descolonização de Angola e, por sua vez, a Proclamação da Independência. Neste sentido, o governo português reconhecia como representantes legítimos do povo os três movimentos: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (CAMPBELL, 1976; MARQUES, 2013; JOVITA, 2017).

> Para além dos prolongados períodos de guerra, outras particularidades marcam a história política de Angola. Sua luta pela independência contou com a participação de vários movimentos de libertação, que lutavam contra as tropas portuguesas, mas também entre eles. Os de maior longevidade, recrutamento e capacidade de combate foram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esses três movimentos, após 25 de Abril de 1974, negociavam o cessar-fogo com os militares portugueses e a formação de um governo de transição que dura pouco tempo. No correr do primeiro semestre de 1975, o conflito armado envolvendo as três principais forças políticas angolanas toma a capital, Luanda. A data da independência, 11 de novembro de 1975, agendada anteriormente, é respeitada pelos militares portugueses, que oficialmente transferem a soberania do território ao povo do novo país (BITTENCOURT, 2016, p.171).

Conforme o Jornal de Angola (2019), a disfunção do governo de transição fez com que surgisse um desentendimento entre os movimentos durante o processo de governo de transição, mergulhando o jovem país na luta armada, sendo que, em novembro de 1975, cada movimento proclamou a independência de Angola na sua

zona de influência. O MPLA proclamou em Luanda, capital do país, FNLA na zona Norte e a UNITA, no centro sul do país. A comunidade internacional reconheceu, apenas, a independência proclamada pelo MPLA como legitima.

O governo de MPLA implementou o regime monopartidário no país no qual, no art. 2º da Lei Constitucional, constituiu-se como legitimo representante do povo angolano:

> [...] toda soberania reside no povo angolano. Ao MPLA, seu legitimo representante, constituída por uma larga frente em que se integram todas as forças patrióticas empenhadas na luta anti-imperialista, cabe a direção política, econômica e social da Nação (ANGOLA, 1975, p. 5).

Apesar do art. 1º expressar que Angola é um país livre, o texto citado mostra uma ambiguidade, colocando em dúvida o Estado democrático, visto que, se a República de Angola é democrática, o MPLA não pode ser o legítimo representante do povo, uma vez que se espera no mínimo que democracias tenham as eleições periódicas (PATEMAN, 1992; DAHL, 1997; PUTNAM, 2006; ANTÓNIO, 2011), como forma eleger seus representantes. No caso de Angola, significa que um dia, o MPLA deixará de ser o suposto único representante legítimo do povo.

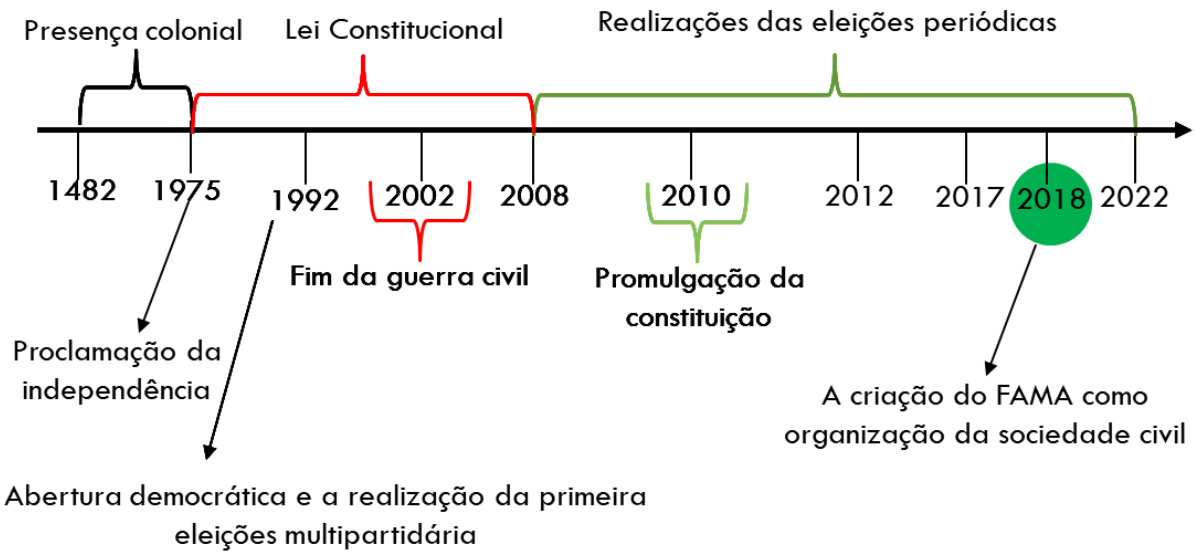
Com a Lei Constitucional de 1991, o país abriu-se ao multipartidarismo, contando com as primeiras eleições gerais em 1992[6]. A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) divulgou os resultados com a vitória do MPLA, porém, a UNITA não reconheceu os resultados, fato que reacendeu uma guerra que durou por 10 anos, ou seja, teve o seu fim em 2002, com a morte do então líder da UNITA, Jonas Malheiros Savimbi (BITTENCOURT, 2016).

Entende-se que a República de Angola, desde os primórdios da sua fundação, apresentou um conjunto de problemas que estão atrelados às questões sociais, políticas e econômicas[7]. Tais conflitos foram fomentando uma série de interdições do cidadão comum em fazer parte dos assuntos políticos do país. Por um lado, estão o MPLA e a UNITA, que se acusam, mutuamente, do fomento a guerra. Por outro lado, encontram-se àqueles que se posicionam em favor desses partidos, vistos como traidores, ou seja, os militantes e simpatizantes dos dois partidos vivem em um

[6] Será retomado mais adiante este debate.
[7] A guerra continuada de 1975 a 2002 evidencia o conjunto de problemas de base estrutural socioeconômico e político do país. Como se sabe, onde há guerra as instabilidades se dão em todas as formas (Cf. TELO, 2012; 2023).

ambiente de hostilidade[8]. Para melhor compreensão, apresenta-se a linha de tempo da formação da República de Angola (Figura 1).

Figura 1 Linha do tempo da República de Angola na sua formação como Estado-Nação



Fonte: elaborado pelo autor a partir da literatura consultada para a pesquisa.

Na Figura 1 apresenta-se, resumidamente, o processo de construção da nação angolana desde o período colonial até as últimas eleições gerais de 2022. Dessa forma, importa destacar que, no ano de 2018, não teve a realização de eleições. Todavia, é um contexto bem específico. Trata da data do surgimento do FAMA. Este ano aparece na figura por dois motivos: 1) na qualidade de objeto da pesquisa e, 2) por ser o FAMA uma organização que tem como aspiração a construção da sociedade com bases democráticas.

Diferentemente de outras datas que aparecem na linha de tempo de caráter nacional, o ano de 2018, circunscreve-se como sendo a data que remete a uma manifestação local (ressalta-se a possibilidade de, após a publicação deste trabalho, seja conhecida nacionalmente como outras datas). Neste sentido, pode-se

[8] É importante destacar que a FNLA pós a independência vivia uma estabilidade interna em termos de organização militar, desta feita, ao longo da literatura que debruça sobre o conflito armado angolano de 1992 a 2002, o destaque tem sido MPLA e a UNITA. Outrossim, durante o governo de transição, aponta-se indícios de acordo secreto preconizado entre MPLA e UNITA com o intuito de excluir a FNLA (Cf. JORNAL DE ANGOLA, 2019).

compreender, com mais facilidade, o significado histórico atribuído neste estudo. Ressalta-se que as cores, representadas na figura, referem-se ao panafricanismo[9], (preta – nosso povo, vermelha – nosso sangue e verde – nossa terra). Para o efeito, a preta é representativa do período de 1482 a 1975, pressupondo-se o contato entre os povos da atual Angola e os portugueses, entendendo um contato de violências e expropriações (TELO, 2015; 2023), sobretudo, territorial e cultural. A vermelha significa o período sangrento dividido em duas fases: luta colonial e conflito armado pós-independência, período este no qual é celebrada a independência e, também, o início ao conflito armado interno entre os três movimentos (FNLA, MPLA e a UNITA).

Nesta perspectiva, a literatura que trata do conflito armado angolano, vem evidenciando a devastação de milhares de vidas e das infraestruturas, na qual destaca o Estado Angolano como sendo um país de experiências múltiplas de violências, em que, a guerra armada se constituiu como a expressão máxima dessas violências. Embora o conflito armado tenha findado em 2002, foi somente em abril de 2003 que se celebrou a paz e o calar de armas em Angola. Mesmo assim, ainda existem memórias da guerra que são amplificadas nos discursos políticos. E este fato, pode ser considerado como a causa de retrocessos políticos, sociais e econômicos de Angola (CAMPBELL, 1976; ANTÓNIO, 2011; BITTENCOURT, 2016).

Bittencourt (2016, p.172), aponta que:

> [...] Angola, como país, nasce em guerra. Dessa vez o conflito seria entre o governo do MPLA, de orientação crescentemente socialista, que controlava o Estado, e, como seu oponente, a guerrilha da UNITA, que foi se fortalecendo através dos acordos internacionais e da conquista dos espaços não assegurados pela administração do Estado [...] a guerra ganhou intensidade nos anos 1980, destruindo infraestruturas do novo país e, sobretudo, aumentando o número de vítimas angolanas. O conflito não pode ser analisado sem levar em consideração a conjuntura regional, polarizada pela África do Sul, e a internacional, imbricada na lógica exclusivista da bipolarização do mundo. Essa força dos elementos externos ajuda a entender a mudança de cenário do final dos anos 1980, na região austral do continente africano e também em Angola.

Considerado o exposto, o que António (2011) vai chamar de “transição pela transição”, conclui-se que Angola ainda é um país em projeto de construção,

[9] Um dos maiores movimentos político, intelectual e artístico africano que começa nas América entre os séculos XVIII e XX. Atribui-se ao movimento o protagonismo influenciador das independências africanas (Cf. BARBOSA, 2015).

evidenciando problemas de base que se transformaram em obstáculos para o avanço do país em determinados setores.

Continuando a análise da Figura 1, entende-se que a cor verde, além de simbolizar o povo angolano, representa o período de abertura política considerando a Lei Constitucional de 1991; as eleições de 1992 (que não acompanhou a periodicidade por conta da guerra) e de 2008; em 2010, tem-se a primeira Constituição da República de Angola (CRA) e as eleições de 2012, 2017 e 2022. Ressalta-se que as eleições trouxeram esperança para o povo angolano, mesmo retratando um sentimento que pode ser percebido como ambivalente, visto que, se as eleições periódicas implicam mudanças e/ou alternativas no poder, no caso de Angola a realidade é diferente, tendo em conta que o povo vai as urnas e a "vitória é certa" para o MPLA (DAHL, 1997; ANTÓNIO, 2011). Antes mesmo da realização das eleições, profere-se discursos como: "já ganhamos, o partido B nunca tomara o poder" etc. Estes discursos fazem com que se questione os pressupostos democráticos que a CRA apresenta.

A divisão político-administrativa no contexto de províncias/estados da República de Angola continua a mesma deixada pelos colonizadores, embora com algumas alterações em termos de municípios, bairros, distritos e comunas. A organização político-administrativa baseou-se a partir de princípios e modelos do seu antigo colonizador (Portugal). Mesmo depois da colonização, observa-se a incapacidade dos líderes angolanos em pensar uma Angola administrativa e politicamente fora dos parâmetros da lógica portuguesa. Aliás, essa observação não é apenas para Angola, mas, também para outros países africanos, sobretudo os colonizados pelos portugueses (NGULUVE, 2006; TAMBA, 2021).

A obra de Tamba (2021), *The Portuguese Speaking Countries in Africa: Names or Territory Demarcation?,* demonstra como nomes atribuídos a países africanos ditos de expressão portuguesa (Angola, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) continuam a espelhar a visão colonial nestes países. O processo pelo qual foram nomeados estes países parte de uma visão errônea do colonizador ao se comunicar no idioma dos nativos. De outro modo: estes países possuem esses nomes porque o colonizador o atribuiu, ou seja, não partem da percepção endógena dos povos originários destes territórios africanos. Como resultado, mesmo depois da colonização a definição territorial no que diz respeito às estruturas político-administrativas continuam sendo aquelas deixadas pelo colono. Tamba (2021)

evidencia esta questão quando se refere às atuais capitais políticas e administrativas. No caso de Angola, Luanda continua sendo a capital do país desde a era colonial.

A República de Angola tem uma área superficial de, aproximadamente, 1.246.700 m², dividido em 18 províncias, sendo Luanda sua capital (INE, 2014). Importante destacar a província/estado de Luanda, visto que ela faz parte do escopo desta pesquisa, ela é a cidade/província que mais cresce em população quando comparada com as demais regiões do país. De acordo com a Lei nº18/16, de 17 de outubro de 2016, Luanda tem nove municípios, 37 distritos e 10 comunas (MAT-ANGOLA, 2016), sendo que 27% da população angolana reside em Luanda (INE, 2014). Ressalta-se que a vida político-administrativa se encontra na capital, ou seja, ela é a representação do monopólio de todos os poderes do país (executivo, legislativo e judiciário).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014), a população total do país em 2014 era um total de 25.789.024, no qual, os indicadores apontavam que a maioria da população era de jovens, observando que a população de 0 a 14 anos de idade correspondia a 47%. Dentro desse quadro, a população de 0 a 14 anos e de 15 a 24 anos de idade, representavam 65% da população total residente no país, o que permite afirmar que Angola é um país de jovens, além de independência jovem (47 anos).

Apesar do significativo percentual de jovens angolanos, existe uma fraca representatividade (e não significativa) desta população no cenário político local e pouca participação nos processos decisórios. Por isso, entende-se que estruturas simbólicas de dominação se sobrepõem às relações de classes, tornando, assim, os interesses da classe dominante (governantes) como universais (do povo) (BOURDIEU et al, 1989).

A participação política em Angola é um direito consagrado pela CRA. O artigo 2º dá o respaldo legal no que diz respeito ao pluralismo político a partir de processos democráticos representativos e participativos. Diante deste cenário, a representação e participação da qual se fala neste estudo, aparece de forma mais global, isto é, se trata do contexto geral da população. Em outras palavras, toda pessoa com a idade considerada como maioridade política, pode se sentir representado e parte do processo político do país.

Os art. 52º e 53º, apresentam condições pelos quais os cidadãos participam na vida pública e, consequentemente, como se dá o acesso a cargos públicos, ou seja, trata de preceitos que se referem ao cidadão de maneira geral. Entende-se que a falta de especificidade acerca da participação do segmento jovem da população na Constituição pode ser o fator da não participação ativa nos processos decisórios do país.

O art. 81º traz elementos que estimulam a integração da juventude na vida ativa. Entretanto, o problema consiste na maneira como o artigo 1 e suas alinhas são apresentadas. No contexto apresentado na Constituição, entende-se que se trata de fazer ou criar políticas para os jovens e não fazer e criar políticas com os jovens. Neste sentido, há uma diferença entre fazer “para” e fazer “com”. Entretanto, a realidade atual angolana revela a necessidade de políticas que incluam efetivamente os jovens nas tomadas dos processos decisórios nos negócios do Estado, independentemente da convicção político-partidário que estes possuem.

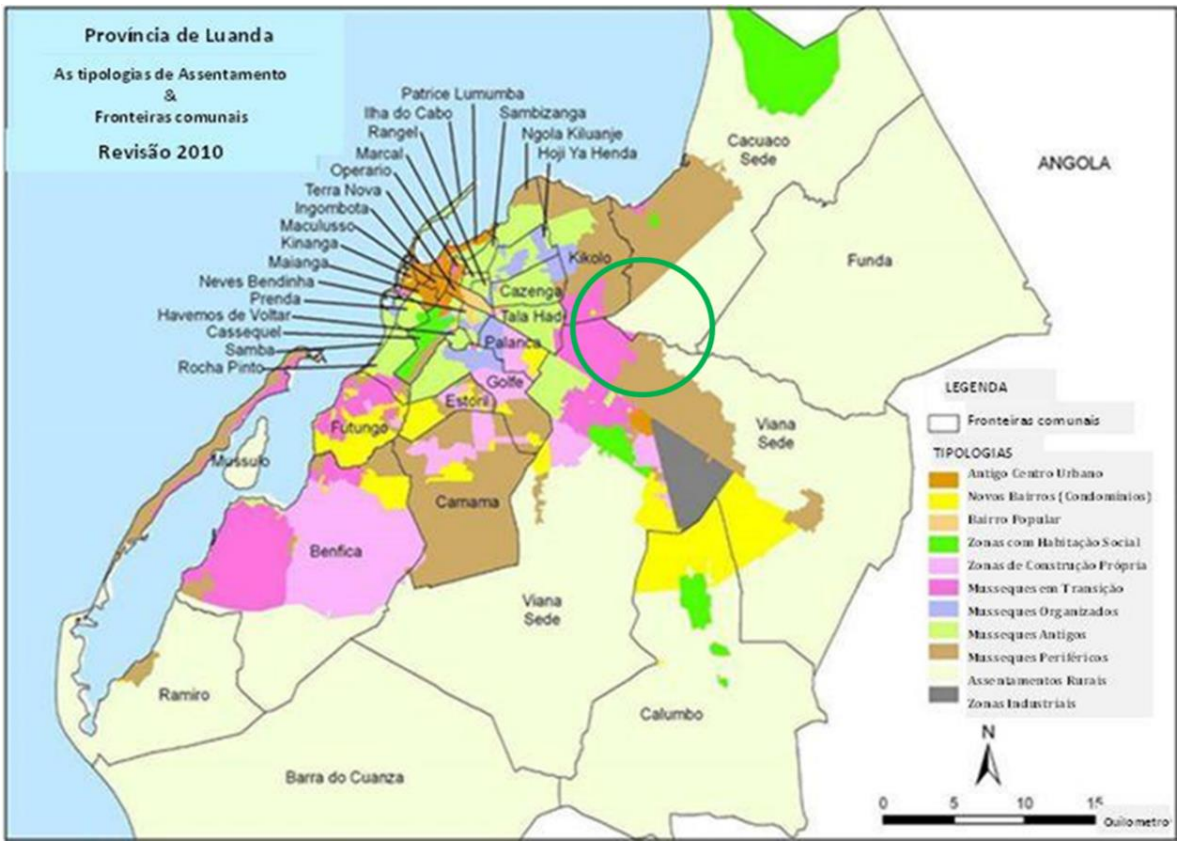
Os artigos números 2, 3 e 4, reforçam o disposto do artigo que os antecede, contextualizando preceitos que visam a criação de legislações próprias de políticas para os jovens, mas em nenhum momento instiga a participação política efetiva desta juventude. A consequência dessa afirmativa aparece no Decreto Presidencial N.º 273/19 de 2 de setembro de 2019, que apresenta a continuidade do que está prescrito na Constituição, se preocupando assim com questões sociais, econômicas e culturais, mas não demonstrando como se dará a participação popular. Esta linha de pensamento é encontrada no Programa de Governo do atual executivo angolano, denominado Programa Angola Jovem[10] entre outros programas destinados para a juventude. Muito embora os dispositivos legais citados ficam evidente que o cenário político angolano não apresenta abertura para participação política de forma concreta.

Em Angola todas as províncias/estados dependem, administrativamente, da capital Luanda, que é o maior centro político e econômico do país, possuindo maiores

[10]O Programa Angola Jovem (PAJ) é um instrumento de materialização do Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ), que tem como objetivo primordial a mobilização dos jovens visando a sua participação ativa e permanente no processo de Reconstrução Nacional do País. O PAJ é uma iniciativa de âmbito nacional cuja implementação será estendida de forma gradual e progressiva às diversas localidades do país, de harmonia com as características específicas de cada uma e de acordo com as condições que forem reunidas para o efeito. Trata-se de um projeto dinâmico, estruturado para apoiar e dar corpo às propostas decorrentes da criatividade, inovação e espírito empreendedor dos jovens angolanos. PRINCIPAIS VECTORES Dinamização de um amplo movimento de informação, e mobilização da juventude, para o processo de reconstrução nacional (MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS DE ANGOLA, s/d. s/p).

oportunidades de empregabilidade, fazendo com que as pessoas acreditem que seja o melhor lugar para realizações pessoais (JORNAL DE ANGOLA, 2022). A partir deste pressuposto, a cada dia que passa, novos bairros surgem em torno das periferias da cidade, sem planejamento do governo/Estado. Entre os novos bairros que foram surgindo, o Malweka é um deles. Dessa forma, o não planejamento governamental faz com que estes novos bairros passem por vários problemas de natureza sociais, políticas, econômicas tal como se pode observar na Figura 2.

Figura 2 Mapa de tipologias de assentamento e fronteiras comunais da província/estado de Luanda[11]



Fonte: Relatório Nacional de Angola para o Habitat III. (apud. *Development Workshop*, 2010) com algumas alterações do autor deste texto.

A Figura 2 apresenta a província de Luanda e como ela é estruturada em termos de comunas desde o ano de 2010. Entretanto, o bairro do Malweka não

[11] Reconhece-se a dificuldade de perceber as informações presentes na figura. Entretanto, por conta da escassez de informações sobre a temática estudada, optou-se por colocar a figura em questão para se ter mais ou menos ideia da situação geográfica do Malweka.

aparece efetivamente. Nesse caso, considera-se a legenda no que diz respeito à musseques[12] periféricos, isto é: as fronteiras entre sul do Kikolo (Cacuaco), oeste de Cazenga e norte de Viana. Para se ter uma ideia onde está localizado, pode-se observar no centro, uma circunferência verde (JA, 2019).

Malweka é um bairro da periferia da província/estado de Luanda, localizado na região de Cacuaco, que começou sendo povoado entre os anos de 2002 e 2003. Até o momento, o bairro vem crescendo de forma desproporcional, considerando a falta de planejamento. Destaca-se que, antes de se configurar como bairro habitacional, era um conglomerado de plantios sob a tutela de mulheres que residiam no centro periférico da cidade de Luanda, sobretudo nos municípios de Cazenga, Rangel (extinto como município), bairro da Terra Nova e Marçal. Na medida em que o bairro foi crescendo, a produção agrícola ficou cada vez mais reduzida. Hoje, existem poucas famílias que praticam trabalhos dessa natureza na região.

Com a nova requalificação administrativa da cidade de Luanda, o bairro passou a pertencer ao município do Cazenga e distrito urbano de Kima Kieza (MAT-ANGOLA, 2016), estando numa posição estratégica entre ambos os municípios (Cazenga e Cacuaco) e localizando-se entre Cacuaco, Viana e Cazenga. Em outras palavras, quando as principais rodovias da cidade estão congestionadas, a via do Malweka é uma alternativa, ou seja, permite acessar a cidade de Luanda em curto período. Outra característica peculiar do bairro é sua localização geográfica, que se encontra ladeada de ravinas (valas), deixando-o como se fosse uma ilha, visto que, quando chove, fica intransitável por conta da cheia.

Muito embora existisse a ponte de concreto, a sua estrutura não suportava as fortes pressões das águas da chuva. Considerando as características geográficas apresentadas, conclui-se que, ao projetar a ponte não se considerou: a) a ineficácia do sistema de drenagem das águas pluviais da cidade de Luanda, isto é, a cidade apresenta problemas no que diz respeito a drenagem de águas da chuva, ou ainda, os canais de esgotos são insuficientes; b) o bairro do Malweka recebe todas essas águas de forma “desordenada” através de uma ravina/vala principal por onde a ponte

[12] Uma palavra aportuguesada, porém, de origem kimbundu que se interpreta como: areia grossa. Mas, neste contexto se refere à bairros desfavorecidos construídos de forma precários em volta da cidade. Dentro desse quadro, a expressão legendada como: “musseques periféricos”, percebe-se uma forma de reafirmar e reforçar a condição desfavorecida e de abandono que esses bairros apresentam.

foi construída – e, c) a má projeção faz com que a ponte inunde e dificultando a circulação de pessoas e de bens.

Figura 3 A primeira Ponte de concreto

Fonte: Jornal de Angola, 2019.

Na Figura 3[13] observa-se a visita de governador de Luanda Sérgio Luther Rescova e o administrador Albino da Conceição do Cazenga em 2019. Destaca-se que ambos foram indicados, aos respectivos cargos, pelo partido político MPLA[14]. Na ocasião foi verificado que a ponte estava em processo de deterioração, e que a solução viável seria a construção de uma ponte metálica provisória (Figura 4) em substituição a esta.

Como foi noticiado no Jornal de Angola (JA), ao longo da visita do governador, a construção da ponte metálica e provisória, justificava-se pela "redução de 30 por cento do Orçamento Geral do Estado [...]", destinado para a cidade de Luanda. Nesses termos, para o governador realizar uma obra de grande porte seria inviável

[13] A primeira ponte do Malweka já degradada.
[14] A gestão pública em Angola não é compartilhada com outros partidos, ou seja, os administradores são todos do partido político MPLA.

nessas condições. A medida apresentava-se como forma de evitar a separação dos munícipes (JA, 2019, s/p).

Figura 4 A segunda Ponte metálica

Fonte: Fernado Calueto (via Novo Jornal, 2020).

A durabilidade da ponte metálica era duvidosa, sendo, em pouco tempo, devastada pelas águas das chuvas. Como consequência de medidas paliativas, hoje a via encontra-se intransitável, impossibilitando assim a circulação dos cidadãos e de bens de consumo. Diante disto, se pode apontar dois problemas: a) o sistema democrático fracassado que impera no país, considerando que os pressupostos basilares e fundamentais não são efetivados no dia a dia dos cidadãos (ANTONIO, 2013; JOÃO, 2020); b) trata-se de planejar sem a participação dos cidadãos, ou seja, são decisões tomadas de forma vertical sem consultas prévias aos cidadãos concernentes a causa.

A falta de uma política emergencial e concreta para a solução permanente da ponte do Malweka, acaba motivando o aumento de índices de violência e criminalidade no bairro, pois com a ponte degradada, os jovens marginalizados montam suas barricadas junto da ponte a fim de realizarem as suas ações. Fora isso, ocorre outras ações ilícitas, como assaltos a residências. Estas ocorrências, vêm

sendo o motivo de muitos moradores abandonarem as suas casas para viver em outros bairros, como forma de encontrar o mínimo de segurança.

Figura 5 O estado atual da Ponte do Malweka

Fonte: Bernardo Ntiama.

Atualmente, a ponte não suporta a circulação de automóveis, sendo permitida somente a passagem de transeuntes, colocando em causa a questão da segurança e saúde pública. Neste sentido, a falta de circulação de automóveis faz com que a população caminhe vários quilômetros na busca de bens e serviços básicos, como o caso de água. Na Figura 5 é possível observar pessoas com utensílios amarelo na cabeça, que, tradicionalmente muitas famílias angolanas usam como armazenamento

de água para o consumo nas suas residências. O recipiente é chamado comumente de *bidon* de 20 litros de água, ou seja, é vasilha de óleo vegetal reciclável.

1.2 Democracia e participação política – da teoria à prática

Dentre os estudiosos da Política e/ou da Ciência Política, o regime de governo democrático é aquele em que o seu poder emana do povo, ou seja, o povo participa da tomada de decisões sobre a gestão do aparelho do Estado. Para tanto, a forma como este regime é implementado varia entre países, nos quais as instituições do Estado podem funcionar em conformidade com os preceitos da democracia e em outros não. Para isso, quando as democracias não funcionam como deveriam, as instituições públicas são questionadas (PUTNAM, 2006). Porém, o ensejo de qualquer cidadão é que as instituições democráticas, independentemente da região, devem funcionar de forma eficiente. Quando isso não acontece, as credibilidades delas são colocadas em causa (HELD, 1987; PATEMAN, 1992; DAHL, 1997; PUTNAM, 2006; CREMONESE, 2020).

A democracia continua a ser o melhor regime político nas sociedades modernas em relação a outros regimes (totalitário, ditadura, monarquia etc.), apresentando maior possibilidade de diálogo entre os indivíduos. Neste sentido, qualquer governo quer ser visto como democrático, mesmo não refletindo preceitos que as democracias preconizam. Em outras palavras, pode-se dizer que muitos governos não democráticos, na prática, aderem ao regime democrático institucionalmente, como um guarda-chuva, de modo a camuflarem outros regimes, como é o caso de Angola (HELD, 1987; PAIN, 2008; ANTÓNIO, 2013).

O fato de muitos países do mundo se considerar democráticos é observado na teoria das “ondas democráticas” de Samuel Huntington tal como aponta Bonifácio Robert (2012). Em Huntington (1994), as mudanças sistêmicas de paradigmas na política são observadas como eventos rápidos, que acontecem em curto espaço de tempo, pelo que os países que se constituíam como totalitários e ditadores (como, por exemplo: Itália e Alemanha), rapidamente passam a aderir ao sistema político democrático. Tais mudanças drásticas e sequenciais é o que Huntington vai chamar de ondas.

Quando se fala em democracia é fundamental não esquecermos o papel da Antiga Grécia na difusão acadêmica do conceito, porém, tem-se a consciência de que outras regiões e/ou comunidades do mundo viviam a democracia muito antes dos gregos. Para citar algumas regiões, destaca-se o antigo Egito, os povos Bantu da África Subsaariana, o Reino/Império do Kôngo etc. Neste último Reino/Império, o governo não era considerado, apenas, como absoluto; o governo dava-se de mão dupla, no qual ouvir os súditos era fundamental, afinal, a arte de governar é também a arte da escuta. Em outras palavras, aquele e aquela que pretende governar têm por obrigação o dever de saber ouvir o povo. Daí poder-se dizer que a democracia é um tema antigo e, ao mesmo tempo, atual e presente (BATSÎKAMA; BATSÎKAMA, 2011; CREMONESE, 2020).

Para Schumpeter (1984), o pensamento filosófico que orientava a democracia no século XVIII partia do pressuposto que concebia a democracia como uma forma de organização institucional, em que, para se tomar uma decisão de natureza política, que beneficiaria todos, o povo seria o epicentro das decisões, ou seja, competia ao povo decidir sobre como alcançar este bem (benefício comum). Diante disso, segundo o autor, o povo toma a decisão à medida que elege (vota) alguém ou grupo de pessoas para o cumprimento do desejo do povo. A partir da compreensão schumpeteriana, a democracia só existe tendo em vista o bem comum. Para tanto, esse bem comum deverá ser consensual para o povo e o povo deve tomar conhecimento e fazer parte dele. Daí que a dicotomia bom/mau torna-se a meta da comunidade. De um lado, está o desejo coletivo de efetivar e preservar o bem tido como comum e, por outro lado, o desejo de rechaçar aquilo que é visto como mal. Neste entendimento, as atividades públicas devem ser controladas por todos os membros da sociedade de forma colaborativa.

Como forma de observação a esta perspectiva schumpeteriana, Pateman (1992, p.12) aponta que a concepção de Schumpeter sobre democracia seria “um ataque à noção democrática” a partir do momento em que deixa de lado os pressupostos democráticos de “meios e fins”. A crítica patemaniana, recai na afirmação de Schumpeter (1994), de que a democracia “é um método de arranjo institucional”, em que, no entendimento de expressar uma “lealdade sem compromissos”. Perante o exposto, Pateman (1992) faz um convite para se pensar a abrangência do conceito de democracia, não apenas a partir de “método de arranjo

institucional", mas, que este método (democracia), socialmente, poderia cumprir "outros ideais", que buscam a inclusão e participação efetiva dos cidadãos.

A abertura conceitual patemaniana, referente a outros ideais na democracia, dialoga com a concepção de Held (1987) sobre o nascimento da democracia nas lutas sociais. Isto é, para Pateman (1992), outros ideais são expressos a partir da busca pela justiça, igualdade, liberdade etc., sobretudo no contexto dos movimentos sociais ou da sociedade civil, que lutam pela garantia desses direitos. Muito embora a crítica tecida ao método democrático schumpeteriana, observa-se nos estudos de Carole Pateman o reconhecimento do cuidado de Schumpeter em apresentar as condições *sine qua non* na efetivação do método democrático.

Diferentemente doo entendimento clássico da democracia, para Schumpeter (1994), a democracia é apresentada a partir de uma visão reducionista, à medida que reconhece a participação do povo no governo unicamente no processo eleitoral. Apesar de certas lacunas na teorização democrática schumpeteriana, para Pateman (1992), a perspectiva democrática é aceita e seguida por muitos teóricos da democracia em nossa era.

Dahl (1997) entende que a democracia, enquanto sistema político, corresponde a uma preocupação com a totalidade, ou seja, quase a possibilidade de todos os cidadãos serem legítimos respondentes. Partindo deste pressuposto, pode-se questionar se existe mesmo ou poderá existir um sistema político com essa dimensão de legitimidade. Ou, ainda, existe práxis democrática entre os governos, em que todos os cidadãos são respondentes? O autor abre outra possibilidade para se pensar como deve e/ou deveria ser a democracia na prática. Propõe a ampliação do direito de participação, sobretudo no que tange à contestação pública, possibilitando o entendimento do quanto um governo é inclusivo. Diante de todas as divergências sobre o que, provavelmente, poderia ou viria ser a democracia na prática, dentre os autores apresentados, até aqui, observa-se um ponto em comum: a preocupação com a forma da participação de todos.

Na concepção moderna de participação política, Pateman (1992) fala que Rousseau seria, por excelência, o teórico de participação, pois ele descreve um panorama sobre a participação política em sua obra "O Contrato Social", apontando mecanismos que relacionam a vida em comunidade e a vida política dos cidadãos

através de consenso. A autora entende que existe um consenso entre os críticos da teoria democrática contemporânea, que advogam “o ideal” participativo, sendo aquela em que cidadãos participam de forma massiva no aparelho do Estado.

A questão da participação de todos seria o ponto fulcral da democracia participativa. Se por um lado observa-se, na teoria clássica, que apenas homens na condição de cidadãos livres poderiam exercer a vida política, por outro, tem-se a teoria contemporânea que busca a inclusão de todas as pessoas. Assim, para tal, deverá haver mudanças institucionais e estruturais nas instituições democráticas formais.

Mais do que a questão institucional formal do funcionamento do modelo democrático participativo, é preciso considerar as condições pelas quais os indivíduos acessam o sistema em si, de outra forma, a dimensão da cultura política das pessoas no Estado democrático tem um papel preponderante.

Para Pateman (1992), os autores que trabalham com o conceito de participação muitas vezes são imprecisos em suas definições. Isto quer dizer que definições sobre participação são muito generalistas e, por vezes, incompreensíveis, sobretudo aquelas aplicadas às relações entre pessoas de uma determinada sociedade. Neste sentido, Carole Pateman apresenta uma comparação conceitual entre três autores: McGregor, que definia a participação como uma condição para que os indivíduos tomem parte das decisões nos assuntos inerentes a eles; Sawtell, que compreendia a participação como sendo quaisquer mecanismos que permitiriam aos súditos contribuírem através de decisões positivas nos processos administrativos que interessassem ao seu cotidiano laboral e, Lammers, que tenciona a questão do exercício do poder entre os governantes e os governados, relacionando que o poder que vem de cima, como aquele que vem debaixo, deverá ser entendido como legítimo nos processos de decisões administrativos. Para isso, sua crítica quanto à forma como os autores definem a participação, colocada a maneira pela qual a atividade singular deve ser caracterizada como plural ou, em outras palavras, a opinião de um indivíduo que participa de eventos coletivos é como se todos participassem. Para ela, abertura ou ampliação da definição do conceito torna-se excludente em certos aspectos.

No contexto de empresas, Pateman (1992) aponta que a participação não passa de uma técnica de persuadir os trabalhadores, ou seja, é uma das formas de dizer que a empresa Y é participativa nos seus processos decisórios, porém, é forma

de cumprir com a formalidade. Esta perspectiva também pode ser aplicada em países ou Estados que se dizem democráticos constitucionalmente, mas, na prática, não são. O que se observa tanto nas empresas quanto nos países que aplicam o conceito de participação de forma muito generalizada, são que as decisões finais sobre a gestão pública continuam sendo hierarquizadas, ou seja, a verticalidade na tomada de decisões é a principal marca de funcionamento.

Para Pateman (1992), a participação de fato acontece quando os súditos são detentores do máximo possível de informações para fundamentar os seus argumentos ou opiniões sobre a administração. Isso se daria a partir do momento em que exista uma abertura na partilha de informações entre liderados e líderes, inclusive numa comunidade cívica, política ou empresarial. Dentro desse contexto, “a participação parcial é um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões, mas onde o poder final de decidir pertence, apenas, a uma das partes” (PATEMAN, 1992, p.97).

É possível notar como o conceito de participação é ambivalente na interpretação de diferentes autores. Por um lado, está em causa como a decisão dos populares ou súditos pode influenciar o contexto pelo qual estão inseridos, por outro, a problemática de quem tem o poder final para decidir sobre os processos decisórios da realidade inserida. Desta feita, a cultura política oferece para o cidadão e/ou trabalhador subsídios para tomada de consciência crítica e autorreflexiva sobre como participar nos processos decisórios de forma consciente e influente. Muito embora as limitações da participação dos populares, tal como foi apresentado acima, o fato de se ter a consciência sobre como funcionam os processos já é um passo adiante. Assim sendo, em seguida apresenta-se o conceito de cultura política no contexto da Ciência Política, bem como os cidadão se apropriam do conceito para a tomada de consciência crítica sobre os negócios do Estado.

1.3 Cultura Política

Para Rousseau (1996, p.7) falar de política não pode ser apenas um dever de pessoas que ocupam cargos políticos, ou de famílias com tradição política. Para ele, o direito de votar abre um espaço para a pessoa conhecer e falar de política. Em outras palavras, chama a atenção sobre a importância da cultura política qualquer pessoa tem seja ela através da educação que permita refletir sobre o funcionamento

do aparelho de Estado ou no cotidiano dos indivíduos. Fala que, “[...] o direito de votar basta para impor-me o dever de instruir-me a esse respeito. Todas as vezes que medito sobre os governos, sinto-me feliz por encontrar sempre, em minhas reflexões, novos motivos para amar o do meu país”.

Se por um lado verifica-se a cultura política como exercício da cidadania através da reflexividade racional sobre o Estado, por outro, está o ato do sentido patriótico, a partir do sentimento de pertencimento, visando ações dos cidadãos na vida pública. O contrato social, no qual as pessoas são submetidas, não deve ser considerado como um dado da natureza, pelo contrário, trata-se de convenções e, como são convencionais, as pessoas têm por obrigação mínima conhecer os dispositivos que fundam as convenções sociais (ROUSSEAU, 1996; RENNÓ, 2003).

Para Castro (2008), Rousseau aponta para a necessidade de todo cidadão conhecer os assuntos políticos através da própria cultura política. Em outros termos, a cultura política pode ser percebida como fator determinante da compreensão sociopolítica de uma dada sociedade. Entende que o contexto da Guerra Fria se configura em um marco importante para se pensar o conceito de cultura política. Para ele, é no ápice da Guerra Fria que a cultura política, enquanto conceito, surgiu, repercutindo a “carga ideológica” da época. Os anos de 1960 e 1970, na visão do autor, seriam cruciais para a reintrodução do conceito dá-se por demanda no ambiente acadêmico, isto é, começariam os debates em torno de outros olhares culturais. Neste sentido, é importante destacar a descolonização política dos territórios africanos na data em questão, uma vez que foi observado, no ano de 1960 (ano africano)[15], que mais de dez países africanos se tornaram independentes, fator este que pode ser compreendido através de duas dimensões – primeira: participação dos países africanos na Segunda Guerra Mundial e a tomada de consciência, influenciada, sobretudo, pelos movimentos culturais e políticos como o Pan-africanismo e Negritude; segundo, regresso dos filhos das elites africanas, que se formavam nas metrópoles coloniais e voltavam na condição de líderes políticos de movimentos independentistas (neste contexto, tais fatores, de uma forma ou de outra, agregaram

[15] Entende-se por ano africano como sendo o período em que além, da tomada da consciência ideológico-político e intelectual dos povos africanos na luta pela autonomia dos seus territórios, o ano de 1960 também marca uma nova agenda política e intelectual no continente africano. Dentro desse quadro, essa data dá origem a agenda 2063 da União Africana sobre “A África que queremos”. Cf.: Site da União Africana.

valores na reverberação acadêmica do conceito de cultura política na Ciência Política deste período) (VISENTINE, 2008).

Segundo Castro (2008), o conceito de cultura política torna-se um tema antagônico para a sua definição, visto que sua natureza polissêmica acaba por condicionar a maneira como os cientistas políticos lidam com o conceito. O autor trata da dificuldade de sua compreensão quanto à origem. Para ele, o conceito de cultura política, não é uma aglutinação de “cultura com política”, pelo contrário, trata-se de uma questão normativa. Para isso, muito mais do que se preocupar com a semântica do conceito, o autor assinala a necessidade de considerar o seu surgimento como “área de conhecimento da Ciência Política”. É neste contexto que a escola estadunidense, através do cientista político Gabriel A. Almond, tornou-se conhecida pelo uso do termo na contemporaneidade em estudos comparados sobre a política.

No pós-guerra, a academia estadunidense apresentava uma preocupação relativa a estudos que visassem à manutenção da democracia, que se percebia como modelo político estadunidense (CASTRO, 2008), em oposição ao socialismo soviético. Como forma de operacionalizar esta questão academicamente, foi preciso o desenvolvimento de estudos voltados a fatores e mecanismos atrelados a salvaguarda dos valores democráticos. A Ciência Política estadunidense, do período pós-guerra, atrelava-se fundamentalmente em duas perspectivas: “[...] reforçar e justificar a compreensão de supremacia da sociedade norte-americana como modelo a ser seguido; [...] promover e justificar a política norte-americana (que primou por impor a democracia…)” (CASTRO, 2008, p. 4), configurando-se numa Ciência Política da “ação política” do âmbito ideológico e intervencionista.

Na perspectiva de Castro (2008), o ano de 1963 foi preponderante para se pensar a Cultura Política como área de conhecimento, através da obra dos politólogos estadunidenses Gabriel A. Almond e Sidney Verba, com título: *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*. Neste sentido, abre-se um espaço de debate acadêmico introduzindo a categoria de análise de cultura política no debate em Ciência Política. Segundo o autor, há estudiosos que utilizam a categoria tal como na perspectiva de Almond e Verba, e há aqueles que tecem críticas a partir da categoria. De outra forma, mesmo as pessoas discordando da proposta dos autores, acabam usando o conceito de cultura política para tecer as suas considerações.

Ainda segundo Castro (2008, p. 5), a partir da obra de *The Civic Culture*, a ideia de cultura política atrela-se à compreensão daquilo que seria o comportamento atitudinais dos populares. O que para ele seria um achado importante, visto que evidencia uma relação entre o pensamento das pessoas e a maneira como a sociedade se organiza. A partir desta visão, se para alguns autores a Ciência Política é estudo eminente das instituições políticas, a categoria de cultura política vai evidenciar outras formas de estudos na Ciência Política, ou seja, com ela introduz-se na Ciência Política os estudos sobre as populações, considerando as suas atitudes e ações. Percebe-se que a categoria de cultura política surgiu como uma ruptura no campo investigativo da Ciência Política. Se durante um período as investigações eram concentradas nas instituições políticas, com a introdução da categoria da cultura política a investigação na Ciência Política passou a contemplar, também, realidades não institucionais.

Dentro desse quadro (CASTRO, 2008, p. 7),

> [...] o conceito de cultura política é, dessa forma, estritamente relacionado em sua origem com o conhecimento das orientações políticas, ou seja, das atitudes da população em relação ao sistema político, seja no todo ou em suas partes, e em relação ao papel do indivíduo no sistema.

Já na perspectiva de Almond e Verba (1989), o conceito de “cultura política” visa, essencialmente, às orientações de natureza políticas, considerando atitudes que refletem singularidade do indivíduo no sistema, ou seja, o termo cultura política é uma proposta teórica, que tenciona compreender a função individual da pessoa através de atitudes dentro do sistema político.

Segundo Rennó (2001, p. 34),

> A cultura política é definida, classicamente, como o conjunto de orientações subjetivas de cidadãos, inclusive valores, crenças e conhecimento sobre o sistema político [...] A cultura é vista como um comportamento influente, inibindo ou estimulando o envolvimento em questões públicas e a participação nos movimentos e organizações políticas.

A cultura política, enquanto conceito analítico permite-nos perceber não apenas o que as pessoas entendem e pensam do sistema político, mas, também, a importância do envolvimento da pessoa ou do grupo no sistema, ou seja, a partir do conceito de cultura política é possível captar as noções pelas quais os indivíduos se articulam, bem como estes exercem suas influências no sistema político. Daí que os processos políticos podem ser percebidos a partir da concepção de ideias que

atravessam questões identitárias ou de pertença dos indivíduos de forma geral, no caso, de pensamento patriótico na sua relação entre questões administrativas e o envolvimento pessoal com a política local e/ou global (ROUSEAU, 1996; CASTRO, 2008).

Castro (2008), explica que o conceito enfrenta três problemas: há os que negam sua existência dentro da Ciência Política, os que buscam outras formas conceituais possíveis e os que, a partir do conceito, buscam outras saídas, dialogando com a proposta da teorização de Almond e Verba (1989).

Diante de todas as críticas à postulação teórica de Almond e Verba sobre a cultura política, Castro (2008) não perde de vista três fatores – “os fundadores”, ao teorizar o conceito das dimensões extrínsecas entre democracia e cultura política, ou seja, uma democracia não implica, necessariamente, a presença de cultura política, porém é possível existir a democracia sem o ativismo cívico. Outro fator condiz à concepção da dependência das relações entre os indivíduos numa determinada sociedade em cultura política.

A visão unilateral da cultura política gera hierarquia hegemônica no processo da relação entre os indivíduos, ou seja, se existe um modelo é porque há uma concepção dominante e outra subordinada. O cuidado aqui é a tentativa para não cair em uma cultura política hegemonizada a partir da sobreposição ideológica que não reconhece a alteridade. Acredita-se que a falta de observância da questão de poder na obra *The Civic Culture* se constitui na brecha para pensar o peso que o conceito de poder tem no processo de socialização política e na própria Ciência Política. Pode-se compreender que os autores não observaram este fato, por considerar que o poder é um dos temas fundamentais na teoria política. Assim, como foi observado por Castro (2008), na teoria de Almond e Verba sobre cultura política, as críticas são tecidas em torno do conceito “cultura”, isto é, muitos críticos dessa teoria não consideram o caráter polissêmico da palavra cultura. Daí que quase todos a associam com a perspectiva do conceito na Antropologia, Sociologia e Psicologia.

Muito embora a crítica apresentada aos autores da obra *The Civic Culture*, no que se refere à associação da cultura política como a métrica para mensurar a qualidade da democracia, é importante salientar que, diferentemente da democracia dos antigos, hoje, para uma democracia funcionar, torna-se imprescindível conhecer

até que ponto os cidadãos de um determinado país são culturalmente politizados, para depois perceber o nível das instituições democráticas do país. Uma cultura política democrática, em tese, deveria gerar transformações que impactam o sistema político e econômico. Torna-se um dispositivo que permite avaliar os vícios e as virtudes da democracia, considerando a frequência pela qual os indivíduos estabelecem relação com as instituições democráticas participativas

> Da perspectiva da cultura política, o apoio à política e ao sistema político se dá com base em experiências positivas contínuas; portanto, experiências contínuas de caráter negativo com o desempenho das instituições políticas e as ações dos gestores públicos podem desembocar no declínio de apoio e obediência a normas democráticas (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016, p. 990-991).

A continuidade de apoio ao sistema político pelos indivíduos no prisma social está atrelada à questão material, na medida em que as experiências positivas da política são apontadas como condicionantes para a continuação de apoio. Na perspectiva da cultura política, o bom funcionamento das instituições políticas gera confiança e a aceitação do povo.

Almond e Verba (1989) entendem que países constituídos à luz do sistema democrático, geralmente, proporcionam a participação do cidadão comum nos assuntos do aparelho do Estado. Por sua vez, este opina e apresenta suas ideias nos processos decisórios da administração pública. O que se espera no sistema democrático é a possibilidade de proporcionar a relação entre indivíduos e sistemas de governo, ou seja, o cidadão comum, através da sua opinião, deve influenciar também as tomadas de decisões na democracia.

Baquero (2008), ao analisar o processo de construção da democracia no Brasil a partir do enfoque institucional, apresenta como a democracia brasileira, institucionalmente, está carregada de lacunas para a existência de uma cultura política participativa de fato (RENNÓ, 2001; 2003). Cita a ausência de processos institucionais que fomentam a capacitação política dos cidadãos, acionando o capital social como o dispositivo da sua efetivação, reconhecendo a emergência de novas formas e padrões de participação política formal, quer dizer, observa-se o afastamento da participação dos populares no regime democrático.

> [...] atribuir um peso exclusivo a regras, instituições e procedimentos, em detrimento da compreensão do papel que a história, a cultura política e o próprio ser humano exercem na configuração das representações políticas

> dos cidadãos, pode subestimar os obstáculos existentes para alcançar uma democracia plena (BAQUERO, 2008, p. 381).

Não bastam regras e procedimentos institucionais para que se viva uma democracia tal como se deve. A forma como a democracia é propagada nos populares e considerando a qualidade com que se propaga, consiste em conteúdo agregado, os procedimentos operacionalizados e os resultados que se tem na observação da qualidade da democracia (BAQUERO, 2008).

Sanches et al (2020), através do Observatório da Qualidade da Democracia (OQD)[16] apresentam uma pesquisa panorâmica sobre o desenvolvimento da democracia em Angola desde 1991, quando se deu o processo de abertura democrática no país, com as primeiras eleições multipartidárias em 1992 até as eleições de 2017. Os autores demonstram que a democracia angolana não atendeu os três elementos (conteúdo, procedimentos e resultados). Estes três elementos foram avalizados através da percepção da qualidade da democracia no país, com o Índice da Qualidade da Democracia (IQD)[17] procurando diagnosticar a democracia a partir de cinco dimensões: “Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito; Representação Política; Governabilidade e Responsabilidade Política; Sociedade Civil e Participação; Dimensão Internacional da Democracia” (SANCHES et al, 2020, p. 3).

Os autores mostraram que numa escala de 1 a 10, a democracia angolana não conseguiu atender a média esperada de 5. O não atendimento dos requisitos das cinco dimensões, conforme aponta a pesquisa, pode estar na ausência ou disfunção dos três elementos anteriores colocado por Baquero (2008). É importante entender que a natureza democrática institucional de um país não é autossuficiente para avaliar a qualidade de sua democracia. Compreender como os populares percebem a democracia a partir de conteúdos, procedimentos e resultados, torna-se fundamental na concepção teórico-prático, uma vez que são estes (o povo) os participantes dos serviços que a democracia oferece.

> A percepção das virtudes da democracia formal pode ser explicada pelo fato de que nas pesquisas sobre os processos democráticos tem preponderado o

[16] O Observatório da Qualidade da Democracia (OQD) é um programa de investigação permanente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa que promove e organiza projetos focados nas diversas características, no funcionamento e na qualidade dos regimes democráticos. Outrossim, através de investigação científica audita qualidade da democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

[17] Projeto do OQD que operacionaliza as pesquisas sobre a qualidade da democracia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com maior foco nos países africanos desta comunidade.

> estudo das democracias estabelecidas, onde a estrutura governamental e a natureza do regime não estão em questão para os cidadãos. Pode haver desconfiança em relação às instituições políticas e oposição a políticas públicas, mas não existem predisposições estruturais para mudar o regime democrático vigente (BAQUERO, 2008, p. 391).

Muito longe de uma tendência para as mudanças em termos das virtudes da democracia institucional, observa-se que o ato de votar periodicamente manifesta-se como o mais importante na estrutura governamental. Se as pessoas votam periodicamente, para muitos governos entende-se que existe democracia. Isto é verificado no caso de países como Angola, que é uma democracia na qual os cidadãos não se enxergam nela, visto que os preceitos democráticos não são refletidos na democracia angolana. Para os populares, a práxis democrática não é vivida no país (SANCHES et al, 2020). Diante disso, Baquero (2008, p. 392-393) entende que entre "os modelos que incorporam as dimensões subjetivas com vistas a fortalecer a democracia, a cultura política e o capital social" seriam dois elementos necessários para se pensar outras formas possíveis, que permitam ampliar o debate democrático e a forma como o cidadão comum capta e se revê nesse debate (FREIRE, 2014).

É nesta linha de pensamento que se questiona a forma como o debate democrático é apresentado na contemporaneidade, para que se entenda a cultura política a partir do aspecto de como o cidadão comum lida com os preceitos que balizam a democracia em detrimento à ação política. Na medida em que se debatem, publicamente, os pressupostos democráticos em relação à cultura política, maior será a compreensão dos indivíduos sobre o sistema democrático e, concomitantemente o desenvolvimento de espírito cidadão através do engajamento cívico dos populares (BAQUERO, 2008).

1.4 Engajamento cívico

As pessoas são movidas em busca de soluções para os problemas que lhes parecem comuns (PUTNAM, 2008). Isto é uma realidade que se observa desde os primórdios da humanidade, em que as buscas se configuravam em solucionar problemas relacionados às necessidades básicas e vitais da pessoa: alimentação, habitação e vestuário. A essas necessidades, podem ser acrescidas outras mais complexas, como: organização social, econômica e política. A peculiaridade dessas necessidades, quando são comuns entre as pessoas, leva os indivíduos a se organizarem de forma engajada, de modo que atinjam os seus objetivos.

Putnam (2008) concorda com Maquiavel e seus contemporâneos quando fala que a virtude cívica dos cidadãos determina o “bom” e o “mau” funcionamento das instituições consideradas como livres. Esta afirmação pode ser percebida como uma ação de mão dupla, à medida que as inquietações dos cidadãos são sanadas pelas instituições públicas, positiva ou negativamente. Para isso, o autor vai sinalizar que a virtude cívica possui como característica principal, o desejo do cidadão em participar nos negócios públicos, considerando a sua entrega nos assuntos de interesse público. Logo, a participação nos “negócios públicos” se configurará como sendo a característica peculiar cidadã da comunidade cívica (PUTNAM, 2008, p. 101).

Mesmo que a virtude cívica se encontre entre o reconhecimento e a busca individual pelo bem público (PUTNAM 2008) parece que o componente “bem público” esvazia a natureza dos interesses individuais. Isto é, à medida que a busca pelo bem público se torna um ato individual na esfera pública, em linhas gerais outras pessoas também se comovem pela causa, gerando o engajamento de outros indivíduos pela causa de uma forma ou de outra, em busca do bem comum. Nas palavras de Putnam (2008, p. 102), entende-se como sendo “[...] o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é ‘esclarecido’ e não ‘míope’, o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros”.

É dessa forma que Rennó (2001, p. 34), determina que a cultura cívica se pauta pelo nível considerável de confiança entre os indivíduos. A confiança gera o espírito de “mais associatividade na sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia”. A confiança interpessoal é fundamental para o engajamento político dos cidadãos, fortalecendo “a ação coletiva” na esfera pública.

Tal como se observou na cultura política, a questão da instrução que capacita o cidadão comum a estar a par do funcionamento do aparelho do Estado. O engajamento cívico é percebido como a materialização ou efetivação da presença cívica popular na gestão pública. Os conceitos engajamento cívico, cultura cívica e política não pode ser confundida, visto que cada conceito, na teoria política, se emprega de forma muito específica o que a difere de outras teorias das Ciências Humanas (ALMOND; VERBA, 1989).

Mesmo sendo separados por uma linha tênue, apresentam entrelaçamentos à medida que propõem articulação entre a comunicação e persuasão política, a partir

da pluralidade de pensamento e de indivíduos, na qual a consensualidade torna-se fundamental na forma como os indivíduos agem socialmente. O engajamento cívico, se entendido no âmbito da cultura cívica, seria, então, a representação-ação[18] no exercício da cidadania de forma democrática. Em outras palavras, "[...] o modelo, segundo o qual todo o cidadão deveria envolver-se em política, com uma participação informada, analítica e racional [...]" (CASTRO, 2008, p. 9).

Conforme Freire (2014, p. 274):

> Uma das principais preocupações da Ciência Política contemporânea refere-se às causas da participação cívica, isto é, quais variáveis estão envolvidas na manutenção de uma sociedade politicamente ativa e atenta a assuntos de interesse público. A capacidade de associação autônoma dos cidadãos em torno de objetivos comuns é, frequentemente, um dos focos de interesse no estudo das instituições participativas.

A partir dessa visão, pode-se perceber que a cultura cívica determina as demandas dos cidadãos na participação popular em processos decisórios, permitindo, assim, o envolvimento ativo na vida política do país. Assim, quanto maior for a cultura cívica dos cidadãos de um determinado país, maior será o engajamento cívico. Neste sentido, o processo de socialização política, no qual os indivíduos são submetidos, torna-se importante para medir a dimensão comportamental coletiva frente a assuntos políticos (CASTRO, 2008).

Segundo Freire (2014), o período de 1980 a 1990 é considerado como uma fase de mudança paradigmática, uma vez que as investigações sobre as temáticas de confiabilidade entre as pessoas e o engajamento cívico ganham outras proporções. As novas experiências democráticas no Leste Europeu e, em particular, na América Latina eram promissoras para este tipo de debate. Por isso, o autor explica que, na teoria do capital social a confiança é apresentada como "estímulo do engajamento cívico", ou seja, sem confiança é quase impossível existir ação coletiva entre os indivíduos. Porém, deixa evidente que:

> […] é duvidosa a relação direta entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico, dado que a decisão de participar envolve outras variáveis que podem condicionar seu efeito. Algumas dessas variáveis correspondem às expectativas de benefícios e aos custos da participação política, as quais foram objeto de estudo de autores vinculados à teoria da escolha racional (FREIRE, 2014, p. 275).

[18] Trata-se da maneira como os indivíduos lidam coletiva e racionalmente com a política a partir de ativismo, considerando o autoconhecimento e pela luta de uma pluralidade de diretos civis (Cf. CASTRO, 2008).

Se as necessidades materiais condicionam a forma como os indivíduos se relacionam politicamente, dificilmente estes poderão confiar-se uns nos outros. Essa dualidade entre confiança interpessoal e engajamento cívico, condicionada pela questão de expectativa de benefícios, faz-se necessário, desde que não seja imbuída de desejos egoístas, tal como Putnam (2006), fala sobre as motivações dos indivíduos sobre engajamento cívico. As necessidades individuais na comunidade cívica não podem sobrepor-se às necessidades coletivas, mas sim, deve haver um elo entre a vontade individual e a coletiva.

Para Silva (2013), a perspectiva democrática participativa “consiste em ampliar o controle da sociedade civil sob a administração pública, reservando aos cidadãos participação nas discussões sobre assuntos importantes para a coletividade” (SILVA, 2013, p. 61). Com efeito, a participação nos processos decisórios em aparelhos do Estado/governo proporciona aquilo que pode ser chamado de relação equilibrada entre as instituições do Estado e o povo. Nesta perspectiva, pressupõe-se que, quando a administração pública funciona na base da democracia participativa inclusiva, evitam-se questionamentos que por sua vez colocam em causa a credibilidade das instituições democráticas (GUGLIANO, 2004a; 2004b).

Conforme Gugliano (2004b), a democracia participativa permite o Estado rever as suas ações através dos impactos causados de forma positiva ou negativamente na sociedade. Neste sentido, pode-se dizer que as democracias participativas se configuram como termômetro, aferindo as condições do *status quo* dos indivíduos, tanto social como na dimensão política, no que diz respeito à efetivação das políticas públicas e na ampliação do engajamento cívico no contexto da gestão pública para outros segmentos sociais, como é o caso da participação do povo, de modo geral, no aparelho do Estado.

As experiências individuais e coletivas influenciando a percepção do funcionamento de um regime democrático numa determinada sociedade, significa que, aquilo que se vê como aparência social, diz muito na análise sobre a eficiência da democracia (FREIRE, 2014).

É quase inaceitável dizer que um país é democrático quando, na sua estrutura social se observam problemas como desigualdade social, corrupção, nepotismo etc. Embora a natureza ambígua da democracia, ela não pode ser vista como regime de

facilidades, significando que o agônico e o antagônico coabitam na estrutura social, proporcionando o debate necessário. No mínimo, este é um dos requisitos de qualidade da democracia (SHELD, 1987; TAVRAKAKIS, 2007; CARBONAI; ABDALA, 2017).

Na visão de Baquero (2008) a democracia, enquanto sistema que possibilita a participação dos indivíduos na gestão pública, não poderá limitar-se em proporcionar eleições periódicas de forma regular, mais do que isso, para os seus verdadeiros efeitos a participação política formal deverá transformar-se em social. Então, percebe-se que a participação social se atrela ao engajamento cívico dos cidadãos, materializando-se através da relação social e da vida prática.

De outra forma, a participação formal é apresentada por Baquero (2008) como aquela que limita a ação dos indivíduos apenas à institucionalidade, cumprindo burocracias institucionais de participação política como, por exemplo, o direito de votar. Na concepção do autor a participação formal, tal como se manifesta, parece faltar o quesito engajamento popular, ou seja, a participação formal na vida prática dos cidadãos. Tal como o termo diz, está posto para cumprir formalidades das instituições democráticas. Neste sentido, o entendimento daquela democracia ideal (SANTIN; TEIXEIRA, 2020), que nasce do povo e está a serviço do povo, na participação formal o seu conteúdo é esvaziado, isto porque o engajamento cívico torna-se uma ação marginalizada.

Neste aspecto, importa concordar com Putnam (2008) na necessidade das instituições se ajustarem às suas sociedades. Com isso, pretende-se dizer que as práticas institucionais democráticas devem atrelar-se à realidade social do país ou do povo ao qual a sua estrutura institucional se destina, isto é, as tomadas de decisões sobre o negócio público devem ser de forma horizontal e não verticalizadas, como acontece em muitos casos. A perspectiva de horizontalização de tomada de decisões nas instituições democráticas remete à ideia de trazer outros segmentos populacionais para a gestão pública, através da cooperação, que gera equilíbrio em termos de relação de poder (RENNÓ, 2001; PUTNAM, 2008).

Rennó (2001, p. 35), fala que,

> [...] uma prática que fortalece as normas e valores sociais de uma comunidade cívica é a participação voluntária em associações cívicas. Essas

> organizações instilam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Elas contribuem também para o funcionamento geral do regime democrático ao canalizar demandas e organizar a participação.

O associativismo cívico é apresentado como um dos elementos para se pensar os valores sociais de caráter solidário e cooperativo na elevação do espírito público dos cidadãos. Configura-se num dos principais ambientes (PUTNAM, 2008) de iniciação à vida pública e no cultivo de valores cívicos para o engajamento político. Em tese, para qualquer governo que se entenda como democrático, as associações civis deveriam ser o seu principal aliado, tal como Putnam (2008) refere: elas têm duplo papel social – a) seus feitos para com os membros, o que pode ser caracterizado como missão interna, isto é, trabalhando a consciência cívica-crítica dos membros a partir do cumprimento das normas e da participação política no âmbito geral, quanto a – b) seus efeitos externos, remetendo à sua reverberação na comunidade, motivando a colaboração e cooperação solidária na comunidade através de ações que buscam o engajamento de todos (PUTNAM, 2008).

Na concepção de Almond e Verba (1989, p. 30),

> Mais importante, na cultura cívica as orientações políticas dos participantes combinam-se com e não substituem as orientações políticas temáticas e paroquiais. Os indivíduos tornam-se participantes no processo político, mas não desistem das suas orientações como súbditos ou como paroquiais (tradução livre do autor)[19].

Muito embora não haja substituições de uma orientação para outra, observa-se a confiabilidade e o senso recíproco entre as pessoas (PUTNAM, 2008) na forma de agir coletivamente, o que permite o engajamento cívico de cada membro da comunidade, ou seja, na cultura cívica, tal como os autores apontam, a combinação das orientações torna-se importantes para os avanços da comunidade.

Na compreensão de Almond e Verba (1989), a viabilidade e estabilidade democrática dependem da cultura cívica. A cultura cívica exerce influência direta no bom funcionamento da democracia. Muller e Seligson (1994) apontam que existe uma diferença entre efeito e causa, sendo que a cultura cívica não pode ser a causa da democracia, mas sim, o efeito dela. O argumento que segue é de que os objetivos da

[19] *More important, in the civic culture participant political orientations combine with and do not replace subject and parochial political orientations. Individuals become participants in the political process, but they do not give up their orientations as subjects or as parochials*.

implementação da democracia, como sistema político, diferem dos valores e atitudes da cultura cívica.

Por isso, o sucesso da democracia independe da cultura cívica, uma vez que os valores (confiança, subjetividade e orgulho) captados na cultura cívica são meramente efeitos racionais. A pessoa pode adquirir tais valores conforme sua experiência com a democracia bem-sucedida de um país, que se tem como modelo. Por isso, os autores argumentam que a cultura cívica seria o efeito da democracia e não sua causa. Porém, se ignora, há anos, os efeitos da democracia na cultura cívica.

Apesar da divergência de opiniões entre os autores, consegue-se encontrar uma convergência entre eles no que diz respeito à cultura cívica e democracia. Trata-se da relação entre os conceitos, tanto em Almond e Verba (1989) quanto em Muller e Seligson (1994). Existe uma relação de reciprocidade entre ambos os conceitos para compreender a realidade social e política de um determinado país. No mais, a cultura cívica é apresentada pelos autores como um dos mecanismos da participação política.

Considerando que existem várias maneiras dos cidadãos participarem de forma engajada no sistema político, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que a participação dos cidadãos no processo eleitoral é indispensável, visto que esse processo é uma ferramenta importante para compreender até que ponto a população de um determinado país encontra-se engajada cívica e politicamente.

Essas e outras métricas são importantes para mensurar o nível de engajamento cívico entre os indivíduos, visto que abrem possibilidades que permitem compreender as dinâmicas pelas quais são articuladas ações coletivas como os indivíduos manifestam as suas convicções e pertencimentos identitário-ideológicos sociais e políticos.

2. Articulando pontes para a tecitura e feitura do desenho da pesquisa

Na certeza de que o problema intelectual tem as suas nuances com os problemas da realidade social, o problema intelectualmente dito, só pode ser considerado à medida que passa pelo crivo do problema da vida prática. Dentro desse quadro, considerando que a construção do conhecimento científico envolve indagações a partir de dada realidade, saber como articular ideias (pensamento) na realidade (ação) é fundamental para qualquer pesquisador.

Para Becker (1993), é fundamental conhecer e se apropriar da metodologia ou método que se aplica ao problema de pesquisa, visto que cada estudo é único e atende a um contexto específico. Para tanto, o autor entende que, em Ciências Sociais, o pesquisador tem a liberdade de criar suas próprias técnicas de pesquisa, desde que obedeçam aos princípios fundamentais da cientificidade em função da pesquisa.

Minayo (2002, p. 12), advoga que a produção científica deve ser percebida em duas perspectivas: por um lado, existe na pessoa que investiga a preocupação de criar suas próprias teorias, bem como métodos próprios em função daquilo que se almeja, como cientificidade; por outro lado, traçar o próprio caminho como forma de deixar certas vias e caminhar “para certas direções privilegiadas”. Em outro sentido, existe uma necessidade na ciência, sobretudo nas Ciências Sociais: a criação de novos conceitos e novas teorias para o enriquecimento da ciência em si.

No mais, conforme Minayo e seus colegas de pesquisa, a metodologia estabelece relação entre o pensamento (teoria) e a efetivação daquilo que é concebido na realidade, ou seja, ela é o caminho para externar o pensamento, colocando-o na prática (escrita) em função da realidade observada. Para isso, a metodologia é crucial e está a serviço da teoria.

O presente capítulo tem como propósito apresentar os caminhos escolhidos ao longo do processo de levantamento de dados da pesquisa, bem como, o tratamento das informações durante e depois da coleta. Para tal, faz-se uma breve contextualização teórico-metodológico em torno da abordagem qualitativa, apresentando as redes sociais digitais e as entrevista como ponte entre pesquisador e interlocutores na coleta dos dados primários. Deste modo, o estudo de caso serviu

para o processo interpretativo e analítico da pesquisa, e, finalmente, teceram-se considerações sobre como foram articulados a abordagens metodológica escolhida na prática da pesquisa.

2.1 A abordagem qualitativa como escolha do desenho de pesquisa

Na literatura consagrada sobre o método científico, os autores atribuem com frequência a abordagem qualitativa como sendo o *modus operandi* que atende as demandas advindas das Ciências Sociais. Essa atribuição deve: a) responder as questões voltadas à compreensão do modo de estar ou ser da pessoa, das instituições e dos indivíduos de forma geral, a partir de uma dada realidade social e, b) compreender e teorizar as intenções, significados e símbolos atrelados a realidade que podem ser: pessoais, institucionais ou de uma coletividade de pessoas. (LAKATOS; MARCONI, 2003; CRESWELL, 2007).

Para Minayo (2007a, p. 21),

> A pesquisa qualitativa responde a questões muitos particulares. Na qual articula [...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido [...] como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

No entendimento de Godoy (1995, p. 21),

> Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos". Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Neste sentido, a investigação de natureza qualitativa proporciona a compreensão de distintas formas da manifestação da capacidade humana, ou seja, os seres humanos se distinguem uns dos outros. Além da forma de agir de uma pessoa à outra, estão intrinsicamente o modo como estes pensam em torno da interpretação das ações que envolvem as realidades relacionadas a contextos vividas e partilhadas entre os indivíduos numa determinada sociedade (MINAYO, 2007).

Na concepção de Creswell, (2007, p. 186),

> A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. Os métodos de coleta de dados estão crescendo e cada vez mais envolvem participação ativa dos participantes e sensibilidade aos participantes do estudo. Os pesquisadores qualitativos buscam o envolvimento dos participantes na coleta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas no estudo. Eles não perturbam o local mais do que o necessário. Além disso, os métodos reais de coleta de dados, tradicionalmente baseados em observações abertas, entrevistas e documentos, agora incluem um vasto leque de materiais, corno sons, e-mails, álbum de recortes e outras formas emergentes [...]. Os dados coletados envolvem dados em texto (ou palavras) e dados em imagem (ou fotos).

Chama atenção na colocação de Creswell (2007), a dimensão da multiplicidade interativa e humanística na pesquisa qualitativa, compreendida neste estudo como a não limitação das ações do pesquisador. Neste caso, possibilita a interatividade de forma aprofundada entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. No mais, ressalta-se a importância de ampliação de leque dos meios de coleta de informações. Isso ressalta o dinamismo e sofisticação na forma pela qual a abordagem qualitativa vem se revelando na produção científica. Por exemplo: considerar som como meio de apreensão de conhecimento no processo investigativo de modalidade qualitativo, abre o espaço a inúmeras realidades da compreensão dos fenômenos sociais.

Prosseguindo na mesma linha de pensamento, Creswell (2007, p. 186), vai apontar que:

> A pesquisa qualitativa é emergente em vez de estritamente pré-configurada. Diversos aspectos surgem durante um estudo qualitativo. As questões de pesquisa podem mudar e ser refinadas à medida que o pesquisador descobre o que perguntar e para quem fazer as perguntas. O processo de coleta de dados pode mudar à medida que as portas se abrem ou se fecham para a coleta de dados, e o pesquisador descobre os melhores locais para entender o fenômeno central de interesse. A teoria ou padrão geral de entendimento vai surgir à medida que ela começa com códigos iniciais, desenvolve-se em temas mais amplos e resulta em urna teoria baseada na realidade ou na interpretação ampla. Esses aspectos de um modelo de pesquisa que se revela dificultam a pré-configuração estrita da pesquisa qualitativa na proposta ou nos estágios iniciais de pesquisa.

Tem-se aqui outra peculiaridade da pesquisa qualitativa – deixar o campo falar por si. O campo convida o pesquisador a ser despir de suas ideias construídas e acabadas através do seu roteiro de pesquisa. A sensibilidade na observação e a racionalidade tornam-se fundamentais no processo de formulação das questões no seu interlocutor ou grupo de interlocutores.

Neste estudo a abordagem qualitativa é tomada como um processo na articulação dos dados empíricos e teóricos, fundamentando a abordagem apresentada nesta pesquisa, à medida que relaciona categorias teóricas e empíricas. Para tal, esta abordagem auxiliou na elaboração da redação final desta dissertação, desde a seleção da bibliografia pertinente até a operacionalização dos dados empíricos dos argumentos que fundamentam esta investigação.

2.2 As redes sociais digitais como ponte para a realização da pesquisa de campo

As redes sociais estão cada vez mais presentes na vida dos seres humanos e no processo de socialização entre os indivíduos em escala mundial. Hoje em pleno século XXI é quase impossível falar de um país que se enquadre nos moldes da globalização, não se conectar interna e externamente por meio da internet. Este processo é observado pela crescente demanda tecnológica em nível global.

Com o advento da pandemia da COVID -19, a demanda e a importância de utilização destes meios foram cada vez mais evidenciados, considerando o estado de *lockdown* decretado mundialmente. Assim sendo, o uso das redes sociais e/ou mídias sociais tais como: WhatsApp, Facebook, Zoom, Google Meet etc. intensificaram o processo de conectar e manter as pessoas mais próximas. Outrossim, na necessidade de prosseguir com as demandas da vida cotidiana (estudos, atividades laborais, negócios, reuniões governamentais etc.), as redes sociais fizeram-se indispensáveis (MANUEL; SOARES, 2022).

As redes sociais digitais no processo da tecitura deste texto, assumem um papel crucial ao longo da realização das entrevistas. Visto que, considerando que a pesquisa em questão está voltada a realidade angolana e, especificamente, em Luanda no bairro do Malweka, elas facilitaram o contato do pesquisador com o FAMA e entrevistados para o levantamento dos dados primários. Para tanto, considerando a impossibilidade de realizar uma viagem a Angola, visto que: a) situação de calamidade da saúde pública causada pela pandemia da COVID – 19 e b) falta de recursos financeiros, constituem-se nos dois principais fatores que levaram o pesquisador a optar a realização das entrevistas por intermédio das redes sociais digitais. Neste

caso, foram eleitas o *WhatsApp* e o *Facebook* como redes sociais digitais foram instrumento para coletar os dados.

As duas redes sociais digitais selecionadas por conta da disponibilidade e facilidade de acesso. Atualmente é quase impossível conhecer alguém que não utiliza as mesmas como meio de comunicação. Aliás, além da página de *Facebook*[20] do FAMA, existe *chat* no *Facebook Messenger*. Este último, um espaço de proposições e discussões entre os membros ativos da organização, ao passo que, o primeiro serve como meio de promoção e divulgação das ações, bem como um canal de comunicação da comunidade com o FAMA. É neste sentido que ambas foram selecionadas.

2.3 A entrevista como ponte entre pesquisador e os interlocutores: o uso de entrevista aberta ou em profundidade

Nos estudos das Ciências Sociais, a entrevista é uma técnica privilegiada na coleta dos dados empíricos. É amplamente difundida e manifestada no processo de comunicação verbal, e quando restrito na coleta de dados de trabalhos científicos, aparece com muita frequência nos trabalhos de campo. Para tanto, proporciona diálogo entre pesquisador e o sujeito da pesquisa, ou ainda, uma conversa entre um locutor e vários interlocutores.

Minayo (2007b, p. 64) relata que: “ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e a abordagem pelo entrevistador, revela temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”. É uma importante ferramenta para captar e compreender: percepções, emoções, motivações, crenças e aspirações na pesquisa qualitativa (ROCHA, 2020).

Concordando com Rocha (2020, p. 202), as entrevistas de modo geral, quando aplicadas, visam articular duas combinações indispensáveis: “estrutura e flexibilidade”. Entretanto, a entrevista não pode ser observada como sendo uma simples forma de mapear percepções construídas sobre uma dada realidade, ou seja,

[20] Link do grupo e da página do Facebook do FAMA: https://www.facebook.com/groups/405034447074207. https://www.facebook.com/israeljose.dawassa.

já existentes, mais que isso, deve ser entendida como uma forma de dar existência de novos conhecimentos e informações.

Neste sentido pode-se observar em Minayo (2007b, p. 65), que:

> Uma entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por muitos conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos.

Ressalta-se a importância de considerar as especificidades de cada sociedade, levando em conta na elaboração da entrevista. Diante disso, essa técnica quando bem aplicada, potencializa a pesquisa através de informações eficazes e fornece ao pesquisador subsídios relevantes a investigação de natureza empírica para a compreensão e processamento de dados ou informações primárias extraídas a partir do diálogo e/ou da oralidade. É neste sentido que se pode observar o diálogo/oralidade como um potencial meio de coleta de informações na pesquisa de campo.

Minayo (2007b) acredita que a entrevista aberta ou em profundidade é uma das classificações que, quando empregada no campo, abre possibilidades de extrair com profundidade as informações pertinentes aos objetivos da pesquisa na pessoa ou no grupo entrevistado. De outra forma, consiste em deixar livremente o colaborador da pesquisa, discorrer sobre as questões que são colocadas, a partir de reflexões aprofundadas em torno da temática.

Para Rocha (2020), a entrevista aberta consiste na coleta de dados que pode ser considerado como primária se orientada por uma problemática principal e materializada por um roteiro-suporte. Neste sentido, se enquadra na pesquisa qualitativa através de abordagem manifesta em profundidade.

É neste sentido que esta técnica foi empregada durante o desenvolvimento da pesquisa na fase de coleta de dados empíricos. Para tal, o uso dessas duas redes sociais (*WhatsApp e Facebook*), foram importantes e possibilitaram a realização das entrevistas com os membros do FAMA[21]. Diante disso, a interpretação e a análise do conteúdo da pesquisa fizeram-se através do estudo de caso.

[21] Como foram feitas as entrevistas será apresentado com detalhe na seção 2.5.

2.4 Estudo de caso como abordagem interpretativa e analítica

A interpretação e a análise dos dados são etapas fundamentais para a investigação. A partir deste processo, o pesquisador evidencia a sua compreensão relativa à pesquisa, ou seja, é a fase em que o pesquisador demostra de fato os resultados de seu estudo. Segundo Creswell (2007, p. 194),

> [...] a discussão do plano de análise dos dados deve ter diversos componentes. O processo de análise de dados consiste de extrair sentido dos dados de texto e imagem. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados.

A escolha de abordagem analítica e interpretativa adequada a pesquisa é indispensável. Isto porque a abordagem permite o movimento reflexivo em torno da proposta temática, possibilitando assim a articulação combinada entre a experiência (realidade vivida e/ou observada) e a razão (compreensão e/ou o processo da autorreflexividade). Dito isso, neste estudo empregou-se estudo de caso como a abordagem interpretativa e analítica.

Godoy (1995, p. 25) entendia que “o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”. Partindo do pressuposto de que a pesquisa qualitativa desenvolve estudos a partir de questões muito particulares, é dentro desse quadro que a sua combinação se torna pertinente para esta dissertação, tendo em vista que foi sistematizado e teorizado as experiências próprias e dos interlocutores (membros do FAMA) desta investigação (YIN, 1994; MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010; YANOW, 2017). Segundo Meirinhos e Osório (2010, p.52), seus estudos na técnica de estudo de caso apontam que:

> […] Um caso pode ser algo bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido ou definido num plano mais abstrato, como decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais.
>
> Apesar de alguma diferenciação, por vezes conceitual, conforme o enquadramento epistemológico dos autores, existe, contudo, na bibliografia, um conjunto de características que ajudam a dar forma à metodologia dos estudos de caso, como a natureza da investigação em estudo de caso, o seu carácter holístico, o contexto e sua relação com o estudo, a possibilidade de

> poder fazer generalizações, a importância de uma teoria prévia e o seu caráter interpretativo constante.

O estudo de caso vária em função de tipológica que podem ser considerados: caso único e múltiplo; classificados em exploratórios únicos, descritivos únicos e explanatórios únicos. Nesta pesquisa foi utilizada a tipologia único na perspetiva descritivo único (YIN, 1994; MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010).

No entendimento de Godoy (1995, p. 26-27),

> No estudo de caso, o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista [...]. Embora nos estudos qualitativos em geral, e no estudo de caso em particular, o ideal seja que a análise esteja presente durante os vários estágios da pesquisa, pelo confronto dos dados com questões e proposições orientadoras do estudo [...].

É possível notar no estudo de caso, a importância da interatividade entre as categorias da pesquisa e os dados obtidos no campo. Este processo permite não apenas o confronto entre ambos, mas também, possibilidade do aprofundamento teórico-metodológico no decorrer da investigação. De outra forma, uma pesquisa que adota o estudo de caso como técnica interpretativa e analítica, a observação cuidadosa através de análises e confrontos da sua teoria com os dados primários ou secundários deve ser constante. Neste sentido, pretende-se apresentar o processo e os caminhos pelos quais, percorreu-se para que se tenha os resultados da pesquisa.

2.5 Tecendo ponte entre o recorte temático-temporal e as fases da pesquisa

Toda a pesquisa científica começa com um problema ou inquietação do pesquisador e/ou grupo de pesquisadores. Para este estudo não foi diferente. Por isso, importa apontar os caminhos que deram início a esta dissertação. Dessa forma, o projeto inicial desta pesquisa tinha como título: “Jovens na política: a luta entre pela democratização dos processos decisórios e pela inclusão social em Angola”. Entretanto, a permanência no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol) e, obviamente, as orientações e o aprimoramento das leituras, deram origem a um novo título de pesquisa: “A política da ponte como ponte para a política: o papel do FAMA na disseminação da cultura política e o engajamento cívico nos jovens do bairro Malweka em Luanda-Angola”.

A pesquisa contou quatro fases fundamentais. Primeiramente, procurou-se um recorte temporal e espacial, visto que, o problema central deste estudo é transversal a grandes problemas e desafios que Angola vive hoje.

Vale ressaltar apesar da mudança do título da pesquisa, a proposta da investigação continuou a mesma. A mudança deu-se porque foi necessário torná-lo mais próximo da realidade do FAMA, considerando as suas lutas pelo bem-estar da população do Malweka.

Neste sentido, fazer um estudo muito generalizado seria inapropriado. Primeiro porque a pesquisa enquadra-se como um dos requisitos para a culminância de curso de mestrado, e a duração de dois anos letivos, condiciona a realização de uma investigação muito abrangente. Segundo, em uma única pesquisa, não é possível falar sobre todos problemas de Angola, pois se trata de um país diverso e multicultural, e fazer um recorte considerando o tempo e local específico de Angola, foi preponderante. No mais, são os requisitos indispensáveis para toda pesquisa científica.

Para isso, fez-se então, um recorte temporal[22] que correspondeu ao período de 2017 a 2022. Isto porque, com as eleições gerais de 2017, o cenário sociopolítico angolano sofreu algumas mudanças, apesar do partido político MPLA governar o país desde 1975, até o momento (2023) e tendo um presidente (José Eduardo dos Santos)[23] no poder durante 38 anos. A eleição de João Lourenço à presidência, pelo mesmo partido em 2017, trouxe esperança de mudanças ao povo angolano, porém, em dois anos de governo, os jovens e o povo em geral reprovaram sua liderança (OVILONGWA, 2020), pelo fato do país entrar nas condições de pobreza extrema, desigualdades sociais, desemprego, entre várias mazelas.

Foi neste contexto em que vários jovens da cidade capital se organizaram em associaçõess cívicas tais como: Projeto Agir (Jovens pelas Autarquias), Movimento Hip Hop Terceira Divisão, Associação Mudar Viana entre outras, para reivindicarem a efetivação dos direitos fundamentais presentes na Constituição do país que se configuram como o bem comum maior para todos cidadãos angolanos.

[22] É importante reforçar que, esse recorte foi feito no segundo semestre do curso de Mestrado na UFPel. Obviamente, os encontros de orientações e em concordância com a orientadora, foram crucias para essa mudança.

[23] O sucessor do presidente António Agostinho Neto – o primeiro presidente de Angola independente.

Perceber esta realidade a partir do Malweka (o local específico do estudo) e o FAMA sendo uma organização criada para compreender as articulações em torno da cultura política e engajamento cívico, considera-se o ano de 2019, a fundação do FAMA, que se configura como marco de lutas e reivindicações pela qualidade de vida dos moradores do bairro. Considera-se, também, a reeleição (2022)[24] de João Lourenço no poder, um fator fundamental para a compreensão do processo de disseminação da cultura política e engajamento cívico no Malweka em particular, e de forma geral, o entendimento dos jovens do FAMA sobre a participação política no país.

Como a pesquisa é uma abordagem qualitativa, o que se espera é ter uma leitura que favorece o aprofundamento sobre a temática. Dentro desse quadro, o segundo passo foi a realização do levantamento bibliográfico e documental (leis, Constituição da República etc.), a partir de repositórios digitais e aquisição de alguns livros, somados a literatura que o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol) disponibiliza.

Tendo feito o levantamento bibliográfico e documental, fez-se uma triagem das obras que poderiam ser utilizadas como textos de base para a fundamentação teórica. É neste quadro que a obra “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna” de Robert Putnam (2006); “Participação e teoria democrática” de Carole Pateman (1992); “Transição pela transição: uma análise da democratização em Angola” de Domingos António (2013); “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil” de Marcello Baquero (2008); “*The civic culture: political attitudes and democracy in five countries”* de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989); “Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil” de Lucio Rennó (2003); e, “Angola: a trajetória das lutas pela cidadania e a educação em direitos humanos” de Florita Telo (2012), foram as literaturas que mais se destacaram ao longo do debate teórico.

[24] A reeleição de João Lourenço em 2022, se sustenta no sistema democrático fracassado e que continua legitimando um único partido político desde 1975. Considerando o tanto de reprovação da sua governação nos anos anteriores como aponta o Afro-barômetro e os resultados das atas sínteses que circularam nas redes sociais digitais, não seria reeleito. Mas, os dados oficiais das eleições de 2022, consideram o João Lourenço como presidente eleito.

Deve-se este destaque devido a forma abrangente pela qual estes autores e autoras articulam as principais categorias teóricas (cultura política, engajamento cívico e participação política) em suas obras.

Prosseguindo, o terceiro momento foi dedicado à pesquisa de campo, a partir das redes sociais sendo dividida em duas partes: 1) coleta de informações (sobretudo figuras de encontros e ações públicas) na página de *Facebook* do FAMA, que tratassem de cultura política e engajamento cívico, para ser armazenadas no *Google Drive*; 2) aplicação de entrevistas. Considerando a consistência dos dados coletados na página, julgou-se interessante entrevistar três membros do FAMA. A escolha deles foi pelo critério de antiguidade no bairro e na organização, bem como o engajamento da pessoa nas atividades do FAMA. Ver Quadro 1.

Quadro 1: O perfil dos entrevistados

Entrevistado	Faixa etária	Data da entrevista	Técnica usada	Vinculado ao FAMA	Cargo no FAMA
1[25]	25 - 35	29/07/2023	Chamada por *WhatsApp*	Desde 2018 até a data da escrita desse texto	Liderança
2	25 - 35	28/06/2023	Chamada por *WhatsApp*	Desde 2018 até a data da escrita desse texto	Liderança
3	25 - 35	03/07/2023	Chamada por *WhatsApp*	Desde 2018 até a data da escrita desse texto	Liderança

Fonte: elaboração do autor.

[25] Faz-se necessário ressaltar que, o entrevistado 1 participou das entrevista nos dois momentos da investigação – o primeiro foi em novembro de 2022 quando forneceu as informações sobre a criação do FAMA.

Feito isso, as entrevistas foram também armazenadas no *Google Drive*, para posteriormente serem processadas.

Finalmente, na quarta fase, a preocupação foi a sistematização dos dados e a transcrição das entrevistas, considerando que foram feitas por chamadas de *WhatsApp* e *Facebook* e gravadas com o aplicativo de gravação do *notebook* com ajuda de caixa de som JBL GO2. Dessa forma, as gravações duraram 57min. e 37seg. (entrevistado 2), 38min. e 41seg. (entrevistado 3) e 50min. e 30seg. (entrevistado 1). Nesta fase, a sistematização, transcrições, análises e interpretações foram feitas concomitantemente. O processo de transcrição foi feito com ajuda do *Reshape*, é um site que transcreve de forma fidedigna os áudios e faz as sugestões de correções gramaticais. Entretanto, isso não inibiu o pesquisador em fazer uma revisão cuidadosa, ou seja, ouvindo novamente as gravações e verificar as inconsistências.

Neste sentido, considerando a técnica de entrevista aberta, os entrevistados tiveram a liberdade de falar de forma aleatória como quisessem. Para tal, elaborou-se um roteiro de seis questões confrontada na literatura utilizada no texto que serviram de guia para a conversa, conforme o Quadro 2 aponta.

Quadro 2: Questionário

1	Fale um pouco sobre o FAMA.
2	O que você entende sobre a cultura política e engajamento cívico?
3	Como o FAMA articula a cultura política e engajamento cívico no Malweka?
4	Até que ponto a participação na vida política é importante para os associados do FAMA, com vistas a mudança e transformação sociopolítica local?
5	qual é o papel do FAMA na promoção da cultura política e do engajamento cívico para os jovens no bairro do Malweka, no que diz respeito à participação política?
6	Fale um pouco sobre as manifestações.

Fonte: elaboração de autor.

A partir deste momento, articulou-se a teoria e a abordagem metodológica com os dados empíricos, isto é, através de uma observação cuidadosa, tal como preconiza a pesquisa qualitativa atrelada ao estudo de caso, fazendo o uso da reflexividade teórico-metodológica, para o apuramento dos dados.

3. FAMA: da Ponte para a política – cultura política e engajamento cívico em ação

Diante do debate apresentado nessa dissertação, percebeu-se a importância e a necessidade de pessoas (ou de um grupo) em se articular, politicamente, quando as instituições políticas não funcionam como deveriam funcionar. Em um contexto em que as instituições do Estado/governo apresentam várias lacunas no cumprimento e na garantia dos direitos de necessidades básicas e fundamentais dos cidadãos, a ação coletiva popular torna-se indispensável para exigir e cobrar a efetivação desses direitos.

O FAMA "é uma associação cívica, sem fins lucrativos, preocupada com a elevação da cultura democrática, cívica e participativa de todos os cidadãos angolanos nos assuntos da esfera pública [...]". Caracteriza-se como uma organização comunitária e sociopolítica, localizada na capital angolana (Luanda) no município do Cazenga, Distrito Urbano do Kima Kieza, bairro Malweka (FAMA, 2020, p.1).

É possível notar que o FAMA não está preocupado apenas com o bairro Malweka. Todavia, para esta organização, o contexto sociopolítico do país, de forma geral, preocupa mais do que qualquer outra questão. Entende-se que, instigar sobretudo os jovens ao exercício crítico-reflexivo, se torna um dos princípios fundamentais para o despertar da conscientização política.

A criação do FAMA[26], permitiu para a juventude do Malweka, que atuava e buscava soluções para o bairro, de forma autônoma e independente, se agregasse como coletivo. Muitos jovens já tinham uma consciência cívica e o espírito citadino que os levava a refletir sobre o bairro. Destaca-se a atuação de professores e estudantes, percebido como um dos principais fatores para a tomada de consciência política e cidadã.

Dentro desse contexto, articular-se como grupo, constituiu-se em um caminho na busca de melhorias para o bairro. Neste sentido, todos atravessavam um problema maior: **a Ponte do Malweka**. O caso da ponte e o descaso das autoridades levou

[26] As informações que se seguem sobre a constituição da FAMA, fazem parte da pesquisa exploratória de natureza observação participante e de dados coletados a partir do questionário auto aplicado ao coordenador geral da FAMA em novembro de 2022.

estes jovens a criarem o FAMA, uma vez que a ponte é vista como: infraestrutura que gera autonomia no processo de circulação de pessoas e bens que são inerentes a vida humana. Neste sentido, a consolidação do grupo FAMA como um coletivo atuante no Malweka deu-se em 2018, tendo como principais motivações a luta pelos Direitos Humanos (DH) e pelas autarquias[27] em todo território nacional

A seguir, apresentar-se-á o cotidiano dos integrantes do FAMA, em relação a cultura política e o engajamento cívico que foi se formando no bairro Malweka, em função da consciência gerada a partir dos problemas enfrentados pela queda da ponte. As entrevistas foram realizadas no dia 2 de novembro de 2022.

Para o integrante 2 o FAMA,

> [...] começa por causa da desigualdade social. E não só a desigualdade social, mas também, por falta de atenção dos nossos governantes perante a "N" situações que nós vivemos cá no Malweka, não só como no país em geral que podemos assim dizer. Então, era preciso na nossa circunscrição que houvesse alguém a falar sobre o país, sobre as cenas sociais e sobre aquilo que normalmente o governo deve fazer para que haja o desenvolvimento social, econômico e não só, como: o desenvolvimento daqui do bairro e do país. A falta ou o próprio desemprego em si, motivou-nos a fazer e exercer o ativismo. Depois, a ponte do Malweka viria desabar, então, ficou por aí dois anos e ninguém fazia nada. Então, nós pensamos, porque já fazíamos o ativismo, participávamos em manifestações, já liamos livros sobre a cidadania, sobre direitos, a constituição, livros ligados à política e as senas sociais (entrevista realizada em, 28 de junho de 2023).

Na mesma linha de pensamento, quando questionado, o integrante 3 traz uma abordagem que diverge dos primeiros entrevistados. Ele apresenta um argumento detalhado em sobre como foi fundado o FAMA e buscou não se limitar em data institucionais, ou seja, a data da criação que consta no estatuto. Durante a sua fala, é notável a relevância das ações que realizavam coletivamente e que deram origens ao FAMA.

Nas palavras do integrante 3, o FAMA,

> [...] é uma organização apartidária em que independentemente daquilo que vem fazendo, conta muito com contributo dos seus membros. São eles que levam a cabo todas as suas ações físicas sem nenhum apoio partidário. Entretanto, custa lhes muito ter um apoio institucional como outras organizações. Até o momento, não pretendemos reconhecer o estatuto por conta das limitações que o governo/Estado angolano impõe na atuação dos movimentos sociais. Na verdade, foi fundado em 2017 a 2018. E, a fundação da mesma dá-se num contexto em que a sociedade angolana estava frustrada em função dos resultados eleitorais. Perdeu-se a crença dos

[27] Em Angola o sistema eleitoral é geral, ou seja, o único voto elege presidente e todas as pessoas que atuam no aparelho do Estado.

> partidos políticos. Os jovens em si, despertaram no seu interior a vontade fazer coisas sem que estivesse muito dependente daquilo que é ação dos partidos políticos. Então, o FAMA surge tal como muitas outras associações, tais como: a PLACA, o Agir e outras, no sentido de catapultar a comunidade, dar voz a comunidade e ser instrumento de luta para servir os interesses da comunidade. No caso do FAMA, as necessidades que a comunidade atravessava, tinha/tem o FAMA como representante legal na luta e na busca de resolução para aquela necessidade. Neste sentido, a questão da ponte do Malweka coloca ênfase e impacta de forma significativa naquilo que é a ação do FAMA. É nesse contexto que a ponte vai servir de meio para chamar atenção aos governantes sobre a real situação que o Malweka se encontrava. Essa articulação com outros manos do Malweka e o apoio da PLACA, fez com que conseguíssemos uma outra ponte, infelizmente, a mesma desabou. E deu-se o início a outra definitiva que teremos daqui a pouco. Neste sentido, é importante frisar que o FAMA é um instrumento de elevação da consciência cívica (entrevista realizada em, 3 de julho de 2023).

Como outras organizações da sociedade civil, ela é composta, hierarquicamente, através de um organograma, possuindo coordenador geral e adjunto, secretário-geral e adjunto, presidente da assembleia e adjunto, porta-voz, fiscalização, comunicação e marketing, conselheiros, membros honorários e efetivos.

De 2019 até o presente, o movimento possui o foco voltado para a defesa dos direitos fundamentais, além de realizar campanhas de limpeza, palestras sobre cidadania, participação nas manifestações em nível nacional e criação de biblioteca de rua. Os eventos apresentados enfatizam o desejo do movimento em disseminar a cultura política e o engajamento cívico nos jovens do bairro e a promoção da cultura local.

Além disso, também faz parte da sua agenda de luta, a implementação das autarquias[28] em todo território nacional, uma vez que é um tema que vem sendo discutido e representa um pacote aprovado pelo parlamento angolano, faltando, apenas, a sua implementação. Caso sejam realizadas eleições, o FAMA pretende eleger três deputados, pelos municípios de Cazenga, Cacuaco e Viana. Dentro desse contexto, existe uma intenção de participação nos assuntos políticos do país, não apenas nos deveres cívicos, mas, sim, nos processos decisores no aparelho do Estado (BAQUERO, 2008).

Esta tendência, entendida como ondas do despertar das mentes dos jovens para os negócios públicos, não é observada apenas no Malweka, muito pelo contrário,

[28] Em Angola o único dirigente eleito é o Presidente da República (PR) através do partido político. Uma vez este eleito, forma o seu governo e é responsável em nomear outros dirigentes. Em outras palavras não existe eleições locais como, por exemplo: para governador, administrador (prefeito), deputados etc. Todos estes cargos são atribuições do PR.

é uma movimentação, sobretudo, da juventude em todo território nacional angolano. Tem-se os casos, por exemplo, do Projeto Agir, Movimento Hip Hop terceira divisão, Movimento Jovens pelas Autarquias entre outros. Todos eles, têm um aspecto em comum que lhes caracteriza – a luta pela efetivação dos princípios democráticos estampados na Carta Magna da República (Constituição).

3.1 Jovens, cultura política e engajamento cívico em Angola

Entende-se que os jovens são vistos como sendo a continuidade de uma determinada sociedade. Uma sociedade sem jovens é aquela que não tem futuro, ou seja, pode ser considerada como o fim de um legado uma vez que não terá quem continue com aquilo que foi começado pela geração passada. A partir desse entendimento, cabe aos jovens a missão do autoconhecimento, buscando conhecer e compreender a importância que eles têm em cada sociedade por onde se encontram inseridos (GOHN, 2018; UNION AFRICAINE, 2020; MANUEL, 2023).

Para Gohn (2018), quando estudou os movimentos de jovens no Brasil entre 2013 e 2017, entendeu a existência de uma problemática conceitual: quais seriam os requisitos necessários para determinar quem e como descrever os jovens? Em outras palavras, a autora preconizava o debate teórico em torno dos conceitos “jovens e juventude”, estudos e políticas públicas, fazendo uma retrospectiva dos estudos já desenvolvidos e demostrando o quão desafiador é para os teóricos, bem como para as teorias postuladas, a análise da temática em questão. Conforme Gohn (2018), a característica entre os autores que se dedicam aos estudos sobre a juventude no Brasil é o quesito positividade, ou seja, o destaque da capacidade de inovação e criatividade, apresentando-se como agentes de mudança social. O aspecto negativo da problemática é a “idade”.

A *Union Africaine* (2020) apontou que experiências cotidianas de jovens africanos não podem ser entendidas como universais, visto que, em diferentes regiões do continente, desenvolvem as suas demandas em função das suas especificidades locais. Outro fator interessante observado, no que diz respeito à compreensão de quem e como seriam descritos os jovens na concepção da Union Africaine, entende-se por jovem toda pessoa de 18 a 35 anos de idade.

O que é apresentado como problema no contexto brasileiro por Gohn (2018), nos estudos de vários teóricos da temática em questão, a *Union Africaine* apresenta

como uma situação já resolvida para as diferentes realidades africanas. Para um olhar mais apurado do tema, retomando a Gohn, a questão da definição da idade juvenil não pode ser a única métrica para se compreender e/ou classificar uma pessoa como jovem ou não. Por exemplo: na emancipação de menores por escritura pública para maioridade, a partir de consentimento de pai e a mãe, a pessoa adolescente, passa ser considerada jovem ou adulta. O que torna mais complexa a compreensão e o debate sobre a idade juvenil no Brasil.

Com base nessa percepção, adiciona-se as particularidades como os jovens se organizam, tanto no Brasil como no continente africano, uma visão que pode agregar outros valores no debate em torno do ser jovem ou tornar-se em diferentes partes do mundo. Hoje com a intensificação da globalização está cada vez mais evidente que ser ou tornar-se jovem não depende da idade. É importante salientar que essa colocação se enquadra na observação dos marcadores sociais, e, não nos dispositivos jurídicos (leis e constituições de diferentes países).

Gohn (2018, p. 119) aponta, no que concerne pesquisas sobre a temática, que são poucos os estudos voltados “as práticas e os comportamentos dos jovens segundo uma lógica mais social, de reinvenção da cultura política existente, [...] adentrando o campo de novos diretos sociais, políticas e culturais [...]”. Dessa forma, o aprofundamento dos estudos sobre jovens na atualidade pode ser compreendido a partir de vários papeis exercidos por jovens socialmente.

Feitas essas considerações, faz-se necessário contextualizar as fases do processo da cultura política e engajamento cívico em Angola, em torno da construção da identidade angolana a partir das lutas dos movimentos sociais, desde os tempos remotos até a atualidade. Para tal, toma-se como referência a classificação de António (2013), que considera o processo da construção da identidade nacional angolana. O autor apresenta três períodos/fases que compõem a formação do nacionalismo angolano, que de modo geral, possibilitam a compreensão dos processos que inauguram a cultura política e engajamento cívico em Angola. Na percepção de António (2013), as escolhas ideológicas que Angola vai optar, em função da constituição das três repúblicas, são entendidas como fatores determinantes para se pensar uma cultura política e engajamento cívico.

A primeira república começa a partir de 1975, logo o pós-independência do país da colonização portuguesa. Neste sentido, a promulgação da Lei Constitucional pelo então presidente do MPLA e de Angola Doutor António Agostinho Neto, dará origem as primeiras instituições políticas do país. Entretanto, muito embora a Lei Constitucional diga que Angola é um país democrático, ele é caracterizado pelo monopartidarismo, algo que pode ser confrontado no art. 2 da mesma Lei (ANTÓNIO, 2013, p. 73).

Outra característica peculiar da Lei apontada por António (2013, p. 73), trata-se da linguagem da sua escrita que segundo ele seria de natureza “marxista-leninista”, evidenciando frases como “poder popular”, “massas populares” e “imperialismo”, apontando qual seria o caminho ideológico que o país embrionário poderia tomar.

Para Campbell (1976), a compreensão do futuro ideológico de Angola, depende do entendimento que se tem do seu passado histórico recente. Dessa forma, começa por criticar a postura que teve a comunidade midiática internacional, em relação aos três principais movimentos de luta de libertação de Angola, visão pelo qual colocava os três movimentos ao mesmo pé de igualdade. Todavia, depois da independência, essa visão mudou, sendo o MPLA rotulado como “marxista e comunista”.

Por isso, no entendimento de Campbell (1976, p. 275),

> Muitos ficarão surpreendidos ao saber que o MPLA não se intitula atualmente, nem nunca se intitulou no passado, comunista, marxista ou marxista-leninista. Por outro lado, uma perspectiva histórica que tenha em conta as origens e a evolução deste movimento permitem identificar os princípios que estão na base do MPLA - um movimento que, como o nome indica, é um reagrupamento de forças que favoreceram a libertação de Angola. Além disso, tal perspectiva revela claramente a continuidade dos princípios e a coerência da prática do MPLA. dos princípios e a coerência da prática do MPLA desde a sua criação em 1956 (tradução livre do autor)[29].

A visão de Campbell (1976) se diferencia de António (2013), que pode ser entendido a partir da dimensão geracional, ou seja, o intervalo de tempo que os dois textos são produzidos é um elemento importante a ser considerado para compreender

---

[29] Beaucoup seront surpris d'apprendre que le MPLA ne se dit pas maintenant et ne s'est jamais dit dans le passéni communiste, ni marxiste, ni marxiste-léniniste. Par contre, une perspective historique qui prend en compte les origines et l'évolution de ce mouvement permet d'identifier les principes qui sont à la base du MPLA - mouvement, comme le nom le suggère, qui est un regroupement des forces qui favorisaient la libération de l'Angola. De plus, une telle perspective révèle clairement la continuité des principes et la cohérence de la pratique du MPLA depuis sa création en 1956.

o MPLA na condição de governo/Estado e sua característica como comunista ou marxista-leninista. O texto de Campbell apresenta uma visão do MPLA de 1956 (ano da fundação movimento) até o primeiro ano do seu mandato como governo. Para a autora, o MPLA se diferenciava dos dois movimentos (FNLA e a UNITA), por ser "mais inclusivo" divergindo com os outros que se configuravam eminentemente como de preferências de grupos sociais[30] e regionalistas.

Campbell (1976) fez menção ao texto constitucional promulgado na primeira República, no qual apresentou um dos pontos para sua análise, a questão estrutural no processo da participação a partir do art. 3º, na qual se encontravam expressões como "massas" e "poder popular", o que para António (2013), eram prelúdios a uma pretensão marxista-leninista e comunista.

Trinta e sete anos depois do texto de Campbell (1976) têm-se o texto de António (2013) que retrata processos transitórios ideológico-político, através da leitura de outros documentos, como o caso da revisão da Lei Constitucional de 1975 no ano de 1991, com a abertura para o multipartidarismo e consequentemente, a constituição de 2010. Neste sentido, os dois textos que sucedem a Lei Constitucional de 1975, apresentam algumas alterações. Por exemplo: no art. 3º, o MPLA deixa de ser mencionado como o único representante do povo e o sufrágio universal periódico passa a ser um mecanismo de escolha dos representantes políticos pelo povo, tendo em vista os princípios democráticos[31].

Conforme a classificação de António (2013), a Lei Constitucional de 1991 inaugura a segunda República, num contexto em que Angola viverá uma nova fase política que pode ser considerada como o período de ruptura efetiva com o regime colonial. Nesse momento, abre-se espaço para a construção de um pensamento político "angolano" a partir das aspirações democráticas, adentrando, desse modo, ao multipartidarismo e deixando de lado o monopartidarismo que era consagrado na Lei Constitucional de 1975. O art. 24º apresenta de forma ampliada o debate sobre as liberdades e direitos, tais como de manifestação e outras formas de expressão em que, na primeira república, no art. 22º aparecem apenas direitos de reunião e

[30] Prefere-se o termo em detrimento da expressão "étnicas", visto que, parece carregar um peso colonial da sua etimologia que gera estranhamentos de outros povos.
[31] Os princípios democráticos expresso neste dispositivo legal são criticados, ou seja, apenas cumprem com os valores normativos teóricos e não na prática (Cf. ANTÓNIO, 2013).

associação. A segunda república abre precedentes para a terceira república no ano de 2010, ou seja, assiste-se ao fim da segunda república em 2010. A partir deste ano, o país deixa de ser orientado por intermédio de leis constitucionais, pois se promulga a Constituição de 2010. Sendo assim, entre 2010 a 2012, Angola esteve na sua terceira república.

A novidade observada na CRA de 2010 consiste no conjunto de dispositivos e/ou elementos que reconhecem e valorizam os direitos fundamentais dos cidadãos. Fato que pode ser verificado no preâmbulo e ao longo da redação da Carta Magna do país (Constituição). O texto revela-se como continuidade do projeto de abertura democrática, iniciado a partir da implementação multipartidária no ano de 1991. Entretanto, a visão apresentada neste estudo pressupõe um panorama geral. Por exemplo, o art. 1º começa afirmando a construção de um país que tem como base a dignidade da pessoa humana, além dos seus objetivos fundamentais que representam “a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social” (CONSTITUINTE, 2010, p. 4).

O art. 24º é outro exemplo, tendo como título: tarefas fundamentais do Estado. O art. é constituído por alinhas de “a” a “q”. Todas reforçam os compromissos com a democracia e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Neste sentido, destaca-se a (b), que pressupõe “assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais” (CONSTITUINTE, 2010, p. 10).

Apesar disso, conforme a classificação de António (2013), sobre as fases políticas de Angola, observa-se uma ordem cronológica que entrelaça legislações e processos eleitorais que o país atravessou até o período estudado por ele. Outro fator observado na periodização de António (2013), é a continuidade de repressões e descasos no que diz respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo aqueles relacionados com: liberdade de expressão, a associação e a manifestação. A mesma perspectiva é observada na obra de Telo (2012; 2023), na qual, o projeto nacional angolano fundamenta-se numa sucessão de violação dos direitos humanos. Em outras palavras: existe uma cultura política em Angola que se materializa pelas sucessivas violências.

Desta forma, diante de uma cultura política manifestada ao longo dos tempos na política de violência (DOS SANTOS, 2016; MBEMBE, 2018), desde o contato com

a colonização, a luta de libertação e a guerra armada representam ações violentas do Estado contra as populações. Essas ações, podem se manifestar em duas perspectivas – de um lado tem-se a sua continuidade através de discursos intimidatórios, por outro, algum segmento da população (sobretudo jovens) dispostas para mudanças de paradigma a partir de pressupostos que valorizam o Estado de direito democrático.

Dentro desse quadro, em resposta as constantes violações nos últimos 12 anos, de 2010 a 2022, os jovens angolanos de vários pontos do país, em particular os luandenses veem inaugurando uma nova cultura política que vai de contramão com aquela com que o país está acostumado (BITTENCOURT, 2010). Em outras palavras, os jovens tendem construir pontes a partir de ações e narrativas outras em torno do atual cenário político angolano.

3.2 A máxima “xé menino não fala política”: e quem deve falar de política?

A arte no geral, e a música em particular, sempre desempenharam um papel preponderante durante e pós as lutas de independências dos países africanos. Isso não é indiferente com o caso particular angolano. Após 1975, procurou-se adotar uma identidade político-cultural que pautasse pela angolanidade. Neste contexto, os artistas dessa época, carregavam em suas composições cunho ideológico-político-cultural como forma de emancipar e despertar uma consciência política cidadã (ALVES, 2019).

A disputa político-ideológica entre os movimentos de libertação vai causar outro momento de fortes tensões no país condicionando as relações não apenas políticas, mas também, interpessoais. Por exemplo: depois de 27 de maio de 1977[32], o cenário político angolano, muda radicalmente, isto é: falar de política passou a ser entendida como algo retaliação bem como de autopreservação. Em outras palavras, o medo será a condição *sino qua non* para as pessoas se autodiscipline sobre os assuntos políticos do país (ANTÓNIO, 2013).

Para tanto, a emblemática canção “Velha Chica”, de Waldemar Basto, gravada em 1983 no Brasil que foi lançada num período que se travava tensões

[32] Trata-se de uma data importante no processo de construção dos movimentos sociais e conseguintemente, de ondas de manifestações contra o regime do partido único na Angola pós-independência. Cf. António (2013).

políticas no país. A sua reverberação nacional através do trecho de refrão: “xé menino não fala política”, foi entendida literalmente, o que levou as pessoas a se policiarem quando o assunto era sobre política. Dessa forma, passou a ser uma tradição cultural-ideológica, transmitida de geração a geração. O teor da canção referia-se ao despertamento da consciência coletiva e o apelo a liberdade de expressão (ANTÓNIO, 2013; TELO, 2012; 2018; 2023).

A letra dessa canção evidencia o nível de proibição ao pacato cidadão que participasse de assuntos políticos, sobretudo as pessoas jovens daquela época (DIAS, 2017). Muito embora mal-entendida o seu conteúdo, mas, o seu uso social e a interpretação prática, remetiam ao temor de falar política que perduram até nos tempo atuais. Essa proibição, para as jovens mulheres a proibição é manifesta de forma sexismo hostil[33].

Este por sua vez, tem a suas principais formas de manifestações na violação dos direitos humanos e civis da mulher (TELO, 2018), em que, em um ambiente predominado pelos homens através do patriarcalismo, como no caso angolano, a interpretação sociopolítico da canção de Basto, coloca em evidência uma matriz cultural caracterizada pela visão que tem a mulher como incapaz, servindo apenas para cuidar dos assuntos domésticos, devendo permanecer calada diante dos homens, entre outras formas de preconceitos. O poema em seguida, compreende os contextos e o que a canção reflete para o mosaico político angolano.

Para uma menina até que és inteligente
E és bonitinha
Então não sejas problemática
Evita falar de coisas que complicam a nossa sorte
e só atraem morte.
Xé menina, não fala política
E tu até tens uma vida razoável
Por que a frustração?
Sê mais amável menos crítica
Menina, que já escolhe quando há eleição
Que sabe de cor o hino da nação

[33] Para o aprofundamento do tema, cf. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/8MMkftD47ShgRV4BnN6Zvyf/?lang=pt&format=pdf.

"Angola avante a revolução"
Só na canção!
Nunca ponhas em prática
Mas não te acanhes tanto
Vem, assiste os nossos comícios
Viste a nossa camisola
e ergue a nossa bandeira
Xé menina! Não vieste aqui falar política!
Era suposto seres só poética
Falar de flores e amores
Nada de dores e dessabores
Mas como?!
Se quase morreste porque o aborto nunca foi legal
e mesmo criminalizado não tiveste um parto humanizado
Kangonuako!
Deixa a política para os políticos
Até és boa menina!
E quando te tornaste pai e mãe dos teus irmãos
Recebeste o certificado da maturidade
És ajuizada apesar da idade!
Perdeste os dois no labirinto da vida
Mãe atropelada na zunga numa corrida com os fiscais
Pai morto na guerra civil lutando por causas ambíguas
Mas tu, firme, nunca cais
Mas se não deu para continuares os estudos
Porque o ensino parece totoloto e é para sortudos?
Calma, ora! Mas não fala política!
Se os anticoncepcionais são caros
Ou nas farmácias do teu bairro são raros?
Não fala da MINSA
Se engravidou, cria!
Não tem com quem deixar o teu disco?
Não existem creches públicas? Se vira!
Desempregada. A culpa não é do governo, nunca é!
Porra! Fecha a matraca, cala!
Mas política não fala!
Olhando bem, tu nem és tão menina assim filha!
Tás crescida e já dás!
Nós camaradas do XYZ somos generosos
Dinheiro pra mim é capim tás a ver né?!

Se te comportares bem, também vou te pôr bem
Mas fecha a boca e abre as pernas
Só não fala política!

Por Luzolo Feliz (Luz Feliz) via portal de Ondjango Feminista, 2018.

Considerando a atualidade do poema, permite-se perceber até que ponto as artes no geral e, a música em particular, influenciam e determinam as ações políticas sobretudo aquelas que emergem no contexto de lutas das independências africanas bem como no período pós independências. No contexto angolano, a longevidade do "xé menino não fala política" bem como o seu impacto em impossibilitar cidadão de falar política, pode ser um indicador para se averiguar como anda a democracia em Angola ao longo dos textos. Outrossim, por um lado tem-se o afastamento de muitos cidadãos na vida política, outro, a frase/trecho da canção hoje, serve como incentivo de muitos jovens para a vida política (DIAS, 2017), ou vida pública na atualidade (2023).

Quanto a primeira afirmação, Dias (2017, p. 4), aponta:

> A época de "menino não fala política" é marcada por uma cidadania passiva e muda, face aos problemas que enfrenta a sociedade, os cidadãos abstêm-se da esfera pública devido ao medo de retaliação. [...] a primeira República criou uma cidadania vigiada. O medo de retaliação e de estar sendo vigiado, permitiu uma disciplina que levou a autocensura e disciplina por parte dos cidadãos. Apesar de viver num país independente, a cidadania da primeira República promovia desconfiança [...].

A cidadania vigiada mais uma vez, reforça o velho dito "dividir para melhor reinar" da política colonial. Como se sabe, a administração colonial controlava tudo nos territórios colonizados. Neste sentido, participar da vida política como cidadão[34] dependia dessa administração (DIAS, 2017), em outras palavras: parafraseando Mbembe (2018), a ele compete o direito de determinar quem fala de política na condição de cidadão, e, aquele que permanece calado e obedecendo regras apenas, sem quaisquer direitos de opinião. Entretanto, neste processo destaca-se aquilo parecer ser fundamental: o fator raça (DIAS, 2017), isto é, concepção de que pessoas negras são "inferiores" em detrimento de pessoas brancas, determinava a participação cidadã nas colônias.

[34] Pessoa adotado de poder de opinar sobre os negócios públicos, quanto na sua forma mais complexa (cultural, sentimento de pertença e identidade), tanto na sua forma normativa (direito de votar e ser votado, participação política desde a forma partidária até nos movimentos civis) (Cf. ALMOND e VERBA, 1989; PUTNAM, 2006).

Nesta linha de pensamento, Dias (2017, p. 4-5) acrescenta que:

> A esfera pública da sociedade colonial era totalmente dominada pela administração colonial, ou seja, o aparelho repressivo colonial controlava os espaços de liberdade e de ação. Porém, mesmo com esta situação colonial, já havia, desde o século XIX, movimentos associativos, culturais e desportivos indígenas que reivindicavam, através da música da literatura os direitos sociais, econômicos e políticos para os africanos.

Tem-se aqui uma cultura de opressão no contexto angolano com as suas bases desde o período colonial tal como é apontado ao longo do texto até o momento (TELO, 2012; 2023; ANTÓNIO, 2013), em que, o período hostil no qual a nação angolana se funda, essencialmente na primeira República (1973), é observado como sendo a continuidade de violências de liberdades coletivas e individuais na esfera pública angolana.

A segunda afirmação, está alicerçada no processo da transição (ANTÓNIO, 2013; DIAS, 2017), da primeira República para a segunda. Pelo que se observa, o sistema político vigente (monopartidarismo) abraça a democracia (Lei Constitucional de 1991) abrindo para o multipardarismo. Na abertura democrática, presumia-se que os direitos fundamentais dos cidadãos (sobretudo de participação política aos cidadãos comuns) seriam efetivados na sua “integra”. Porém, não é isso que se vive ao longo da virada. António (2013) e Dias (2017), apontam o período como sendo de liberalização e não “democrático” tal como se conhece, visto que, os aspectos políticos da primeira República continuavam predominando no cenário político angolano.

Dias (2017), destacou que o período da segunda República foi marcado pelo desejo popular de falar ou participar da política. A liberalização foi entendida, como acesso ao mínimo de direitos fundamentais garantidos pela CRA. De outra forma, aquilo que era expressamente proibido como o direito a manifestação e associativismo, com a liberalização, os cidadãos, começam a ter espaço e/ou abertura para tal exercício (ANTÓNIO, 2013).

Muito embora a concepção de liberalização, o cenário político angolano era caracterizado da seguinte forma: a) liberalização ínfima, a participação dos cidadãos de forma seletiva, ou seja, através de algumas organizações criadas pelo governo (MPLA), os cidadãos adentravam nos assuntos políticos; b) a criação de tais agremiações teriam apenas uma única finalidade: ganhar simpatizantes e estender o seu poder de manipular o povo (ANTÓNIO, 2013; DIAS, 2017; TELO, 2023).

Os dois fatores indicados fundamentam as dificuldades de abertura política em Angola. De um lado tem-se uma abertura limitada pela continuidade de práticas de opressão pelo regime (ANTÓNIO, 2013); do outro, observa-se a criação de um novo mecanismo de controle (DIAS, 2017), no caso as Organizações da Sociedade Civil (OSC) com vínculo partidário. De outro modo, as OSC transformaram-se na extensão de poder do governo de controlar o cidadão mais de perto.

Muito embora as dificuldades, atualmente existe um movimento oposto das OSC daquelas apresentadas por António (2013). Hoje as OSC em Angola são engajadas com as causas sociais, sobretudo aquelas articuladas pelos jovens, preocupados com a ação política dos governantes. Em outras palavras, no contexto atual, os jovens questionam as decisões tomadas pelos governantes através de ações como: ativismos, associações, marchas e protestos nos espaços públicos de todo país.

3.3 Alternativas e vias de acesso à política de jovens angolanos na atualidade: associações, ativismos e protestos

Para Gohn (2018, p. 119), existem duas formas de observação da ação dos jovens: a primeira parte da própria sociedade e a segunda no contexto do poder público. Assim, para a autora, “entender e dialogar com os jovens pode ser uma das variáveis mais importantes, capaz de explicar o porquê de raramente, os jovens participam de políticas públicas”. De qualquer forma, dialogar é a linguagem por excelências das relações humanas em todos os aspectos.

O engajamento cívico, participação e cultura política de jovens no território nacional angolano (DIAS, 2017; TELO, 2018), ainda é um problema. Pode-se afirmar que carecem de iniciativas e políticas que instiguem os jovens para este fim. Isto pode ser observado através de dois fatores comuns na África Subsaariana – a) marginalização dos jovens nos processos políticos, ou seja, os jovens são tratados como pessoas que devem, apenas, observar e não participar, de fato, nos negócios do aparelho do Estado – b) dirigentes africanos (que participaram nas lutas de independências) acreditam que a abertura da vida política e a inserção de jovens no cenário político inviabilizaria suas aspirações políticas. Por isso, quase todos os governos da região são constituídos de forma centralizada, muito embora os poderes

sejam separados (executivo, legislativo e judiciário), observando-se que o executivo concentra todos os poderes (BEMBE, 2016; UNION AFRICAINE, 2020).

Essa postura tomada por muitos líderes políticos africanos, percebidas como desgoverno são responsáveis pela geração de conjunto de fatores que carrega consigo o descontentamento dos cidadãos, sobretudo, os jovens na atualidade. Quanto a isso, Bembe (2016, p. 75-76), aponta que:

> [...] a insatisfação e frustração sentidas por muitos africanos em relação aos líderes políticos e econômicos por estes terem sido incapazes de encontrar respostas adequadas aos problemas estruturais que os afetam, tornam urgente transformar África de forma que sejam construídas sociedades mais democráticas, participativas, representativas, inclusivas, justas, desenvolvidas e pacíficas.

Concordando com o Bembe (2016), existe uma forma generalizada de problemas que afetam os povos africanos, sobretudo, aqueles relacionados com os direitos fundamentais dos cidadãos. O cenário político de muitos Estados africanos, são de democracias fracas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), sendo que, a participação e a representatividade nos espaços de processos decisórios continuam sendo privilégio de alguns. Sendo a concentração dos poderes um dos problemas (para não dizer o maior problema) apontado por Bembe (2016), a independência dos três poderes de soberania (parlamentar, judiciário e presidencial), constitui caminhos que seria o passo a seguir para uma provável abertura democrática e participativa.

Olhando particularmente para Angola, essa realidade (participação política sem exceção de pessoas) ainda está muito longe, considerando os poderes desproporcionais concedidos ao Presidente da República (quando comparado com outros órgãos de soberania) institucionalmente (TELO, 2012; ANTÓNIO 2013). O povo angolano, em particular os jovens, buscam outros meios de abertura e acesso à política. Assim sendo, apresentam-se associações, ativismos e protestos como possíveis meios encontrados, pela sociedade civil, de participar na política de forma cívica e cidadã.

Conforme Scherer-Warren (2006, p. 110) “é importante enfatizar, portanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas”. Diante do exposto, associa-se a necessidade da inclusão de grupos que politicamente encontram-se marginalizados. A representatividade e políticas diversificadas tornam-

se pautas da agenda de ação da sociedade civil. A partir disso, a concepção teórica tripartite da sociedade civil na atualidade (relação entre o “Estado, mercado e a sociedade civil”) (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110), evidencia diferentes formas e perspectivas na qual a sociedade civil se manifesta na contemporaneidade. Por isso que Scherer-Warren (2006, p. 110), conclui que:

> [...] a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

Importante observar as múltiplas formas pelas quais a sociedade civil se apresenta nas suas articulações. Para tanto, dois fatores podem configurar-se como desafios na forma pela qual a sociedade civil se articula. De um lado, tem-se os desafios na definição da agenda de atuação, por outro, como implementar a sua efetivação, uma vez que existem ambiguidades e lutas de interesses entre as forças dos elementos que compõem as perspectivas tripartites. Para isso, considerando que a sociedade civil tem como uma das metas representar, significativamente, os interesses da sociedade no qual está inserida, torna-se fundamental estabelecer uma agenda de diálogo permanente com seus membros, como forma de encontrar pontes na execução de suas ações.

3.3.1 Associações

Lavalle (2020) entendia que quando se fala de associações, se está diante de formas mudáveis de associação. Para o autor, associar-se consiste em estabelecer um vínculo de engajamento pré-estabelecido na condição em aderir a uma associação, isto é, ocorrem trocas de várias naturezas legitimadas entre os membros dela.

Para Tocqueville (2005, p. 220),

> Uma associação consiste apenas na adesão pública que certo número de indivíduos dá a determinadas doutrinas e no compromisso que contraem de contribuir de uma certa maneira para fazê-las prevalecer. [...] a associação possui mais força do que a imprensa. Quando uma opinião é representada por uma associação, é obrigada a tomar uma forma mais nítida e mais precisa.

Considera-se associação, quando um grupo de indivíduos, de comum acordo, motivam-se publicamente em busca de valores materiais e imateriais, caracterizando

um grupo. Entendendo a forma de como a noção de associação foi se disseminando pelo mundo, Putnam (2006, p. 147-148), relatava que:

> [...] o século XIX foi uma época de incomum efervescência na vida associativa em grande parte da Europa ocidental, sobretudo entre as chamadas classes "populares" - isto é, o grosso da população. As formas mais antigas de sociabilidade organizada, como as confrarias religiosas e as guildas medievais, tinham gradualmente perdido seu vigor nos séculos precedentes, tornando-se meros vestígios da época em que verdadeiramente mobilizavam os interesses e as paixões populares.

Diante do exposto, fica evidente que desde a antiguidade as associações foram movimentadas por interesses populares. Entretanto, o bem comum é manifestado como símbolo dessa união organizacional entre as pessoas de uma determinada associação. O século XIX é comumente conhecido como de grande transformação, muito embora o debate, que se trava neste período da humanidade, tenha tido o seu foco nas duas Revoluções (industrial e francesa). Quanto à África, foi observado fortes resistências ao colonialismo através das alianças de diferentes povos (MBEMBE, 2014; MALOMALO, 2021; MAZRUI; WONDJI, 2010).

Na visão de Putnam (2006), em um universo múltiplo de associações, a confiabilidade entre os associados apresentava-se como uma condição *sine quo non* na forma pelo qual os indivíduos relacionavam-se entre si. Neste sentido, a confiança permeia o processo de articulação da associação enquanto uma coletividade. Para isso, ele alerta que o sentimento de confiança é variável entre os indivíduos, podendo ser entendida a partir de dois fatores – a) uma confiança baseada no contato direto; b) e outra de forma indireta. Esses dois fatores podem se apresentar pelo víeis de “qualidade e densidade”, que remetem a ideia pela qual como as ações coletivas se manifestam na sociedade e o seu alcance no impacto social.

Segundo Freire (2014), as associações articulam interesses que tem a ver com o bem coletivo e a autonomia na realização das suas demandas, sendo elementos indispensáveis na Ciência Política, sobretudo, nos estudos que se dedicam à compreensão das instituições participativas. Nesta perspectiva, a autonomia é percebida como a capacidade que as associações têm de influenciar, mediar e de colocar as suas pautas em ação.

As associações como parte de movimento da sociedade civil ou movimentos sociais, desempenham um papel fundamental nas sociedades contemporâneas,

sobretudo, pelo fato de se configurarem como grandes impulsionadores de políticas públicas nos espaços em que eles atuam (SCHERER-WARREN, 2008).

Abbers e Bülow (2011), localizam dois movimentos teóricos que tratam sobre os movimentos sociais – o primeiro tem o seu foco no papel da multiplicidade de organizações da sociedade civil baseadas na solidariedade (substituindo o termo “movimento social” pelo conceito de sociedade civil), e – o segundo está preocupado no que diz respeito à ampla gama de processos pautados pelo conflito político (introduzindo o conceito de *contentious politics*, ou a “política do conflito”).

Observa-se disputa no campo teórico entre os dois movimentos, ou seja, disputas teóricas e de definição que determinam o campo de atuação ou na relação entre os atores sociais e estatais. Entretanto, muito embora a disputa conceitual, os termos: ação coletiva, atores sociais e estatais, construção de redes etc. representam perspectivas que mais as aproxima do que as separa. A despeito das duas tendências, as relações com os movimentos sociais e Estado se dão através da ampliação do campo de atuação dos atores sociais, buscando cada vez mais aproximar o Estado da sociedade civil, não perdendo de vista as especificidades nas suas formas de atuações. Outrossim, no texto nota-se que, “a autolimitação é vista como necessária para que associações e grupos na sociedade civil possam se caracterizar como esfera pública” (ABBERS; BÜLOW, 2011, p. 57).

Observa-se que as associações desempenham um papel importante na transformação das sociedades pelas quais estejam inseridas. A natureza de condução dos problemas sociais dentro de uma determinada associação permite visualizar a forma como as relações de poder ou interpessoais se estabelecem no espaço público e/ou privado por onde as associações exercem as suas influências. Nesta perspectiva de atuação das associações é que se manifestam também os ativismos.

3.3.2 Ativismos

Partindo do pressuposto de que as associações são formas pelas quais grupos ou indivíduos se organizam, os ativismos seriam então o *modus operandi* pelos quais as organizações da sociedade civil lidam com a prática, colocando em prática as demandas e os interesses da coletividade. Atualmente, os ativistas que militam

pelos direitos humanos, ambientais, políticos e sociais vêm ganhando muita notoriedade devido a natureza de suas lutas. Em Angola, por exemplo, nos últimos dez anos, essa prática tem se destacado entre os jovens de diversos estratos sociais (SCHERER-WARREN, 2006; LIMA, 2013).

Para Scherer-Warren (2006, p. 120),

> Muitos têm afirmado que o ativismo e a militância vêm perdendo fôlego nas últimas décadas. A militância que se autodefinia como "revolucionária", certamente sim. Mas há um outro tipo de ativismo, que se alicerça nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação e que vem crescendo significativamente nos últimos anos.

No continente africano, particularmente em Angola, a concepção de que a revolução é um dos principais caminhos para alternância política, a "militância revolucionária" faz sentido e parte das preocupações dos ativistas e dos partidos de oposição (BUSSOTTI; MUTZENBERG, 2016; MUTZENBERG, 2015).

Ainda sobre Angola, em 10 de agosto de 2016 a *Amnesty International* chegou a publicar uma matéria fazendo referência a detenção de quatro jovens ativistas do Movimento Revolucionário da província/estado de Benguela pela Política Nacional (PN) na noite de 4 de agosto, sem culpa declarada. Este caso revelou o vigor dessa concepção de ativismo em outros lugares do mundo. No mais, tem-se aqui um exemplo contemporâneo de ativismo atrelado a revolução, isto é, uma militância revolucionária que luta pelas causas sociais, sobretudo, aquelas relacionadas com o bem-estar da população. A principal causa da apreensão dos jovens ativistas tratava-se de manifestação pacífica exigindo medidas eficientes contra a inflação em Angola (AMNESTY INTERNATIONAL, 2016).

No contexto angolano, existe uma combinação de militância revolucionária com os valores democráticos. As mesmas pessoas que se autodeclaram "revolucionárias", também se reconhecem como ativistas e lutam pela valorização e cumprimento dos valores democráticos presentes na constituição do país o que Lima (2013), vai chamar de *nouvelle révolution*. Há aqui no entanto, uma percepção de que, os movimentos de jovens na contemporaneidade angolana, militam em prol de mudanças que se caracterizam como revolucionárias, podendo ser equiparada com as lutas revolucionárias pela libertação dos países africanos.

A combinação na qual se refere, é visível entre os ativistas do Movimento Revolucionário do caso 15+Duas[35]. Estes se consideram ativistas revolucionários, uma perspectiva que não parte apenas deles, mas da sociedade angolana. Aliás, o caso em questão é um dos mais célebres na Angola contemporânea sobre o ativismo e movimentos sociais. Os arguidos deste caso, vêm trabalhando na luta pelos direitos humanos sobretudo, desde 2010. Um dos membros, conhecido como Mbanza Hanza (tendo como nome de registro Afonso Mayenda João Matias), atualmente pretende regularizar o partido político Angola Primeiro (AP) criado por ele. Recentemente, publicou na sua página do Facebook um retrato de 2013, para expressar o sentimento de progresso no que diz respeito à ativismos revolucionário no país.

[35] Conforme o site frontlinedefenders.org “em junho de 2015 a polícia angolana deteve 13 defensores de direitos enquanto eles participavam de uma reunião. Eles estavam lendo o livro de Gene Sharp, From Dictatorship to Democracy, e discutindo métodos pacíficos de protesto. Dois dias depois, mais dois ativistas foram detidos. As autoridades também apresentaram acusação formal contra duas mulheres ativistas de direitos humanos, Laurinda Gouveia e Rosa Conde – mas não as detiveram. O grupo de defensores/as de direitos humanos ficou conhecido como Angola 15+Duas. Dentre os defensores de direitos humanos detidos estão Domingos da Cruz, Afonso Mayenda (também conhecido como Mbanza Hamza), Luaty Beirão, Manuel Nito Alves and Albano Bingo”. Cf. https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-angola-15.

Figura 6 A história da Revolução na contemporaneidade angolana

Fonte: página do Facebook de Mbanza Hanza.

Matias (2023), faz uma descrição dos nomes dos ativistas (Figura 6) da esquerda à direita, relatando a nova geração que não tem ideia de quem foi Noz Cinquenta, visto que, alguns já não fazem parte do movimento por causa da perseguição política e, outros, se encontram exilados em alguns países da Europa bem como nas Américas. Outrossim, na fotografia, alguns já não fazem mais parte deste plano (mundo).

Na concepção de Abers (2021), quando se fala de ativismo, trata-se de uma busca constante para a transformação.

> [...] ativismo envolve enfrentar resistências. Estudá-lo significa examinar processos que na maioria das vezes não serão bem-sucedidos, devido justamente às desigualdades de poder entre os vários atores que habitam as instituições. Movo-me não pela crença de que burocracias são normalmente transformadas por ativismo, e sim pelo exame de processos que mostram que, mesmo em uma ecologia hostil como a burocracia estatal, as sementes de luta conseguem sobreviver (ABERS, 2021, p. 19).

O entendimento da autora sobre o ativismo remete a uma reflexão em torno da ação dos movimentos sociais. Neste sentido, as ações ao ativismo se manifestam em um campo que se configura como de ação contínua de enfrentamentos e resistências. Isto quer dizer que disputas em defesa de uma determinada pauta ou

demanda, é algo que permeia as relações entre os indivíduos no ativismo. No mais, a multiplicidade ou ecologia hostil no ativismo, torna-se fundamental para agendas ou pautas de atuação dos movimentos sociais.

Para melhor compreensão conceitual do ativismo, haja vista disputas no campo teórico de como definir o ativismo, Abers (2021), apresenta um quadro que ela chama de bases conceitual do ativismo, fazendo um diálogo entre conceitos e principais fontes de inspiração teórica para a construção dele.

Quadro 3: Bases do conceito de ativismo conforme Abers (2021)

<table>
<tr><th colspan="2">Conceitos</th><th>Fontes de inspiração teórica</th></tr>
<tr><td colspan="2">Ação e estruturas se constituem mutuamente</td><td rowspan="2">Giddens, Bourdieu, Sewell</td></tr>
<tr><td>Contextos estruturais são “problemáticos”</td><td>Atores são ao mesmo tempo “inteligentes” e “inseridos em contextos...”</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ação criativa é inteligente e situada; contexto (normas e crenças sociais, distribuições de recursos materiais, redes de relacionamentos ao mesmo tempo constrange e propicia instrumentos</td><td rowspan="2">Pragmatismo</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ativismo é um subtipo de ação criativa</td></tr>
<tr><td>Ativismo é orientado por causas contenciosas (ideias que defendem ou contestam instituições que organizam relações de poder)</td><td>Ativismo envolve ação coletiva</td><td>Literatura de movimentos sociais</td></tr>
</table>

Fonte: Abers (2021, p. 32). Alterações do autor.

Assim sendo, a dimensão que orienta o ativismo determina e condiciona o se *modus operandi*. Para isso, de um lado tem-se os anseios que se manifestam como constructo, ou seja, a base das operações, do outro, a materialização dos anseios em transformações substanciais. Nesta perspectiva, entende-se o ativismo como o ato de combinações de ideias que resultam de necessidades comuns entre os indivíduos, que se transformam em demandas palpáveis com intuito de mudar uma dada situação que pode ser considerado público ou privado. Dessa forma, os atores sociais são movidos pelo desejo de solucionar problemas que lhes são comuns, tanto do âmbito ideológico como aqueles que afetam as suas comunidades.

3.3.3 Protestos

Entre várias formas que os movimentos sociais têm de atuações, os protestos geralmente, são vistos como uma das formas mais clássicas de reivindicações pelos movimentos sociais. Em muitos casos se dão por meio de consenso, fazendo petições por intermédio de cartas, passeatas/marchas, protestos sociais, entre outros. Em linha gerais, os protestos tornam-se mecanismos pelos quais os movimentos sociais buscam chamar atenção do Estado/governo quando existe uma inobservância, sobretudo nas políticas públicas. Neste sentido, as ruas se tornam palcos políticos e de representação das lutas sociais (JASPER, 2016).

Para Jasper (2016), os protestos estão em todas as esferas da vida humana. Atravessam as relações que se estabelecem de forma hierarquicamente, ou seja, se caracterizam em ordenação e subordinação. Nesta condições, dão-se através de um movimento sutil; quando se trata do universo doméstico, as pessoas em muitos casos protestam de forma vigiada. Os diferentes tipos de mecanismos que os indivíduos usam para protestarem Jasper denomina de: arma dos fracos, visto que, sutilmente usam tais mecanismos como forma de atingir aquelas pessoas em que eles consideram de opressores.

Considerando a relevância dos protestos na atuação dos movimentos sociais, Mutzenberg (2015, p. 418), aponta o seguinte:

> Considera-se que “protestos sociais” são um fenômeno ubíquo na história, nas mais diversas sociedades e processos civilizatórios. Tais manifestações foram e são classificadas e nomeadas a partir de posições sociais, de interesses, de concepções de quem as classifica ou as nomeia. Há, assim, condicionamentos sociais, culturais, políticos e de concepções do real subjacentes à produção de conhecimento/desconhecimento sobre os fenômenos aqui referidos.

Segundo Jasper (2016, p. 100), “os direitos dos cidadãos constituem uma infraestrutura fundamental para o protesto porque estruturam os custos de diferentes tipos de ações”, em que para as ruas seriam campos políticos para os movimentos sociais. A partir disso, abre-se uma brecha de possibilidade para perceber o quanto existem diferentes formas de articulações dos movimentos sociais em espaços heterogêneos. Na mesma perspectiva, encontram-se os argumentos de Bussotti e

Mutzenberg (2016), que apresentam análises em torno da natureza dos movimentos sociais, especialmente os relacionados com jovens e a partir da dimensão urbana. Em que, os autores observam a centralidade do Estado desde o período das lutas e de independências dos países africanos até no pós-independência manifestam-se como obstáculo para a visibilidade dos movimentos sociais nos espaços públicos daquele continente.

Esta postura vem revelando as práticas de opressão que continuam presentes no continente africano, mesmo depois da colonização. Como resultado, tem-se observado uma outra revolução estrutural contra os modos de atuações de muitos governos africanos. Uma pauta eminentemente dos movimentos sociais, o que não significa a exclusão de outros movimentos nessa luta.

Tendo em conta as especificidades dos países africanos, sobretudo, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Mutzenberg (2015, p. 431), aponta que existe um conjunto de condições implícitas nos processos de mudanças no cenário político e econômico que “[...] põe como questão a relação entre Estado e sociedade, cujas análises têm salientado o comportamento intervencionista e a não inserção da população nos acontecimentos políticos”.

O comportamento intervencionista do Estado, tem condicionado inclusive o processo de produção acadêmica relativamente a atuação dos movimentos sociais nestes países. Tal visão é apontado por Mutzenberg (2015, p. 431), da seguinte maneira:

> O tema das mobilizações sociais em África, salvo melhor avaliação, foi retomado na última década, seguindo uma tendência mais geral, apontada anteriormente, em que se acentua uma descentralização conceitual e das temáticas e aquilo que se poderia considerar como “setorização das mobilizações”, tendência esta surpreendida nos últimos anos com as manifestações e protestos de massa, colocando em evidência o papel das novas mídias.

Atualmente, o que se observa no continente africano, particularmente em Angola ou até mesmo nos PALOP, não é apenas a mudança de tendência em nível conceitual, mas se trata de uma mudança de consciência sobretudo nos jovens, no qual o associativismo aparece como sendo o meio de participação social e política no continente africano.

3.3.4 O associativismo entre os jovens luandenses

O associativismo em Angola não é algo recente. Pode-se dizer que tem um processo histórico, sobretudo, pelo papel desempenhado durante o período da transição democrática no país (ANTÓNIO, 2013). Estudos como de Bittencourt (2016), apontam, por exemplo, a década de 1980 como sendo o período de abertura de um associativismo que poderia se constituir como terceira força. Uma força associada aos ideias da democracia participativa.

Nas palavras de Bittencourt (2016, p. 173), entende-se que:

> A ideia de uma terceira força era em parte fruto de uma trajetória iniciada em meados dos anos 1980 com os chamados "democratas independentes", ativistas dos direitos humanos, críticos ao regime de partido único e defensores da paz, que residiam nos centros urbanos do país. Muitos desses indivíduos mantinham boas relações com a Igreja Católica, instituição com representação e apoio popular suficiente para, em certa medida, lhes garantir alguma retaguarda.

Uma perspectiva com intuito de repensar a cultura política, ou seja, a cultura do regime de partido único que imperava nos primeiros de pós-independência. Dentro desse quadro, o associativismo tem como um dos principais focos a abertura democrática, bem como outras formas de participação e representação na esfera pública angolana.

Segundo Bittencourt (2016, p. 173),

> Essas ideias iriam gerar a Associação Cívica Angolana (ACA), em 1990, ainda antes da oficialização do multipartidarismo, ocorrida em maio de 1991. Presidida por Joaquim Pinto de Andrade, a ACA acabaria fugindo a uma oficialização como partido político e optaria por estabelecer alianças com diferentes partidos que surgiam na nova vida política angolana, em especial a Frente para a Democracia (FpD), que reunia dissidentes do MPLA. A aproximação aos partidos acabaria levando à extinção da ACA.

Dito isso, em Luanda existem várias formas de associativismo (LOPES, 2010), no qual se destaca aqueles do âmbito cultural como arte, música, economia, associativismo social e político. Os dois últimos é que interessam para este estudo. Entretanto, na contemporaneidade tem-se observado que esta prática vem se tornando cada vez mais presente entre os jovens luandenses. Bittencourt (2016), aponta processos importantes no cenário política angolano: 1) abertura democrática de 1991 não foi efetiva, mas sim, normativa. Nota-se que a literatura que trata sobre o processo ou da transição democrática angolana, é registrado como processo de

liberalização e não de democratização (ANTÓNIO, 2013; BITTENCOURT, 2016; BUSSOTTI; MUTZENBERG, 2016); 2) desde os anos de 1980 até o momento (2023), é possível perceber que as lutas continuam sendo as mesmas no cenário político angolano – de abertura política e participação de outros seguimentos da população, tendo como principais impulsionadores a sociedade civil.

O período de 2017 a 2020, marca o ativismo juvenil na contemporaneidade angolana. Neste período, observou-se transformações que influenciaram as políticas do governo/Estado. Tem-se de um lado, fortes pressões da sociedade civil levado a cabo as demandas sociais; do outro, transformações ou mudanças na arena política. A sociedade civil vem pressionando o Estado de modo que haja abertura de outros atores participarem no cenário político do país.

Quando questionado ao integrante 1 sobre a situação atual do ativismo, ele faz a seguinte observação:

> [...] a época de 2017, 2018, 2019, depois veio 2020 a Covid, ali já o ativismo começou a estragar depois de 2019, mas em 2019 o ativismo acendia, criavam-se muitas organizações da sociedade civil, mas depois da Covid veio surgindo algumas coisas e o ativismo mais ou menos em Angola declinou-se. Até agora estamos num declive no ativismo (segunda conversa com o entrevistado 1 em: 29/07/2023).

O período mencionado se caracterizou por mudanças de paradigmas, ou seja, de rompimento com a “cultura do medo e de não fala política” instaurada no país, para o início de uma “nova cultura política”, aquela que “posso falar da política, questionar e participar nos assuntos políticos do país”. Outrossim, foi observado neste período que os jovens foram motivados pelo forte desejo de transformar e mudar as realidades sociais das suas localidades, bem como de todo país.

A visão transformadora também é vista na fala de integrante 2 na sua abordagem sobre o surgimento do FAMA,

> [...] eu mais algumas pessoas procuramos fazer alguma coisa. Nos comunicamos. E aí a Placa convidou-nos que haveria uma limpeza. Lá mesmo na nossa comunidade de Malweka. Então, nós falamos. Não adianta. Nós estamos a fazer parte da Placa. Enquanto nós também temos uma comunidade aqui. Podemos fazer alguma coisa. Então, nós nos reunimos para ver se pressionamos o governo para repor a ponta. Aí começa a ideia de termos uma organização que é o FAMA. Então, nós nos reunimos. Falamos: quando é que podemos fazer uma petição para levar até o governo provincial (Conversa com o entrevistado 2 em: 28/06/2023).

Dentro desse quadro da transformação social e política, os jovens articularam-se em várias frentes, como é o caso do associativismo, com vista a encontrarem

soluções conjuntas para as suas comunidades. No mais, neste processo de mudanças existe um outro movimento que estes jovens fazendo que é a valorização de saberes endógenos, buscando solucionar problemas a partir de valores civilizatórios locais. Uma perspectiva que parece um pouco ambíguo quando Mutzenberg (2015), trata sobre a dificuldade de combinar a tradicionalidade e modernidade nos sistemas de governos dos Estados africanos no pós-independências. Neste sentido, as experiências locais, levam estes jovens a elaborarem planos de como atuar com o governo, como é o caso particular do FAMA.

Figura 7 Projeto Agir e Forças Ativas do Malweka juntos pela Cidadania

Fonte: Projeto Agir (via Epito repórter)[36]

A Figura 6, retrata o primeiro encontro entre o FAMA e o Projeto Agir. São duas associações que atuam no ativismo social e político no mesmo município (Cacuaco). Entretanto, existe uma especificidade no processo de atuação entre ambos – enquanto o Projeto Agir está mais presente na Sede e em outros bairros de Cacuaco, o FAMA, atua em três municípios (Cazenga, Cacuaco e Viana), devido a sua

[36] Cf. Epito repórter - Projecto Agir e Forças Activas do Malweka juntos pela Cidadania. Disponível em: https://epito-reporter.com/?p=2119. Acesso em: 10/09/2022.

localização geográfica. Esse encontro preconizou relações entre ambas as associações na realização conjunta de projetos comunitárias.

Ressalta-se que o Movimento Jovens pelas Autarquias (MJpA) possuem o FAMA e Projeto Agir como integrantes. O MJpA é uma aglutinação de vários movimentos da sociedade civil que se diferencia das demais OSC que surgiram nos anos de 1980, durante o processo de “abertura democrática”. É resultado também, do Movimento Revolucionário que reivindicava os 32 anos do Presidente José Eduardo dos Santos. Depois da queda do Presidente, mudou-se a tática de luta – o foco passou sendo a realização das eleições municipais e de deputados de forma separada com as presidenciais, no caso, o dito autarquias em Angola (SANTOS, 2020).

O MJpA é dirigido por um colegiado, composto por representantes de cada organização vinculada ao movimento. Trata-se de uma gestão compartilhada entre os seus membros que, até então, contava com recursos próprios. Isso se constituiu como um dos fatores fundamentais que diferenciou o movimento de muitos organizações que surgiram antes, visto que, muitas dessas organizações apresentam caraterísticas diferentes no ponto de vista de realização de suas atividades e no plano dos objetivos (SANTOS, 2020).

Conforme Santos (2020, s/p.),

> [...] existe porém, uma nítida distinção entre as organizações que compõem o MJpA e as tradicionais OSC que começaram a surgir na década de 90 após a instituição formal da democracia em Angola, esta distinção faz das organizações que compõem o MJpA pioneiras de um novo para de participação política e cívica. Esta distinção pode ser feita com base em três critérios: (i) do objeto; (ii) do âmbito; e (iii) da natureza.

Essa distinção não os torna pioneiras, porém apresentam um novo paradigma de participação política e cívica, bem como inauguram uma nova cultura política atrelada à conscientização através do letramento político nas comunidades. Igualmente, essa caraterística do movimento é notada, sobretudo, no processo da sua gestão rotativa entre os movimentos vinculados ao MJpA. Dessa forma, os encontros entre os membros, geralmente, segam o processo de rotatividade, o que significa, que o MJpA realiza atividades nos municípios pelos quais os movimentos associados atuam.

A constituição de um governo local, para Putnam (2006), aparece como uma ideia inovadora nos seus estudos sobre a península italiana. Para ele, o novo, no caso,

a implementação de governos locais naquele período representava uma prática significativa para os cidadãos italianos que se encontravam nessas diversas localidades que acabavam de experimentar outras formas de governo. Quanto a prática de implementação de governos locais, é apreciável uma vez que em muitos casos, os cidadãos conseguem se espelhar nos seus governos. Por outra, quanto mais perto o governo se encontra do povo, com maior probabilidade ele consegui perceber e buscar formas de como solucionar os problemas que a comunidade atravessa.

Figura 8 Reunião colegial do MJpA com a participação do FAMA

Fonte: página do Facebook do FAMA. Encontro realizado em: 17/07/2021, e a figura foi publicada em: 18/07/2021.

Na Figura 8, observa-se um dos encontros do MJpA, no bairro Golfe II em Luanda. Os dois jovens, ao centro, participavam de um evento representando o FAMA. Fica evidente a forma como o MJpA vem atuando em colaboração com os seus membros. Em conversa com o integrante 1, ele deixou transparecer que o movimento possui ambições que vão além da juventude, ou seja, para ele o movimento há alguns

meses deixou de ser de jovens pelas autarquias, passando assim, de Movimento Nacional para Autarquias (MNA).

> [...] quando o MNA, que era antigamente o MJpA, que é o Movimento de Jovens pelas Autarquias, mas passamos do Movimento de Jovens pelas Autarquias para o Movimento Nacional para as Autarquias, organizou marchas, o FAMA subscreveu, porque a fama é um dos cofundadores do antigo MJpA, que é o atual MNA. Então, o FAMA, como organização, já teve muitas manifestações. Mas como marcha, apenas uma. Mas em conjunto com outras organizações, o FAMA estava em quase 90% ou 95% das marchas em Angola (segunda conversa com integrante 1 em: 29/06/2023).

A pergunta que ocasionou essa afirmação, foi quando se questionou a participação do FAMA nas manifestações. Diante do exposto, quando observado com atenção a mudança de MJpA para MNA, fica evidente a consistência na articulação das dinâmicas do movimento, permitindo afirmar que existe confiança entre os membros, resultando em ação criativa na expansão do movimento em todo território nacional (PUTNAM, 2006; CASTRO, 2008; ABERS, 2021). Com pouco tempo de existência (o movimento surgiu entre o final de 2018 e início de 2019), conseguiu ter alcance nacional. Atualmente, o movimento apresenta-se como alternativa para muitos jovens em Angola, sendo que frases como: “a minha geração não pode falhar”, passou a ser recorrente na fala de muitos ativistas afetos ao movimento (SANTOS, 2020).

O rápido crescimento do movimento pode ser explicado por dois fatores fundamentais: 1) inobservância normativa generalizada do governo/Estado às questões ligadas aos direitos fundamentais garantidas na constituição – 2) falta de credibilidade nos partidos políticos e nos programas de governo pelo povo no geral, e em particular pelos jovens. E, o movimento surge como defensor, exigindo ao governo/Estado a efetivação destes direitos. Dentro desse quadro, nos últimos anos (2017 a 2022), tornou-se notável que no seio da juventude angolana, independentemente de comunidade, cada um desenvolve ou desenvolveu consciência/cultura de defesa de lugar, como é o caso particular do FAMA (ALMOND, Gabriel; VERBA, 1989; BAQUERO, 2008).

3.3.5 “A polícia é do povo, não é do MPLA”: manifestações e repreensões policiais em Luanda

As ondas de manifestações da Primavera Árabe que teve seu início em dezembro de 2010, influenciaram substancialmente os anos que se seguiram na ação coletiva da sociedade civil em Angola. Em 2011, alguns jovens da capital angolana (Luanda), reuniram-se na praça da independência influenciados pelo apelo de um jovem nas redes incitando a derrubada do antigo presidente José Eduardo dos Santos, que na perspectiva de Lima (2013), passou a ser conhecida como sendo: *la nouvelle révolution en Angola*.

Para Lima (2013, p. 23),

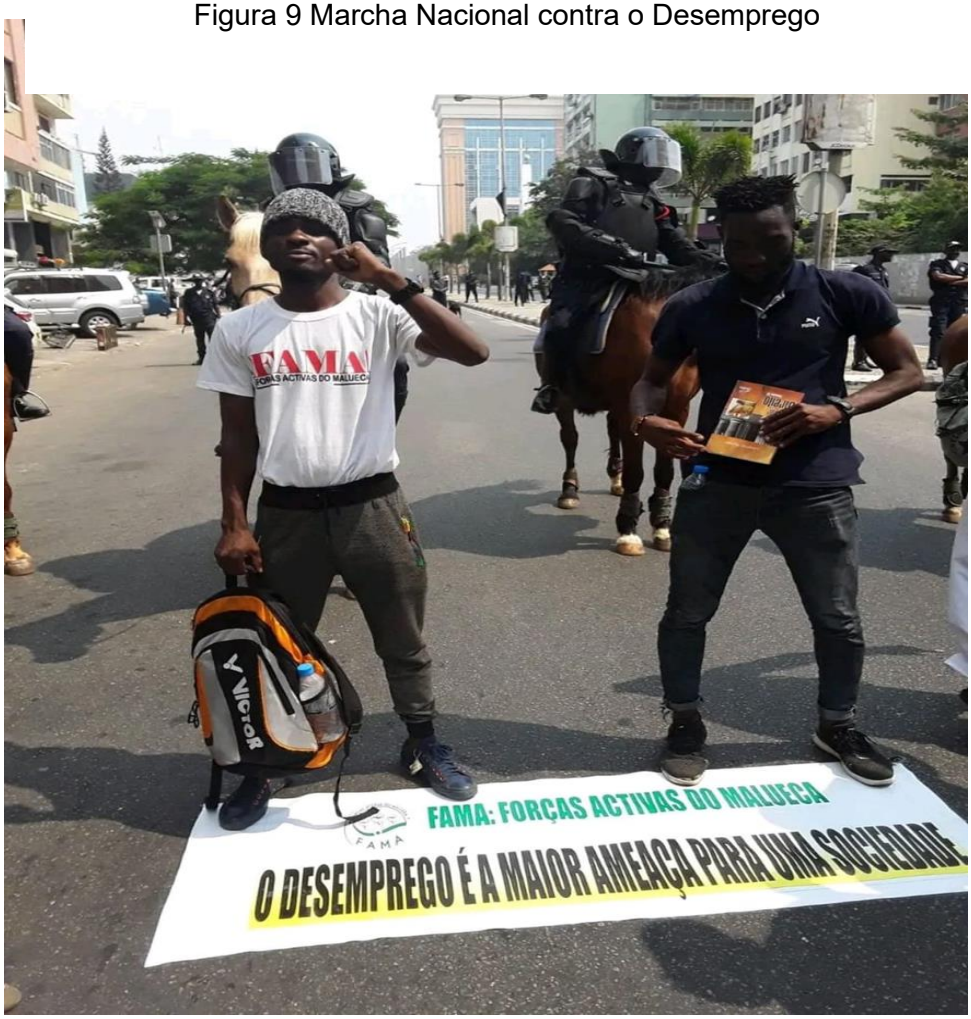
> 7 de março de 2011, meia-noite. Desasseste jovens angolanos reúnem-se na Praça da Independência, em Luanda, em resposta a um apelo de uma pessoa cuja identidade ainda é desconhecida. A manifestação não se realizou e as pessoas reunidas foram dispersas pela polícia local: foram detidas sumariamente e as câmaras dos dois jornalistas presentes e os telemóveis dos manifestantes foram confiscados (tradução nossa).[37]

A data em questão é constituída por muitos ativista como sendo o marco do ativismo em Angola na contemporaneidade. Na perspectiva de Matias (2013), a data deve ser celebrada como feriado nacional cívico, uma vez que, desde essa data até o momento, as manifestações nunca pararam. Atualmente, as manifestações têm se intensificado, bem como novas dinâmicas de protestos entre os jovens em nível nacional.

---

[37] *7 mars 2011, minuit. Dix-sept jeunes angolais se réunissent sur la place de l’Indépendance à Luanda, en réponse à l’appel de cette personne dont on ignore toujours l’identité. La manifestation n’a pas lieu, les personnes rassemblées sont dispersées par la police locale : emprisonnement sommaire, confiscation des appareils photos des deux journalistes présents et des téléphones portables des manifestants.*

Figura 9 Marcha Nacional contra o Desemprego



Fonte: arquivo pessoal de Bernardo Ntiama.

A Figura 9 mostra uma das manifestações do tipo marcha em vários pontos do país, que denunciava o alto nível do desemprego em Angola. De fato, a marcha contra o desemprego teve muitas fases em todo território nacional, em resposta à uma propaganda e/ou plano de governo que foi lançado na campanha eleitoral que elegeu João Manuel Gonçalves Lourenço no seu primeiro mandato em 2017. A propaganda prometia, caso ele ganhasse, 500.000 (quintos mil) empregos para os jovens. Entretanto, no segundo ano (2018) do seu mandato, a crise e o desemprego agravaram-se no país. Isto causou revoltas e ondas de manifestações em Angola.

Figura 10 Promessa não cumprida de 500.000 empregos para os jovens

Fonte: página do Facebook do FAMA. Publicado em: 20/08/2019.

Nas Figuras 9 e 10, são apresentados momentos da 5ª marcha nacional contra o desemprego. Nas duas figuras encontram-se representantes do FAMA, reafirmando que esse grupo possui uma presença considerável na organização e realização das manifestações no contexto nacional.

O integrante 3 aponta que:

> Em relação às manifestações em que o FAMA vem participando no âmbito nacional, o FAMA tem uma dimensão nacional também. Isso que fica aqui claro, tem uma dimensão nacional. Em que sentido? O que nos diminui, entre aspas, é apenas o nome. Mas, nós fizemos o esforço de colocarmos em "Angola", ou seja, Forças Ativas do Malweka em Angola, para que nos ligue a nação toda. Os problemas que Angola vive são transversais. Os problemas de Malweka você encontra no Cunene, você encontra em Benguela. Angola vive quase os mesmos problemas. A incompetência que se verifica em Luanda, no Malweka, você vai verificar também em outros espaços do país. Então, reduzir essa ação somente ao nível do Malweka, nós vimos que seria

> incompreensível. E estávamos a nos colocar em uma dimensão diminuta. Em relação às manifestações, a fama participou em quase todas as manifestações que decorreram de 2017 até hoje. Os membros da fama […], foram os proponentes da marcha sobre desemprego. É um projeto que vai retomar recentemente, vai retomar daqui a nada. Foram os proponentes do projeto de desemprego. As ações de manifestações de rua que mais impacto tiveram ao nível do país nos últimos 10 anos, são as marchas contra o desemprego. Nessas marchas, nós conseguimos obrigar o governo angolano a produzir documentos. Documentos que falassem do desemprego, dos mecanismos de resolução da taxa tão elevada de desemprego. A influência foi enorme. Com a marcha, sempre deixamos claro, nos últimos tempos, as marchas levadas a cabo, é mesmo para derrubar o MPLA. Com essas marchas de desemprego, em 2019, esteve-se quase a atingir esse propósito. Chegamos a escassos metros do Palácio Presidencial e fontes ligadas ao Poder Político de Angola nos confidenciaram de que o João Lourenço teve que sair com a família, teve que fugir com a família. Então, estivemos quase todas (conversa com entrevistado 3 em 03/07/2023).

Dentro desse quadro, os ativistas estabelecem pontos de referências das suas ações. Em contrapartida, as manifestações de marcha em Luanda nunca terminam como planejadas, visto que as forças policiais reprimem os manifestantes. Em muitos casos, terminam com ferimentos e, até mesmo, a morte de ativistas, como foi o caso da marcha de 11 de novembro de 2020, no qual, o ativista Inocêncio de Matos foi atingido mortalmente pela polícia, tal como fala o integrante 2.

> [...] desde 2019, o FAMA tem participado em várias manifestações. O FAMA tem estado lá. Ainda me lembro uma manifestação que foi morto o Inocêncio de Matos. Nós estivemos lá. Os membros do FAMA partilharam com o Inocêncio. Na qual até o nosso panfleto, que estava lá escrito FAMA foi levado pela polícia. E o Inocêncio morreu ao lado de três membros do FAMA. Assistiram mesmo a forma que ele apertou. Ele apertou para dar o tiro no chão. E tinha lá o alcatrão. Era difícil perfurar. E aí... Tocou o Inocêncio. Era meu sobrinho de lado e o Inocêncio de outro lado e mais três membros do FAMA (conversa com entrevistado 2 em: 28/06/2023).

Já para o integrante 1,

> Antes de tudo, só para realçar não se pode confundir as coisas, precisamos saber mais ou menos o que é uma manifestação. A manifestação, em algumas palavras, é o ato de expor, apresentar, declarar, tornar visível e publicar. Manifestação é uma forma de cidadão expressar, para ouvidoria, seus anseios e angústias, dúvidas e opiniões. A manifestação é uma coisa muito grande. Nós não podemos simplesmente confundir manifestação e marcha. Tem uma diferença ali. As pessoas confundem muito manifestação e marcha. Como manifestação e marcha, o FAMA apenas organizou uma, que é da construção da Ponte do Malweka. A primeira que originou mesmo já o surgimento do FAMA. Mas, como manifestação, porque aqui diz que manifestação é declarar, tornar visível, publicar, para que você seja ouvido, as suas angústias, as suas opiniões, a fama já organizou muitas. Suponhamos os lives que a gente fazia sobre a ponte. Aquilo é uma forma de se manifestar também. Quando a gente reclamava, mas não marchava, sobre uma determinada coisa, em frente a uma determinada instituição, aquilo também é manifestação. Então, como manifestação, eu acho que são muitas. Mas, marcha, manifestação com marcha, é apenas uma. Mas as outras manifestações com marchas no âmbito nacional, a fama participou. Vamos supor, aquela manifestação da morte de Inocêncio de Matos, o fama tinha assinantes. A manifestação que depois a polícia reprimiu, que foi sobre a

> impugnação das eleições. Porque a sociedade civil, alguma parte da sociedade civil estava para impugnar as eleições, porque já estava vista as manipulações das eleições. Tudo o que a gente está vivendo, a gente já aprecia. Eu, inclusive, em particular, eu era o subescritor da carta da manifestação e marcha para a impugnação das eleições. Mas, a representação de quem? Do FAMA (segunda conversa com o integrante 1em: 29/07/2023).

Neste sentido, Mbembe (2018), ao propor a necropolítica a partir da articulação dos conceitos de biopoder, soberania, Estado de exceção e política da morte, parte do entendimento de que o apogeu da soberania jaz naquilo que pode ser percebido; no poder de determinar aquele que pode viver ou morrer. A determinação compreende-se como poder que um determinado Estado soberano tem para legislar por escrito ou até mesmo pelas suas ações sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Todavia, sendo ele o legislador, geralmente, a última palavra depende dele. Este fator determinante de viver e morrer nos regimes ditatoriais é evidenciado com mais nitidez (ANTÓNIO, 2013).

Neste entendimento, as mortes causadas ao longo das manifestações enquadram-se no prisma da violência do Estado, como aponta o Mbembe (2018), uma violência fundada na ideia de soberania e da política que está ao serviço da morte a partir de generalizações normatizadas, atribuindo o direito de quem pode ou não matar. Neste sentido, para Mbembe (2018, p. 17), existem dois fatores fundantes que estão na base da normatividade que concede o direito de matar – no caso “o estado de exceção e relação de inimizade”. Existe uma compreensão, quanto a isso, de que: as mortes ceifadas durante as manifestações, são respaldas a partir de uma lógica normativa fundamentada na soberania do Estado. Assim, os ideias de liberdades e os direitos fundamentais dos indivíduos sustentados na democracia são colocados em indagações atrelados fatores determinantes pela aniquilação de certos corpos politicamente constituídos.

António (2013, p. 75), aponta que “os líderes dotados de convicções democráticas tendem a abrir espaço para a competição, para a participação e para a inclusão, enquanto os líderes autoritários recorrem a negação e a aniquilação do outro”. O contexto democrático angolano por se tratar apenas normativo, e, não efetivo tal como se pode observar ao longo deste texto, carece de abertura competitiva como resultado: o espaço público é permeado por dinâmicas de enfrentamentos que coloca em causa as relações entre o poder politicamente constituído (governo) com a grande massa populacional.

Essa relação conflitante forja novas identidades e atores políticos essencialmente nos bairros periféricos de Angola. Neste sentido, a cidade de Luanda por ser a capital do país, esse movimento tende ser maior. As novas identidades e atores políticos que vão surgindo fundamentalmente nos últimos dez (2012 – 2022), a defesa de causas sociais comunitárias tem sido o principal objetivo deles, tal como observa-se com o surgimento do FAMA no bairro Malweka, pelo que, o degradação da ponte tornou-se o motivo de lutas, não apenas sociais, mas também de política participativa.

3.4 Unidos pela ponte: enfrentamentos e dinâmicas para uma nova cultura política e cívica

A problemática em torno da formação da identidade nacional angolana desde muito cedo, se constitui como um dos maiores problemas do cenário político do país. Esta afirmação se fundamenta na sequência de conflitos políticos atrelados à várias fases da história do país. Neste sentido, pode-se fazer aqui menção, por exemplo: a luta armada de 4 fevereiro de 1961 que preconizava libertação de Angola do jugo colonial e o conflito armado pós-independência entre os movimentos de libertação, permitem perceber como os espeço público angolano é forjado por uma cultura política enraizada em tensões e conflitantes (BITTENCOURT, 2010; ANTÓNIO, 2013; DOS SANTOS, 2016).

Essas tensões históricas reverberam até hoje nas realidade social e política angolana. Isto é, colocam impasses na elaboração de políticas que incluam toda a população. Em outras palavras: muito embora ao logo do seu processo histórico e político teve transições e acordos para sanar os conflitos internos (principalmente, entre o partido que governa o país há mais de 5 décadas – o MPLA e o maior partido da oposição – a UNITA), observa-se desde o período do partido único até o parelho do Estado se encontra monopolizado, impossibilitando assim, outras formas de participação política, sobretudo, da sociedade civil. Como consequência disso, muitos comunidades periféricas carecem de intervenção de políticas públicas concretas, conforme já foi mencionado na introdução deste texto. Ademais, a inefetividade de políticas públicas acentua-se quando a comunidade ou um determinado individuo simpatiza-se com o partido “A” ou “B” que não é governo, pode-se tomar como exemplo: a questão de empregabilidade, uma vez que, já foi citado acima. A empregabilidade em angola, há muito que deixou ou nunca foi política do Estado, a

compreensão social que se tem quanto a essa situação é de que: para se ter emprego é imprescindível estar ligado de qualquer forma com o partido no poder (PUTNAM, 2006. BAQUERO, 2008; ANTÓNIO, 2013).

Diante desde ambiente de hostilidade, atualmente os jovens angolanos, tal como o FAMA, lutam diariamente, proporcionando dinâmicas e enfretamentos a partir de suas zonas de residências como forma de mediar as lacunas de participação que são percebidas como estrutural institucionalizadas.

Na compreensão do integrante 2, existe a necessidade de instruir as comunidades politicamente, visto que a participação política dos cidadãos não se pode resumir com apenas o simples ato de votar. O entendimento que permite fazer paralelo com a concepção democrática participativa, conforme a literatura consagrada aponta, isto é: ser cidadão é uma condição que não se resume no ato de voto, mais do que este ato, requer questionar, propor e participar.

Retomando a questão de empregabilidade *versus* o exercício de cidadania, ainda na visão do integrante 2:

> Para fazer perceber as pessoas que o seu direito de cidadania não está apenas ligado ao partido político. E ele não tem que exercer o direito de cidadania apenas quando chega o momento de voto, ser instrumento apenas para votar no partido A ou partido Y. Porque quando a cidade não está educada civicamente, nós temos os governantes que temos, confundem o partido com o governo. E é a questão. Então eles confundem isso. No momento de concursos públicos, eles tendem a ser um pouquinho seletivos. Porque eles não conseguem entender, desde a tenra idade, o que é ser cidadão e o que é ser militante (conversa com o integrante 2 em: 28/06/2023).

Dessa forma fica explicito que os concursos públicos, considerados por muitos país, como uma das formas de ingressar no aparelho do Estado, em Angola, por muitos não são vistas como política do Estado também, mas sim, do partido/governo. O que permite perceber que, os processos seletivos no quais se destinam os tais concursos, a seleção parte de uma seletividade liga à militância partidária.

É neste contexto que se pode apontar que a degradação da ponte do Malweka, torna-se fundamental para alavancar uma consciência política e cidadã na comunidade (PUTNAM, 2006), visto que, carecia de política do Estado bem como do governo. Por isso que, o integrante 3 quando foi lhe solicitado para falar sobre o FAMA, ele disse:

> [...] o FAMA surge, tal como muitas outras organizações, como a PLACA, o AGIR e outras ainda mais, no sentido de catapultar a comunidade, dar voz à comunidade, e também ser um instrumento de luta para servir aquilo que são os interesses da comunidade. Tudo quanto faltasse na comunidade do Malweka e outras partes do bairro Malweka, tinha o FAMA como representante legal na luta por aqueles problemas. Um dos pontos fundamentais que deu muito impacto naquilo que é a ação do FAMA, foi na verdade, a questão da ponte, a ponte do Malweka. A ponte foi usada, naquele contexto, em 2017, como um instrumento de luta [...] (conversa com o integrante 3 em: 3/06/2023).

Neste contexto, a ponte deixa de ser vista como apenas simples meio de locomoção, ou seja, uma construção que liga um município de outro. Ela ganha o estatuto político de luta de movimento social para a participação política (PATEMAN, 1992), conecta os munícipes com o sistema político do país e desperta a consciência crítica do cidadão comum no Malweka. Dessa forma, a ponte além de servir como instrumento de luta, principalmente para os jovens, passou também sendo instrumento regulação e mediação das relações sociais no bairro, como observado na fala acima do integrante 3. A partir disso, observa-se de um lado, as pessoas aprendem a confiar-se mutuamente, por outro, o sentimento coletivo de questionar a política governativa centralizada que impera no país há anos.

Animados pelo sentimento compartilhado de lutar pela comunidade, o integrante 1 aponta que:

> O objetivo não é simplesmente procurar solucionar os problemas da nossa comunidade, que é o Malweka, mas sim do país em geral. Mas, como se diz, antes de você varrer, fora, você tem que começar por dentro. Então, antes de começar a atacar[38] outras comunidades ou o país em geral, nós começamos por atacar a nossa comunidade, que é o Malweka. Então, resumidamente, o FAMA é uma organização da sociedade civil que luta pelos direitos humanos, que visa dar respostas a alguns problemas da nossa comunidade (segunda conversa com o integrante 1 em: 29/07/2023).

Para os integrantes do FAMA, muito mais do que resolver os problemas de base do Malweka, interessa lutar pela erradicação de todos os problemas de bases que assola o país. Para tanto, travar uma luta localmente, serve de impulso para refletir outras localidades do país. Por isso, para o integrante 3 os problemas de bases em Angola, geralmente, não são locais, eles são transversais. Isto quer dizer: à medida que Malweka carece de um certo serviço público, mesmo problema será encontrado em outros bairros. De uma forma ainda problematizada, deixa de ser problemas de bairros passam sendo, da província/estado. Neste sentido, pensar os

[38] Essa expressão deve ser entendida como atuar ou agir, considerando a especificidade do português falado nas periferias de Luanda.

problemas sociais de Angola numa perspectiva local, parece ser um pouco inadequado. Daí que para eles, lutar e/ou resistir pelos direitos humanos torna-se fundamental e transversal na atuação do FAMA na sociedade angolana.

Nesta conjuntura existe uma compreensão dentro dos movimentos sociais que reivindicam os direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive para o FAMA de que: a transversalidade dos problemas sociais em Angola, está ancorada numa cultura política de desgoverno. Em outras palavras: a sociedade civil angolana tem conhecimento de que os vários níveis de insuficiências sociais existentes nas comunidades, são consequências de inobservância normativa, isto é, existem as leis mas, os governantes não comprem com os preceitos das leis, sobretudo aquilo que está na Constituição da República. Por isso, integrante 3 fala o seguinte: o FAMA é resultado da descrença popular naquilo são os teores os partidos políticos. Abre-se então, precedentes para que se possa refletir sobre aquilo que é o cenário político angolano ao longo da sua história.

A descrença nos partidos políticos angolanos, fez brotar em jovens o desejo de criar mecanismos de resistências, lutas e de autodefesas das suas comunidades sem a “intervenção” e/ou estabelecimento de relações que se configuram em vínculos partidários[39]. Ressalta-se que a declaração do integrante 3, não faz distinção de partidos, nem daquele que está no poder e nem os que estão na oposição. Pressupõe-se existe uma depreciação dos partidos políticos, principalmente aqueles que são a oposição, pelo fato de: mesmo com o passar do tempo, o país nunca teve alternância política. Dentro desse quadro, é possível afirmar que o povo está cansado do partido que governa o país desde 1975. Outrossim, a continuidade do mesmo partido os problemas como: liberdade de expressão, imprensa e de manifestação aparecem como um dos motivos que leva os populares conscientes de modo geral, a questionar a situação de participação política em Angola.

É neste contexto que se enxerga muitos jovens preocupados com o sistema democráticos do país. Uma vez, existe a consciência de que, em Angola os pressupostos básicos da democracia não são efetivados, sobretudo, a liberdade de expressão, durante a intervenção do integrante 3, deixa evidente de que uma das preocupações do FAMA é justamente dar voz a comunidade. Ao passo que, o

[39] Ver anexo 3.

integrante 1 aponta que para que haja mudanças ou transformações na comunidade é preciso que as pessoas se manifestem primeiramente por intermédio da voz, ele busca comparar esse gesto com a ação da criança que chora para ser amamentada. Dessa forma, a seguir pretende-se apresentar como o FAMA lida como a questão de liberdade expressão e a resistência para emancipação da comunidade[40].

3.4.1 FAMA: “liberdade, voz e resistência”

António (2013), em diálogo com Hodges (2002), observou que, até o ano de 1990, instalava-se em Angola a cultura do medo e de conformismo, bem como a cultura de depender no Estado, esvaziando outras formas de iniciativas. Diante disso, acrescenta-se que esta realidade continua presente e atual na sociedade angolana. Neste sentido, sendo a liberdade de expressão um direito fundamental e garantida pela Constituição angolana, o FAMA entende que qualquer cidadão pode se apropriar desse direito para ter a voz e resistir contra todas as formas de opressões, principalmente aquelas vistas como sendo constituídas institucionalmente, como por exemplo: o uso das forças policiais durantes as manifestações, para resistir contra a violação do direito de ir e vir, causada pela inobservância da ponte degradada, pela falta de água potável na comunidade, entre outros bens e serviços.

Assim sendo, como forma de romper com a cultura do medo e de silenciamento, o FAMA precisamente desde 2019, vem trabalhando na conscientização dos indivíduos para o exercício de cidadania através do engajamento cívico atrelado à cultura política. O engajamento cívico é percebido como ação emancipadora, a partir do momento em que, desperta consciência dos indivíduos gerando o desejo de participar da ação política (ANTÓNIO, 2013; LIMA, 2013).

Dessa forma, no entendimento dos integrantes do FAMA a participação social é o meio pelo qual, para que a comunidade se engaja civicamente. Sem a qual, o processo de participação social dos cidadãos torna-se inviáveis. Para tal, torna-se fundamental que o poder governamental ou estatal gere estruturas para que haja uma participação engajada nas comunidades, mormente nas SCO.

Entretanto, na contemporaneidade angolana, pelo que se observa e em conversa com os integrantes do FAMA, em toda participação cívica sem vínculo

[40] Ver anexos 1 e 3.

político partidário é inviabilizada. Aliás, o vínculo que se trata, necessariamente deve atrelar-se ao partido que governa o país. Se assim não for, todo exercício participativo que a pessoa ou os movimentos sociais venham fazendo entende-se como se fosse uma afronta ao governo. Para tanto, é preciso destacar que, a participação cívica engajada só é vista como afronta quando questiona e crítica as políticas do governo/Estado. Assim sendo, outras formas de participação cívica têm sido apreciadas, como aquelas das SCO angolanas conhecidas tradicionalmente, particularmente que se dedicam às ações de caridade (PAIN, 2008; LIMA, 2013; SANTOS, 2020).

Dessa forma, o integrante 1 na sua abordagem sobre o engajamento cívico diz o seguinte:

> Já o engajamento político, nós podemos entender engajamento cívico na prática é mais ou menos encorajar cidadãos a se envolverem na vida da comunidade e ajudar a moldar o futuro da sua cidade. Vamos lá supor o que aconteceu na Fundação do FAMA: nós podemos associar como se fosse um engajamento político. Porque no contexto do FAMA, eram jovens, no meio de uma organização, eram jovens que viram alguma coisa que estava errada numa comunidade, juntaram-se para poder dar resposta, para poder solucionar um problema que assolava a comunidade. Então, engajamento político é mais ou menos isso. E não só, por exemplo, aquilo que o FAMA fez há pouquinho, nós fizemos a recolha das assinaturas, fizemos a recolha das assinaturas com o intuito de fazer entrar uma carta no governo provincial para solucionar o problema da ponte. Teve muita gente a dar assinatura, muita gente a se engajar naquilo. Então, esse conceito também nós podemos entender como um engajamento cívico, porque tem um problema que assola uma comunidade. Então, os integrantes daquela comunidade juntam-se para dar solução ou para procurar dar resposta àquele mesmo problema, aquilo é mais ou menos um engajamento cívico (segunda conversa com o integrante 1 em: 29/07/2023).

O engajamento cívico aqui é apresentado como uma das formas de transformar a sociedade. Quando os cidadãos são engajados política e civicamente, é evidente que as mudanças acontecem na sociedade, uma visão partilhada por Putnam (2006), quando defende a sua tese da necessidade de a ver uma relação implícita entre o regime democrático e a comunidade. Neste sentido, para ele a maioria dos edificadores da Itália moderna, acreditavam que: a descentralização do poder político a partir da criação de governos locais, geraria prosperidade e um certo progresso político. Outrossim, abraçar descentralização do poder política em tese, facilita o diálogo entre os governantes e os governados. De certo modo, tem-se a crença pelo qual, os cidadãos tendem exercer a sua participação política de forma mais ativa (PAIN, 2008; SANTIN; TEIXEIRA, 2020).

Ao passo que, na perspectiva do integrante 3 o engajamento cívico seria:

> [...] o grau de participação do FAMA, dos membros do FAMA, para com a resolução de um determinado problema. E esses dois elementos, cultura política e engajamento cívico, vamos falar que estão muito bem-casados quando nós olhamos o FAMA na sua estrutura, na sua composição e também no nível de ação que leva a cabo ao nível da sua comunidade. Nós falávamos da questão da ponte e vamos ter que citar também outros elementos, como a questão das reivindicações que os membros do FAMA fizeram, juntamente com a comunidade, para que se colocasse, eletrificasse a comunidade, a questão de distribuição da água e outros bens sociais. São todos esses elementos que juntados, nós conseguimos ver uma espécie de engajamento cívico no meio da comunidade. E não só. Quando nós falamos das reivindicações que o FAMA leva a cabo, vamos ver que numa comunidade como Malweka, que vive muitos problemas, desde o acesso à educação, ver que o Malweka não tem uma escola pública, local, não tem nenhuma escola pública, olhamos as reivindicações que fazem para que o acesso à saúde, Malweka não tem nenhum hospital de referência, não tem nenhum centro médico público, as reivindicações que o FAMA faz para um ambiente de qualidade, é mais fácil destruir-se plantas, árvores no Malweka, do que plantar-se novas plantas, faço aqui o pleonasmo, vamos ver que tudo isso aqui junto eleva a consciência das pessoas para que se reivindiquem o bom e o melhor para a comunidade (conversa com o integrante 3 em: 3/07/2023).

Na mesma sequência, o integrante 2, aponta o seguinte:

> De forma geral, o engajamento cívico está bem. Olha, engajamento cívico, nos 100%, 30% estão engajados. 30% estão engajados porque, embora que o número vai aumentando, mas, numa certa altura, era difícil falar de manifestação ou falar de cidadania nas províncias, nos subúrbios. Era difícil. Mas agora, as pessoas se identificam. Essa é uma atividade cívica. Eu tenho meu dever como cidadão. Então, eu tenho que fazer. Sim. Mas a faixa juvenil, o pessoal, o grupo que pensa dessa forma, que tem que se engajar, que a sua cidadania não termina apenas quando exerce o voto, vai crescendo. Hoje, as pessoas a questionam é como? Por exemplo, você encontra uma criança de 3, 4, 5, 6, 7 anos que falam normalmente que o país está mal. Então, você consegue notar que o pessoal está ganhando consciência cívica. Muito embora que não é de pé para mão, né? Há uma coisa... há muita gente que confunde a cidadania e a militância. E este é um grande problema. Confundir a cidadania e a militância. Alguns acham que, exercendo, a cidadania não se pode ser militante, muito embora é normal cidadão ser partidário. Ser militante de determinado partido. É normal que isso aconteça. Mas, as pessoas não conseguem separar isso. Eu acho que também é importante isso. Então, há esta coisa que quando nós, por exemplo, ativistas, tínhamos uma campanha que levávamos a cabo menos militância, mais cidadania (conversa com o integrante 2 em: 28/06/2023).

A partir daquilo que se percebe com as falas dos integrantes, o engajamento cívico apresenta-se como paradigma que permite ao mesmo tempo eleva a consciência coletiva e de participação. Isso aparece em vários momentos nas abordagens dos integrantes do FAMA. Visto que existe um entendimento entre eles que: à medida em que a pessoa consegue se perceber como pessoa politicamente constituído, tende a se preocupar com os problemas políticos que envolvem a sua comunidade.

Para o efeito, num ambiente de descasos e marginalização de bairros periféricos, sobretudo de Luanda, o envolvimento na vida pública nos últimos anos (2010 – 2022) tornou-se a principal ferramenta de luta e resistência dessas comunidades. Tal como ressalta o integrante 2, hoje, é possível observar até crianças com idade compreendida entre 5 e 10 anos, falando sobre política e, com muita frequência ouve-se a frase: o país está mal. Por isso que para o integrante 3 a participação política é importante para mudanças pessoais até mesmo da sociedade.

Segundo ele,

> Todos os problemas por que passamos no Malweka não se resolvem com inércia. Não se resolvem se não agirmos. É necessário que haja uma ação. E essa ação, quando dirigida às instituições certas, que são as instituições que têm a responsabilidade e têm a tarefa de responder pelos problemas da comunidade são importantes. Porque somente quando nós participamos nos assuntos que dizem respeito a todos nós, quando participamos da política é que conseguimos ver transformações não apenas no âmbito pessoal mas também transformações que lidam diretamente com as demais pessoas. Participar na vida pública é um mecanismo que nós usamos para chamar a atenção das pessoas em particular e do governo no geral para que respondam às demandas da comunidade. Nós falávamos há pouco tempo, o Malweka é um bairro que vive carente de quase tudo. É um bairro que até o momento contínua de difícil acesso. É um bairro que até o momento também sofre muitos estereótipos sociais muitas discriminações sociais. E se os membros do Malweka não participarem na vida pública com vista à mudança desse quadro todo sombrio, pintado à volta da comunidade esses problemas vão persistir no tempo, vão permanecer no tempo. Então, somente participando, somente intervindo com vista a influenciar as políticas públicas, com vista a influenciar para um bom mecanismo de tomar decisão voltada à comunidade é que nós podemos ver umas mudanças positivas que aspiramos para a comunidade. E se nós não participarmos, então é o meio caminho andado para que os nossos filhos, nossos irmãos, familiares amigos e demais conhecidos e desconhecidos continuam a viver os mesmos problemas que já se prolongam há um tempo. A participação política para nós entendemos como um instrumento positivo de influência nas políticas públicas, bem como nas tomadas de decisão. Se não participarmos, não saberemos como canalizar as nossas reivindicações. Então, enquanto nós participamos para que mudemos o quadro todo (conversa com o integrante 3 em: 3/07/2023).

A resistência diante dos obstáculos constituídos institucionalmente, faz-se necessário para mudanças de paradigmas no processo de participação política no país. Além disso, na compreensão de integrante 3 não existe uma fórmula mágica para as mudanças sociais na comunidade. Ele parte da ideia segunda a qual, é necessário que as pessoas participem através de ações que aspiram melhorias e geram transformações. Em outras palavras: para ele a abertura democrática participativa só será possível à medida que cada pessoa ou coletivos de indivíduos

entendem que a ação social pessoal ou em conjunto é importante para que haja ruptura de paradigmas no cenário político angolano.

A partir desse entendimento o FAMA estabelece seus laços com diferentes organizações da sociedade civil, com vista a ampliar o seu grau de participação nos assuntos que se caracterizam como transversais nas comunidades angolanas. Tal como afirma o integrante 1:

> O FAMA está ativa. O FAMA está em quase tudo. O FAMA é parceiro de todas as organizações da sociedade civil. As organizações como, suponhamos, a PLACA. A FAMA é PLACA, a PLACA é FAMA. A organização como o MNA. MNA que é o Movimento Nacional pelas Autarquias. O FAMA faz parte do MNA. O FAMA está ali para opinar em tudo. O FAMA está ali para dar seu contributo em todos os problemas da sociedade angolana. Então, nós somos o FAMA, resistência, liberdade de voz [...] (segunda conversa com o integrante 1 em: 29/07/2023).

Existe uma compreensão nítida para os integrantes do FAMA em que, o compromisso com a sociedade civil não é apenas uma questão de participação nos problemas sociais do Malweka, mas sim, de Angola. No mais, a transversalidade dos problemas sociais como referido anteriormente, permite como que os integrantes do FAMA percebam que as lutas pelas melhorias sociais devem ser também transversais. Isto é: potencializando cada vez por meio de dinâmicas de lutas com aspirações emancipatórias local (Malweka), bem como nacional. É dessa forma que se percebe que para o FAMA a luta de ser constante visando outras formas de participação e engajamento cívico por intermédio de uma consciência atrelada à criticidade da cultura política que impera no país (PAIN, 2008; ANTÓNIO, 2013).

3.5 A Ponte e a luta constante do FAMA pela cultura política

"*Com confiança você já ganha antes de começar*".

Marcus Garvey

A ponte do Malweka é uma das principais referências daquele bairro, e ao mesmo tempo se constitui na mais importante infraestrutura para os moradores. Essa afirmação justifica-se da seguinte maneira – (i) todo e qualquer infraestrutura que porventura poderá ser edificada no Malweka, necessariamente passará pela ponte literalmente falando – (ii) e, se as rodovias determinam o desenvolvimento de qualquer sociedade, então, a ponte determina o crescimento e desenvolvimento do Malweka. Mas, a atual situação da ponte condiciona a existência ou a efetivação dos dois fatores apontados acima, tendo em conta o debate travado até aqui, ou seja, atualmente carece atenção do poder político local (PAIN, 2008; VISENTINI, 2008).

Prosseguindo com a questão de infraestruturas, aquilo que observa no Malweka e a conversa com os integrantes do FAMA permitiu perceber que: atualmente as dificuldades que o bairro do Malweka atravessa tem as suas principais origens na ponte. Se com a ponte a dinâmica de acesso de bens e serviços como: educação, saúde e empregabilidade era um problema, sem ela a situação tornou-se ainda mais preocupantes para os moradores. Daí que urge a necessidade de refletir sobre quão é fundamental essa infraestrutura (a ponte), na rotina dos moradores antes mesmos de se pensar em erguer outras infraestruturas. Entretanto, como se vê várias vezes no texto que, poder político local não funciona como deveria, ou melhor, existe uma compreensão de que o governo faz dessa situação de descaso.

Numa estrutura de inexistência de quase todos os tipos de serviços públicos no bairro, o FAMA desde 2018 tem levado a cabo lutas com objetivo de trazer melhorias no Malweka. Assim sendo, é importante salientar que as lutas de jovens neste bairro não são recentes. Existe um histórico de lutas local, que podem ser caraterizadas como individuas, entretanto, não são o caso deste textos. Todavia, como já foi mencionado que a degradação da ponte foi o principal motivo que suscitou o desejo de cidadãos do Malweka, com especial atenção os jovens em fazer algo que

gera mudanças que causam impactos. Para tal, o despertamento das consciências no conhecimento ou o desenvolvimento da cultura política se manifesta como primeiro passo para a transformação.

Nesta perspectiva, Bittencourt (2010, p.132), entende que a cultura política enquanto categoria analítica:

> Ela “possibilita a aproximação de atores individuais e coletivo, segundo seus próprios valores culturais, em determinado tempo e espaço [...]”. Percebida como “o aspecto político muito além dos seus limites formais. Essa ampliação do político pode ser conjugada aos chamados vínculos de solidariedade e aos espaços de sociabilidade, permitindo um olhar bem mais complexo [...].

A partir desse entendimento, é possível observa-se que a cultura política implica conectar e relacionar os indivíduos para além da normatividade sistêmica. Isto é: à medida que as pessoas se relacionam socialmente, as suas aspirações e convicções subjetivos são tidas como fundamento para estabelecimento de uma cultura política que não reflete apenas a burocracia, mas que todavia, tem as suas premissas na realidade sociopolítica local (GUGLIANO, 2004a; 2004b).

Para tanto, o FAMA vem na contramão destes preceitos. Como resposta, entende-se que a cultura de enfrentamento com vista a instaurar uma cultura política participativa e que valoriza o cidadão nas tomadas de decisões, apontando para importação de ampliação de estudos as redes de mídias sociais para que se possa compreender a nova cultura política e “cidadania dos jovens” (GOHN, 2018, p. 130).

Dessa forma o integrante 1 percebe a cultura política como sendo:

> [...] conjunto de atitudes, normas ou valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou nação. Então, a cultura política é mais ou menos aquilo que eu disse. É mais ou menos conjunto de atitudes, normas ou valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade (segunda conversa com o integrante 1 em 29/07/2023).

Na concepção do integrante 3 a cultura política é compreendida como:

> todos os valores, todos os manifestos, todos os instrumentos que visam a elevação da consciência cívica de uma determinada comunidade. E esses valores estão intrinsecamente ligados à questão política, à política como uma ação governativa. O FAMA tem servido como um instrumento positivo de transformação da mentalidade comunitária. Também tem servido como um elemento bastante importante naquilo que é a consciencialização da sociedade, em função das suas ações, em função dos valores que transmite na sociedade e em função também da intervenção que faz para com o governo, para que responda as questões que envolvem ou que afetam diretamente a comunidade (conversa com o integrante 3 em: 03/07/2023).

É imprescindível destacar a maneira como o integrante 3 consegue articular a compreensão teórica da cultura política e a sua aplicação na vida prática. É possível observar que a atuação do FAMA tem as suas premissas na cultura política sobretudo, local. Isto porque, existe uma preocupação na disseminação valores políticos através da cultura política para a transformação da mentalidade coletiva. Neste quesito, o FAMA enquanto associação de jovens aparece como o pioneiro com a preocupação que vai além dos anseios dos jovens, isto é, não está aí para satisfazer os caprichos dos jovens (ser um grupo voltado a promover valores como: de moda, diversão entre outras de entretenimento. O que se acredita ser também importante), mas, para essa organização importa primeiro para os jovens em especial conhecer como funciona a máquina do Estado. Assim a cultura política aparece como sendo o caminha para esse conhecimento que se transforma em insumo para a participação política local (SILVA, 2013; SANTIN; TEIXEIRA, 2020).

A visão apresentada pelos ambos os integrantes (1 e 3) sobre a cultura política, permite fazer um diálogo com a noção de campo político proposta por Bourdieu (2011), entendendo este campo como sendo aquele que orienta as relações entre os demais setores da vida social, precisamente: o econômico, cultural e tradicional. Considerando que o campo em Bourdieu se constitui como sendo representação das relações hierarquizadas por intermédio do poder simbólico, então, conhecer o campo político neste sentido, é importante. Neste contexto, compreender como este campo funciona em Angola, é uma questão necessária para a ação do FAMA e consecutivamente para a participação de jovens na vida pública. Para tanto, sabe-se que é um fato que este poder simbólico (o campo político angolano), é predominado por uma cultura política baseado na disseminação do meto, silenciamento e até mesmo de perseguição tal como aparece nos estudos de António (2013) e Telo (2015), então compreender a sua manifestação é relevante para resistir e lutar pela comunidade.

O integrante 2 fala que:

> [...] a educação sobre a cultura política em Angola, hoje, é uma realidade. Por causa de falta de governo que não atende, certas necessidades do povo. Falta de emprego e muitas coisas. As pessoas estão a tentar compreender que existe normalmente um sistema político que é governamental e tem que saciar as necessidades. É difícil. Um ano atrás, dois anos atrás, três anos atrás, em específico, cinco anos atrás, falar de política e as pessoas sentarem e te ouvir era muito difícil. Mas, hoje a situação tem mudado. Eu estava fazendo filosofia. E houve uma curiosidade, intensa em mim de ler livros

> subversivos, aqueles livros que falavam sobre política. E me apaixonei por um livro, Servidão Voluntária de La Boétie. E desobediência civil de Thoreau [...]. Eu também li tantos artigos sobre o Gandhi, da desobediência civil. Então eu comecei a participar em algumas atividades revolucionárias, na qual falei com um amigo. Eu disse para ele, sabe o que? Nós estamos a viver, somos professores, demos aula. Mas sabe que o país não está nada no bom rumo. É preciso nós fazermos alguma coisa para ver se conseguimos mudar esse quadro (conversa com o integrante 2 em: 28/06/2023).

Todo movimento revolucionário começa pela transformação da consciência. Tal como observado em Jasper (2016), que a condição humana em si só já implica protesto, isto é, manifestar ou protestar é algo que a natureza humana reage com facilidade quando submetida em situação desconfortante. O mesmo Putnam (2006), aponta ao se referir do comportamento das pessoas dentro da comunidade cívica, na qual, é possível observar que uma ação gera outra reação, quanto na relação entre os indivíduos constituídos civicamente tanto de cidadãos para com os seus governos. Na fala do integrante 2, observa-se dois elementos que apontam para a necessidade urgente da cultura política (na qualidade conjunto de referências ideológicas partilhado pelos indivíduos) para tomada de consciência e engajamento cívico como a materialização ideológica para transformação social. Isto a partir daquilo que ele aponta como necessidade de agir diante do que é observado como “o país não está no bom rumo”. Essa percepção é evidenciada quando o indivíduo toma a consciência da real situação em sua volta, pelo que, observa-se dois sentimentos podem mover essa pessoa: de revolta e de participação para mudar o quadro atual. Para tal, procura mobilizar outros jovens ganhando confiança deles e vice-versa (PATEMAN, 1992; FREIRE, 2014; JOÃO, 2020).

Conforme Putnam (2006, p. 124)

> Honestidade, confiança e observância da lei são aspectos enfatizados na maioria das definições filosóficas da virtude cívica. Diz-se que na comunidade cívica os cidadãos procedem corretamente uns com os outros e esperam receber em troca o mesmo tratamento. Esperam que seu governo siga padrões elevados e obedecem de bom grado às regras que impuseram a si mesmos.

Desde que o FAMA se constituiu como grupo, vem trabalhando incansavelmente no que tange a constituição de uma cultura política e engajamento cívico local, que neste texto foi entendido, ou seja, foi denominado de: **cultura política de defesa de lugares.** Uma vez que, percebe-se as ações levados a cabo pelo FAMA, visão elevar a vida cidadã primeiramente no Malweka, e para depois pensar o país como um todo. Outrossim, a defesa a qual se trata se manifesta à medida que o FAMA

se propõe em promover valores cuja reverberação visa emancipação ideológica, melhoramento da situação social com vista a transformação dos bairros periféricos de lugares sustentáveis para se viver. Neste sentido, encontra-se uma relação intrínseca entre a cultura política e o engajamento cívico a partir do momento que o grupo articula o conhecimento (teoria política) e a prática (ação cívica) como fundamento de plano de ação do movimento (ALMOND; VERBA, 1989; BAQUERO, 2008; CASTRO, 2008; ABERS; BÜLOW, 201).

Dentro desse quadro, em seguida, pretende-se apresentar resumidamente os eventos ou atividades que o FAMA vem desenvolvendo no âmbito da cultura política e no engajamento cívico até a presenta data.

Quadro 4: Ações do FAMA na disseminação da cultura política e engajamento cívico

Ano	Natureza de eventos	Público
2018/2019	Palestra – a Constituição: sua importância e aplicação das suas leis na sociedade angolana	A comunidade no geral
2019	Debate – o papel do ativista dentro e fora da sua comunidade; Palestra – implementação das autarquias locais em Angola;	Ativistas e a comunidade, representantes do governo
2020	Palestra – que Malweka temos, que Malweka queremos	A comunidade e os representantes do governo
2021	Palestra – o papel do cidadão no contexto pré-eleitoral	A comunidade no geral
2022	Organização de atividades conjunta no âmbito do MNA	A comunidade ampliada (angolana)

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

Tem-se na tabela 3 alguns eventos engendrados por FAMA durante os quatro anos. Nota-se que a proposta das atividades ocorre em volta dos pressupostos da

cultura política e do engajamento cívico. Dessa forma, a cronologia dos eventos representa o período pelo qual se realizou, a natureza de evento e o público-alvo.

Nos finais de 2018 a princípio de 2019 sabe-se que é a criação do FAMA como grupo constituído e organização da sociedade civil no Malweka. Destaca-se que antes da constituição do FAMA como grupo, os jovens que compõem o FAMA alguns já promoviam atividades cívicas no bairro como por exemplo: varrer as ruas do Malweka, atividades desportivas entre outras. Aliás, antes mesmo de se torna uma organização, os jovens movidos pela destruição da ponte, promoveram uma marcha passeata para reivindicarem sobre a situação em que a ponte se encontrava.

Segundo os integrantes do FAMA, a marcha conseguiu mobilizar mais de 100 pessoas. A partir daí, tem um entendimento de que existe mais pessoas que se preocupam com a situação degradante da ponte.

O integrante 1 fala que:

> Se não me escapa, mas depois da manifestação que era para a construção da ponte, primeiramente não era FAMA, era grupo de jovens, mas após a manifestação nós nos tornamos FAMA, nos tornamos uma organização. A primeira atividade que a gente organizou como organização foi mais ou menos a Constituição, foi em 2018 ou em 2019. Sim, de 2018 a 2019, acho que se a memória me foge, se for de 2019 é no princípio, se for de 2018 é no fim. [...] falou-se [...] primeiro da Constituição, por quê? Porque a nossa comunidade, o Malweka, tem pouco engajamento cívico, tem pouco engajamento cívico, por quê? Porque é uma comunidade onde a maioria das pessoas são maioritariamente desinformadas, ou então carecem da educação, tem pouca gente informada, tem pouca gente informada também, o objetivo era informar as pessoas sobre a Constituição, que é uma arma mais poderosa que o cidadão pode ter, para poder exigir alguma coisa, só que também, tu não podes simplesmente exigir, tu tens que saber até onde começa, até onde terminam os meus direitos, começam os meus deveres. [...] O pessoal aderiu em função da manifestação que antecedeu, e o resultado que eles viram da ponte metálica, então o pessoal aderiu em massa a essa atividade, então foram informados, premiamos algumas pessoas com algumas Constituições, os primeiros a chegar, criamos alguns mecanismos para premiar pessoas com Constituição no intuito de motivá-los a lerem a Constituição. Aquilo excedia mais de 100 pessoas, a sala estava extremamente cheia, estava nesse dia, estava mesmo muito cheia, muito, muito, muito cheia (segunda conversa com o integrante 1 em: 29/07/2023).

Para o integrante 3,

> O papel do FAMA aqui, vamos entender como mediador. O FAMA é o mediador. É o interlocutor válido na sociedade para que fale em torno dos problemas do Malweka. Mesmo ao nível das instituições, sempre que há alguma auscultação pública em torno do distrito do Kima Kieza, em que o Malweka faz parte, sendo assim, os membro do FAMA são convidados para que participem nesses encontros. [...] Então, tanto a comunidade como as instituições têm-nos nesse sentido. E quem confere legitimidade é o povo. A legitimidade não tem um aspecto legal, não tem uma ligação legal. A

> legitimidade vem da aceitação da maior parte da coletividade. Nós temos isso até o momento (conversa com o integrante 3 em: 03/07/2023.

Para uma organização de caráter social e cívico que acabava de surgir, ter como primeiro evento falar sobre a constituição, parece certeiro. Visto que, se uma das proposta da organização é reivindicar sobre a inefetividade normativa, então é fundamental que as pessoas envolvidas tenham consciência o que é e como funciona a lei em Angola bem como se deve aplicar nas comunidades. Mais uma vez, fica evidente, desde o primeiro momento o FAMA sempre se preocupou com cultura política e engajamento cívico dos munícipes.

Em 2019, observa-se dois eventos um voltado especificamente para os ativistas, ou seja, trata-se de encontro formativo no qual, tinha como objetivo potencializar a atuação do ativista na comunidade, isto é: como deve atuar a partir do reconhecimento dos seus direitos constituídos por – obrigações e deveres cívicos. Outro discutia a implementação do poder local em Angola (PUTNAM, 2006).

Neste entendimento, foi interessante pensar sobre o poder local em Angola – o conhecido como: a implementação das autarquias em Angola. Desde os últimos mandatos do presidente José Eduardo dos Santos, era uma questão muito debatida quanto na casa das leis angolana (parlamento/congresso), tanto no seio da sociedade civil. Dentro desse quadro, acreditava-se com ascensão de João Manuel Gonçalves Lourenço no poder, logo no seu primeiro ano de mandato as autarquias seria uma realidade. Em outras palavras, a descentralização do poder em Angola não levaria muito tempo, entretanto, essa esperança foi frustrada, especialmente para os jovens que estavam/estão inseridos nos movimentos sociais. Para a compreensão da temática o FAMA convidou entidades parlamentares de diferentes partidos políticos e um membro da sociedade civil como palestrantes.

2020 como se sabe, o advento da Pandemia do Covid-19 dificultou algumas atividades do grupo. Mas, antes de ser decretada como pandemia mundial, o FAMA seguindo com a sua missão emancipatória e de intermediário, realizou um evento ao céu aberto com o propósito de debater o subdesenvolvimento no Malweka. A temática escolhida teve um alinhamento com a proposta da União Africana (UA) na agenda 2063, que cuja o lema é: “a África que nós queremos”. A partir disso, o FAMA teve um desdobramento para falar de: “que Malweka temos e que Malweka queremos”, isto foi no início do ano de 2020 sendo realizado abera da ponte.

Esse evento abre precedente para o entendimento das ações do FAMA como continental ou até mesmo “global”. Essa afirmação justifica-se da seguinte maneira: a partir daquilo que é a proposta da UA na agenda 2063, se cada país fizer a sua parte contribuir com a proposta da agenda, evidentemente ter-se-á uma África próspera. Para tanto, entende-se que s prosperidade de um país é vista pela qualidade de vida de seus cidadãos, neste sentido, os bairros são por excelência lugares propício para mensurar essa qualidade. Dentro desse entendimento, o desenvolvimento do Malweka, não projeta apenas o país (Angola), mas, também o continente. Quanto a dimensão global, tem-se dois fundamentos – (i) a UA divide o continente em seis regiões, sendo cinco dentro do continente e uma as suas diásporas conhecidas como sexta região[41]. Assim sendo, as aspirações do continente não deixam de lado o povo da sexta região – (ii) desde 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) institui e celebra-se a Década Internacional de Afrodescendente[42] objetivando a reparação histórica em torna da liberdade e outros direitos fundamentais para pessoas africanas. Baseando-se nisso, a cultura política e o engajamento cívico proposto pelo grupo FAMA até certo ponto, respalda as lutas do grupo FAMA pelos direitos humanos e a efetivação normativa local, para um entendimento que reflete a dimensão global (MULLER; SELIGSON, 1994; BAQUERO; BAQUERO, 2016).

O evento pretendia reunir a sociedade civil e os órgãos do governo de três (Cacuaco, Cazenga e Viana), pelos quais o Malweka é banhado. Mas, os órgãos do governo não se fizeram presentes, cuja, a ausência é fundamentada pela ideia de que a sociedade civil que protesta é aliada à partidos da oposição do país tal como afirma o integrante 1:

> [...] no próprio 2020, antes da Covid, nós havíamos organizado uma atividade ao lado da ponte. Com o tema, que Malweka temos, que Malweka queremos. A ideia era refletir sobre o Malweka. Nós convidamos várias entidades do bairro Malweka, tipo os coordenadores do bairro. Como dizia que o Malweka banha três municípios, que é Cazenga, Cacuaco e Viana. Então, nós tivemos a amabilidade de convidar todos esses coordenadores. Infelizmente, quando é uma atividade da sociedade civil, eles conotam como se fosse oposição. Não apareceu nenhum membro da comissão dos moradores do bairro. Imagina uma atividade em que visava pensar o Malweka que a gente tem e o Malweka que a gente quer. O Malweka que a gente tem é aquele Malweka com muitos problemas. Poderíamos muito bem pensar em conjunto sobre o

[41] A pessoa africana da sexta região compreende aquelas desde o processo de colonização, compondo migrações forças ou “arrancadas”, migrações contemporânea e todas as pessoas africanas nascidas fora do continente. Cf. site da UA.

[42] Veja Década Internacional Afrodescendente pela secretária de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia em: http://www.sepromi.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35.

> Malweka que a gente tem e procurar a solução entre eles, que fazem parte do governo, e nossa sociedade civil. Mas, infelizmente, eles não apareceram. Estávamos lá apenas nós. Mas conseguimos pensar no Malweka que temos. Conseguimos pensar no Malweka que nós queremos também. E depois vinha a pandemia. Ficamos encerrados (segunda conversa com o integrante 1 em: 29/07/2023).

A centralidade do poder em Angola tem dificultado o diálogo entre o governo e a sociedade civil. Como apontado por integrante 1, permite perceber que outras pessoas ou organizações não afetos ao partido que governa o país, não podem pensar ou organizar um evento que reflete o país com a presença dos membros do partido no poder. Daí que, observa-se parece existir uma relação de inimizade, literalmente falando e outra sistêmica que constrói muros na relação entre os governantes e os governados (MBEMBE, 2018).

Prosseguindo, o integrante 3 quando fala da sua percepção sobre como o povo vê o FAMA e Comissão de Moradores, assinala que:

> Há duas diferenças nesse sentido, porque a Comissão de Moradores, normalmente, no contexto em que nos encontramos, tem ligação partidária e o FAMA não tem. E outra diferença é que a Comissão de Moradores é composta por pessoas ligadas ao MPLA. O MPLA, atualmente, atingiu um nível de recorde de rejeição que faz com que as pessoas não vão mais a esses locais, a esses espaços reivindicarias por coisas. Porque sabem que de lá não se obtém nada. Do nada não se recebe nada. Então, a Comissão perde, por um lado, em relação à fama, porque a fama tem a aceitação do povo. E as Comissões de Moradores, hoje, em Angola, não é só no Malweka, é em Angola, perderam esses espaços, essas aceitações que tinham no passado. No passado muito recente (conversa com o integrante 3 em: 03/07/2023).

Outrossim, segundo ele o FAMA:

> [...] é o mediador, é o interlocutor válido entre a comunidade e o governo. Ao nível também das instituições, os partidos políticos sempre que tiverem que fazer alguma ação no Malweka, convidam membros da fama. Então há esse respeito, há essa consideração, há essa elevação do FAMA como mediador, como interlocutor, para que os demais problemas que o Malweka passa e que talvez essas instituições não conheçam, usam a fama como instrumento de validação, como instrumento de passagem dos problemas porque todos vivemos. Então é o mediador. Estamos crescendo na fama como mediador do Malweka, junto das instituições e junto também da comunidade. Porque mesmo a comunidade, quando passa dificuldades, perguntam-nos: é como? Aquela questão que nós levantamos, não tem resposta até hoje, como é que nós podemos agir? Então, há essa consideração da parte da comunidade que, de certa forma, nos confere certa legitimidade para que nós reivindiquemos, nós falemos com bastante propriedade em todos os assuntos da nossa comunidade (conversa com o integrante 3 em: 03/07/2023).

Dentro desse quadro da disseminação da cultura política e engajamento cívico, em 2021 foi promovido um outro evento sobre as eleições que se avizinhava em 2022. O intuito desse encontro era despertar consciência da população sobre

como votar. Aqui a ideia de ser ter um voto consciente e útil, parece fazer sentido no que diz respeito à continuidade ou alternância política no país.

Quanto a este evento, o integrante 1 diz que:

> Mas, em 2021, entramos em cheio com uma atividade, que era o papel do cidadão no contexto pré-eleitoral. Essa foi uma atividade muito grande. Onde a gente convidou os representantes do poder, os representantes, né. Nossos representantes no parlamento. Tínhamos ali o presidente do segundo maior partido da posição, que é o Filomeno Vieira Lopes tínhamos ali o Massanga Savimbi, que é deputado da Assembleia Nacional, tínhamos o Osvaldo Caolo, que é ativista e a Tânia de Carvalho, que é atualmente conselheira do Presidente da República, na área... acho que é da cultura, sim. Então, tentamos equilibrar. A Tânia é do MPLA. Trouxemos três elementos de partidos opostos, isto é: um representante da UNITA, outro do Bloco Democrático (BD), uma do MPLA e um elemento da sociedade civil [...] (segunda conversa com o integrante 1 em: 29/07/2023).

Esse evento evidencia natureza apartidária do FAMA, tal como os integrantes entrevistados apontam. Visto que, a forma como compuseram ou selecionaram os palestrantes, mostra como o grupo está preocupado com o funcionamento do aparelho do Estado do que a defesa de bandeiras partidárias. Assim, o equilíbrio na composição da representa o engajamento do FAMA para com as questões sociais e o seu papel de promover uma cultura política local consciente e autorreflexivo pautada nos princípios democráticos no seio da comunidade (RENNÓ, 2001; BAQUERO, 2008).

O ano de 2022 com foi ano eleitoral para o país, o FAMA intensificou a sua luta sobre a conscientização dos populares sobre a importância de votar e por que da necessidade de voto consciente. Neste contexto, as atividades foram realizadas em conjunto com outros movimentos da sociedade civil vinculados ao MJpA/MNA. O que foi preciso traçar mecanismos próprios de consciencialização sobre a cultura política e engajamento cívico quanto individual tanto coletivo (PUTNAM, 2006).

É a partir dessas ações que o integrante 3 aponta que:

> Teve uma atuação muito significativa, importante e engajada nos últimos anos, sobretudo no ano passado, atuando nas eleições, por ter servido como um instrumento importante na consciencialização das pessoas em torno da reivindicação por um processo eleitoral justo, livre, honesto e que condissessem com a realidade dos resultados eleitorais. O FAMA também exerceu um papel importante nas eleições passadas porque foi um instrumento de consciencialização, de potencialização e de luta que a comunidade, os eleitores usaram para a reivindicação em torno da fixação das datas sínteses em determinadas assembleias locais, assembleias eleitorais locais. O FAMA é ainda, como dissemos, um interlocutório válido entre a comunidade e as instituições, instituições governamentais, políticas, sociais e outras e é por meio do FAMA que os problemas que o Malweka vive

> são conhecidos por parte de quem detém o poder político (conversa com o integrante 3 em: 03/07/2023).

Dessa forma até aqui observa-se que o FAMA tem cumprido com aquilo que são seus objetivos de mediador entre as entidades governamentais e o povo. Para tanto, pode-se apontar uma questão paradoxal durante a fala do integrante 1 e 3 sobre a relação do poder local com o grupo FAMA, mas, que não tira o mérito das atividades do FAMA no bairro. Neste sentido, se de um lodo, o integrante 3 fala que os governantes têm o FAMA como representante da comunidade, isto é, quando há uma atividade organizada por governantes, é o FAMA que representa o Malweka, por outro lado, o integrante 1 aponta que quando a sociedade civil organiza eventos e convidam os representantes governamentais não aparecem.

Essa dicotomia é apresentada em diferentes momentos da existência do FAMA. Em outras palavras: se no início o grupo teve uma certa rejeição do poder político local, hoje o poder local percebe que estes têm aceitação na comunidade, neste sentido, é importante “estabelecer” o diálogo. Entretanto, é importante destacar, que: o diálogo apontado aqui se dá através de muitos tensões de enfrentamento entre os órgão do governo e o FAMA. Isto é, o FAMA encontra resposta/diálogo com os seus representais legais quando protestas.

Segundo o integrante 2,

> No quadro das atividades do FAMA, já se realizou três manifestações. Uma manifestação de rua e duas manifestações de forma de petições. A primeira foi por causa da ponte do Malweka. Eles corresponderam depois de fazermos as manifestações. Corresponderam com as nossas exigências. Embora que não da forma que nós queríamos. Porque nós pretendíamos uma ponte definitiva e eles fizeram uma provisória. Que custou por aí 50 milhões de Kwanzas do cofre do Estado. E nós ficávamos a reivindicar e procuramos cobrar do governo. Como é que foi gasto esse dinheiro? Na época, o administrador era o Albino da Conceição, ele tinha mesmo aquela simpatia de conversar conosco. É artista plástico, e também professor. Então ele tinha essa simpatia, conversamos normalmente, íamos lá, ele também vinha aqui. E aí ele explicou, 50 milhões, foi por causa disso e daquilo, entretanto existe sempre aquela troca de palavras (conversa com o integrante 2 em: 28/06/ 2023.

Diante do exposto, fica nítido que as ações do FAMA manifestação como importantes neste quesito. Visto que busca soluções quanto a nível cognitivo, isto é, disseminação de conhecimento sobre a cultura política, tanto na perspectiva participativa, ou melhor, o engajamento. Dessa forma, observa-se que as demandas coletivas que o FAMA apresenta aos órgãos do Estado, quando correspondido se coloca na posição de fiscal. Assim sendo, consegue observar de perto e traçar outras

táticas de atuação. Resumidamente, a intervenção do integrante 2 respalda a tese de que o FAMA é mediador, interlocutor e representante que a comunidade do Malweka tem para resolução de seus problemas junto das instituições do Estado. Esta afirmação é confrontada no posicionamento de outros dois integrantes entrevistados bem como, na literatura que de base desta investigação.

4. Considerações Finais: a “ponte” para constituição de uma nova cultura política no Malweka

Durante muito tempo, isto é, desde que o país se tornou independente, as práticas de descasos governamental ou desgoverno, sempre foi fundamentada pelo discurso de que a guerra foi a principal causadora das assimetrias (BITTENCOURT, 2016), políticas e socioeconômica no país. A guerra passou sendo o escudo do qual, o partido-Estado de eximir-se das suas responsabilidades e do descumprimento das propagandas eleitorais.

Dito de outra forma, o sucateamento do aparelho do Estado, o desrespeito e/ou não cumprimento dos direitos fundamentais dos cidadãos consagrados na Constituição do país, a cultura política de opressão/medo, entre as outras formas de violências presentes no país (ANTÓNIO, 2013; TELO, 2015), são apresentadas como consequências resultante de situação de guerra prolongada. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que: este discurso de alguma forma, tem condicionado em parte, a atuação quanto os partido na posição tanto a sociedade civil. Visto que, repetidas vezes a guerra é apresentada como sendo a causa principal do subdesenvolvimento no país.

Dentro desse quadro, como foi debatido ao longo do texto, esse discurso perde a sua força tendo em vista a maneira como a sociedade angolana vem discutindo a realidade social, econômica e política do país. Visto que, é diante da cultura do medo instalada no país, normalizava-se o não falar sobre a política, sobretudo, tinha-se o entendimento de falar de política era coisa de adultos e homens. Como não se basta-se, a cultura do medo, também se agregava a cultura do silenciamento de mulheres e pessoas menores de idade.

Para tanto, nos últimos 10 anos essa realidade vem-se mostrando com uma outra roupagem, isto é, as dificuldades múltiplas e acentuadas, especialmente, aquelas relacionadas com os direitos fundamentais do cidadão tem leva a cabo novos atores no cenário político angolano. Atuando não necessariamente de forma institucional, mas, a partir dos movimentos sociais. Em outras palavras: atualmente existe um cenário político compreendido entre o tradicional – aquele em que os políticos com vínculo atuam, aqui compreende a dimensão institucional da política e outro, popular – autônomo e independente de aceitação ou não da institucionalidade.

Este último, é entendido como o campo de atuação fundamentalmente pela ação social dos movimentos da sociedade civil. Pelo que, estes estabelecem “regras” de atuação e determinam os processos decisórios. É aqui onde o grupo FAMA se enquadra e engendra o seu quadro de atuação.

Retomando sobre cultura política e engajamento cívico no contexto angolano, hoje é possível observar outras e/ou novas dinâmicas de suas manifestações. O que este texto aponta como sendo cultura política de defesa de lugares. Quanto à essa denominação, entende-se como toda a movimentação e articulação política que os jovens angolanos na contemporaneidade vêm exercendo, em diferentes cenários político do país como forma de ruptura e mudança de paradigmas no quadro da vida social, econômica e política dos cidadãos.

É nesse contexto que se consegue visualizar as articulações do FAMA como uma ponte para constituição de uma nova cultura política no bairro Malweka. Para tanto, existe consciência de as articulações não apenas para o Malweka, mas sim, para o país. Dentro desse quadro, a noção de nova cultura política visa apontar as mudanças que podem ser consideradas como drásticas, isto é, a Angola vem de uma cultura política permeada por medo e silenciamento desde o período colonial, em que, o processo participativo no aparelho do Estado, obedece a uma certa seletividade que divide os cidadãos entre os de cá e de outro lado da política. Neste sentido, precisamente, desde 2010 as novas gerações vêm rompendo com estes pressupostos através de ações políticas circunscritas no âmbito da sociedade civil.

Como forma de efetivar tais ações, as ruas são essencialmente espaços públicos dialéticos e dialógicos de construção de processos para enfrentamento e (r)existência política. Trata-se de um entendimento visto como transversal para as lutas dos jovens em Angola tal como foi observado durante o texto nas falas dos integrantes do FAMA.

Considerado a transversalidade quanto ao enfretamento de problemas sociais, tanto de um sistema político que não estabelece um mecanismo de participação efetivo, o letramento político nas comunidades pelas quais os movimentos sociais atuam de forma pontual, constitui-se como alternativa para o despertamento das mentes e consciencialização dos munícipes na tomada de consciência política participativa. É neste sentido que se pode observar a articulação

da cultura política e engajamento cívico entre os movimentos da sociedade civil em Angola como é o caso do FAMA.

Dito isso, como apresentado no texto o FAMA na qualidade de movimento da sociedade civil no Malweka, se propõe na promoção de valores que visam o exercício de uma vida cidadã comprometida pelo conhecimento e reconhecimento dos direitos e deveres que cada indivíduo deve conceber como fundamentais para a manutenção das relações sejam elas políticas ou sociais.

Partindo desse pressuposto, torna-se uma novidade no contexto do bairro Malweka. Visto que, antes da situação da ponte, falar sobre a política no bairro tratava-se de uma abordagem singular de pessoas com um certo grau de escolaridade e bem como um exercício de adultos. O FAMA vem rompendo com esse paradigma através de propostas educativas do âmbito comunitário.

Tem-se noção de que, nos país africanos particularmente em Angola, pensar numa sociedade civil engajada, ainda parece ser algo de outro mundo. Uma vez que, os movimentos da sociedade civil encontram dificuldades principalmente institucionais no que tange ao acesso de certo serviços até mesmo de dialogar com o poder local. Diante destas dificuldade, o FAMA vem traçando caminhos que permitem encontrar alternativas de acessar os espaços constituídos institucionalmente. Para tal, um desses caminhos tal como foi proposto no texto, é a promoção constantes de eventos cívicos que valorizam a preservação e a defesa de lugares. Em outras palavras: as intervenções do FAMA na comunidade são voltadas a elevação da consciência política atrelada à cultura política de defesa de lugares, primeiramente, do bairro Malweka, em seguida Angola e quiçá o continente africano. Este último, sempre recai ao entendimento da transversalidade dos problemas de forma geral, que os povos africanos enfrentam. Salienta-se que, com essa afirmação não se pretende falar do continente africano como homogênea, os países deste continente têm especificidades, entretanto, pode-se encontrar algumas experiências similares no ponto de visto social, econômico e política. Outrossim, o processo colonial também é um dos pressuposto clichê, para se pensar em torno dos problemas dos países africanos.

Dentro desse quadro, as ações do FAMA não se militam em reivindicações públicas, muito pelo contrário, estabelece ponte entre a comunidade e as instituições

do governo e/ou personalidades políticas (coordenadores de bairros, administradores comunal, distrital e municipal, governador provincial, deputados etc.) como forma de resolver conjuntamente problemas do bairro. Neste sentido, a ponte enquanto infraestrutura, apresenta dupla conotação – a) é por intermédio dela que os jovens do Malweka realizam reflexões sociopolítica de mudanças, ou seja, a ponte introduz estes jovens na vida política local, a partir de questionamentos sobre como funciona administração do bairro, algo que antes da degradação ponte não se fazia – b) o grupo que nasce da ponte (FAMA), se torna como ponte à medida que faz a mediação entre as relações interpessoais e também institucionais.

Conforme o diálogo estabelecido com os integrantes e as observações feitas nos canais oficiais de comunicação do FAMA, isto é, as suas redes sociais foi possível perceber que o FAMA se constitui como importante organização da sociedade civil para potencialização das instituições sociais e políticas no Malweka. Visto que, o FAMA através de suas ações consegue dar respostas as necessidades da comunidade. Dentro desse quadro, se porventura, houver uma abertura política sobretudo, o tanto almejado as autarquias, acredita-se com o FAMA como representante do povo, o bairro pode viver transformações substâncias.

Outro aspecto interessante para destacar aqui, trata-se: do desejo de quer fazer ou de participar no processo de melhorias sociais do bairro. Quer dizer: o FAMA não está apenas preocupado em reivindicar ou protestar, mas, acima de tudo está o desejo de atuar junto do Estado na resolução dos problemas de moradores do bairro Malweka. Como resultado desse desejo, assiste-se que as aparições públicas que o FAMA faz para reivindicar ou propor uma atividade de caráter educativa, cívica e cultural reverberam na comunidade. Reconhece-se que existe algumas insuficiências, mas, muitos casos, as expectativas do grupo são superadas positivamente pelo retorno que recebem da comunidade.

Em suma, através desta investigação é possível perceber que a inefetividade normativa relativamente à efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos, tem levado a cabo o surgimento de muitos movimentos da sociedade civil como o FAMA, que lutam e reivindicam publicamente chamando atenção das instituições públicas do Estado. A essa ação reivindicativa, é que esta investigação denomina de cultura política de defesa de lugares. Neste contexto, a defesa de lugares visa essencialmente a transformação dos lugares/bairros em ambientes com pelo menos

mínimas condições de sustentabilidade para se viver. Assim sendo, a política da ponte muito mais do que uma questão de resolução ou de edificação da ponte degradada, trata-se de uma proposta plural, ou seja, a ponte despertou a consciência política dos jovens do Malweka para construção de uma nova cultura política e, ao mesmo tempo permitiu a partir dessa busca para a requalificação da mesma, o FAMA conseguiu acionar outras demandas sociais e políticas que o bairro do Malweka carecia ou que ainda continua carecendo.

As dinâmicas empreendidas por FAMA e outras OSC na contemporaneidade angolana marca um momento de diferenciação entre o movimento revolucionário angolano dos ativistas do caso 15+Duas. Isto é: de um lado, tem-se um movimento que as suas ações eram realizadas entre pessoas de um grupo restrito e em lugares estratégicos do país (os ativistas do caso 15+Duas), de outro, estão os movimentos que realização o ativismo dentro das comunidades (o caso do FAMA e outras OSC).

Por exemplo o ano de 2017, nota-se essa mudança drástica em que as pessoas sobretudo, os jovens estão mais preocupados em criar as organizações cívicas dentro das comunidades com o objetivo de proporcionar momentos de reflexões, engajamento cívico e educação sobre a cultura política. O caso particular do FAMA, vai afirmar seu compromisso com o bairro Malweka na educação política engajada. Em outras palavras, a preocupação do FAMA consistem em oferecer uma formação política de base para que qualquer pessoa na comunidade tenha a noção e o conhecimento sobre o sistema político angolano.

Observa-se uma ruptura tanto na cultura política “clássica angolana” – aqui refere-se a cultura política constituída pelos movimentos revolucionários da luta contra opressão colonial. Esse entendimento atrela-se ao estabelecimento da primeira República com o monopartidarismo (1975) e a cultura do medo e do silenciamento que se instaura no país.

O surgimento desses movimentos contemporâneo, apontam para uma ruptura visível no que diz respeito à engajamento cívico e cultura política tendo a comunidade como a base de atuação, isto é, à medida que, buscam ampliar o entendimento do pacato cidadão sobre a política e bem como apontar os mecanismos de participação política dos munícipes na comunidade. É neste contexto que se consegue visualizar

a diferença entre o movimento revolucionário tanto, da luta pela independência de Angola bem como do caso 15+Duas e os novos movimentos que estão surgindo.

Entende-se que é praticamente impossível esgotar um tema complexo como este na dissertação. Por exemplo: existe alguns conceitos que não foram aprofundados, não possível trabalhar detalhadamente como os objetivos do FAMA dialoga com os ODS e com a agenda 2063 da AU, e bem como da Carta da Juventude Africana da UA. Para tanto, abre-se possibilidades retornar o que não foi trabalhado aqui em outras pesquisas futuras ao nível do Doutorado, ou ainda, outras pessoas tomar este trabalha como referência para desdobrarem outras pesquisa acadêmicas ou sociopolítico.

Referências

ABERS, Rebecca. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. In: ABERS, R. N., ed. **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira [online]. Brasília: Editora UnB, 2021, p. 17-51. ISBN: 978-65-5846-159-3. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593.0001>.

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias. Porto Alegre**. n.13. 28. p. 52-84. 2011.

Acordo de Alvor. Disponível em: <http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15685/2/Anexo%20n.%C2%BA%201%20Acordo%20de%20Alvor.PDF>. Acesso em: 10/10/2022.

ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture***:* political attitudes and democracy in five countries*.* Newburry Park: Sage, 1989.

ALVES, Amanda Palomo. O “agrupamento Kissanguela" e a canção no pós-independência em Angola (1975-1979). **Afro-Ásia**, n. 60, p. 213-249, 2019.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Ação Urgente:** quatro jovens ativistas detidos sem culpa formada. 2016. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/AFR1246312016PORTUGUESE.pdf. Acesso em: 18/07/2023.

ANGOLA. **Ministério da Juventude e Desportos**. O Programa Angola Jovem (PAJ). Disponível em: https://www.sepe.gov.ao/ao/catalogo/mais-servicos/saude-bem-estar-cultura-lazer-e-desporto/angola-jovem/. Acesso em: 10/08/2022.

ANGOLA. Lei constitucional de 1991-92. **Revista de Informação Legislativa**, v. 29, n. 116, p. 347-368, out./dez. 1992. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176034>. Acesso em: 10/08/2022.

ANTONIO, Nelson Domingos. **Transição pela Transação**: uma análise da democratização em Angola. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 37, p. 989-1008, 2016.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, p. 380-413, 2008.

BATSÎKAMA, Raphaël; BATSÎKAMA, Patrício. Estruturas e instituições do Kongo. **Revista de História Comparada**, v. 5, n. 1, p. 6-41, 2011.

BATTEZINI, Andy Portella; REGINATO, Karla Crtistine. O ativismo popular e o papel das mídias digitais: reflexos de um novo modelo de exercer democracia no cenário

contemporâneo e seus impactos na esfera política. **Revista de Direito Brasileira**, v. 15, n. 6, p. 173-184, 2016.

BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63). **Anais do XVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis**, 2015.

BITTENCOURT, Marcelo. As eleições angolanas de 1992. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 170-192, 2016.

BITTENCOURT, Marcelo. Angola: tradição, modernidade e cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; MATTOS, Hebe; OLIVEIRA, João Pacheco; MOREAS, Luís Edmundo de Souza Moraes; RIDENTI, Marcelo (Org.). **Tradições e Modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Pp. 129-144.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. v. 5.p. 193-216. 2011.

BOURDIEU, Pierre, et al. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Atlas, 1989.

BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo « Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África: considerações introdutórias. **Cadernos de Estudos Africanos [online]**. v. 31. 2016.

CAMPBELL, Bonnie Kathleen. Où va la République populaire d'Angola? (Note de recherche). **Études Internacionales**, 7(2), 275–288. 1976. Disponível em: https://www.erudit.org/fr/revues/ei/1976-v7-n2-ei2985/700670ar.pdf. Acesso em: 06/05/2023.

CARBONAI, Davide; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. Engajamento cívico e internet. Notas de pesquisa, a partir de uma tipologia. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 521-532, 2017.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 83-98, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v. 2, n. 1. 2008.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Trad. Anísio Garcez Homem.. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2017.

COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL (CNE). **Eleições Gerais 2022**: apuramento nacional. Disponível em: <https://resultados2022eleicoesgerais.cne.ao/#Votos>. Acesso em: 03/06/2023.

COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL (CNE). **Total Nacional Escrutino Definitivo**: eleições gerais 2017. Disponível em: <https://www.cne.ao/elei%C3%A7%C3%B5es/2017>. Acesso em: 03/06/2023.

CONSTITUINTE, Assembleia. Constituição da república de Angola. **Consultado a**, v. 11, p. 265-286, 2010. Disponível em: <https://acjr.org.za/resource-centre/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf.> Acesso em: 24/05/2023.

CREMONESE, Dejalma. **Fundamentos da Teoria Política**. Curitiba: Appris, 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed. trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre. 2007.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAS, Madaleno Sita. Luanda: “do menino não fala política” ao “eu quero ser político”. Comunicação Apresentada na Iª Edição da Semana de Sociologia da **COESO - Visões Multidisciplinares Sobre a Necessidade de Mudança Social - reflexões sobre o contexto angolano**. Realizada entre 11 e 13 de abril de 2017.Disponível em: <https://www.academia.edu/38100930/Luanda_do_menino_n%C3%A3o_fala_pol%C3%ADtica_ao_eu_quero_ser_pol%C3%ADtico>. Acesso em: 24/09/2022.

DOS SANTOS, Daniel. De la violence politique et de la guerre en Angola. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Socia**l, v. 9, n. 2, p. 231-249, 2016.

FELIZ, Luzolo. Xé menina, não fala política. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2018/9/19/x-menina-no-fala-poltica>. Acesso em: 07/06/2023.

FREIRE, Alessandro. Engajamento cívico e capital social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal. **Opinião Pública**, v. 20, p. 273-290, 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Participação e Governo local: Comparando a descentralização de Montevidéu e o orçamento participativo de Porto Alegre. **Sociologia, Problemas e Práticas**. 46. 51-69. 2004a.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Democracia, participação e deliberação: Contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democracia. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. 4. 2. 257-283. 2004b.

HEIMER, Franz-Wilhelm; SILVA, Elisete Marques da. Culturas Políticas em Angola e Moçambique. Elementos para uma agenda de investigação. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 3, p. 27-37, 2002.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HODGES, Tony. **Angola**: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem. Cascais: Princípia, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

INE. **Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação** – 2014. INE, Luanda. 2016. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf>. Acesso em: 26/09/2022.

JASPER, M. James. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Trad. Carlos Alberto Medeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JOÃO, Domingos Faustino Pedro. Angola: democracia que temos e a que precisamos. **Dados de África(s)**. v. 1 n. 2. 2020.

JORNAL DE ANGOLA. Ponte do Malueka no Cazenga pode ser substituída em abril. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=421888>. Acesso em: 03/05/2023.

JORNAL DE ANGOLA. Luanda completa hoje 446 anos da fundação. 2022. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/luanda-completa-hoje-446-anos-da-fundacao/>. Acesso em: 27/09/2022.

JORNAL DE ANGOLA. Governo de Transição foi há 44 anos. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/governo-de-transicao-foi-ha-44-anos/>. Acesso em: 07/11/2022.

JOVITA, João Baptista de. **A Política Externa de Angola e as Estratégias Atuais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. 2017.

LIMA, Juliana. Des “printemps árabes” à la “nouvelle révolution” en Angola: mobilisation et contestation politique dans l'après-guerre. **Afrique Contemporaine** 1. n° 245. p. 23-36. 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-afrique-contemporaine-2013-1-page-23.htm>. Acesso em: 20/05/2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOPES, Carlos M. Dinâmicas do associativismo na economia informal: os transportes de passageiros em Angola. **Análise social**, p. 367-391, 2010.

MANUEL, Israel Mawete Ngola. **Kinzonzi** : entre o espaço discursivo e a esfera pública na transmissão de conhecimento através de provérbios nos Bakongo. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

MANUEL, Israel Mawete Ngola; SOARES, Maria Andrea Dos Santos. Novas práticas institucionais: o uso de mídias sociais no programa institucional pulsar da unilab

durante e pós-pandemia da covid-19. **VIII Semana Universitária da Unilab. VI ENCONTRO DO PROGRAMA PULSAR – 2022**, p. 1-6, Redenção, 2022. Disponivel em: <http://semuni.unilab.edu.br/modulos/submissao/index.php?pagina=gerar-trabalho&trabalhoId=6027>. Acesso em: 06/07/2023.

MARQUES, Alexandra. **Segredos da Descolonização de Angola**. Leya, Amadora - Portugal, 2013.

MAT- Angola. **Divisão Político-Administrativa de Angola**. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=966551256782311&set=divis%C3%A3o-pol%C3%ADtico-administrativa-de-angolaa-necessidade-de-se-reformular-a-divis%C3%A3>. Acesso em: 27/09/2022.

MATIAS, Afonso Mayenda João. **História da Revolução! [...].** Luanda, 27 de jul. 2023. Facebook: mbanzahanza. Disponivel em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=669127881747701&set=a.440129444647547>. Acesso em: 27/07/2023.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África VIII**: África desde 1935. Unesco. 2010.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer**, v. 2, n. 2, 2010.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. O desafio da pesquisa social. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Socia**l: Teoria, método e criatividade.. 6. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007a.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Socia**l: Teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007b.

MULLER, Edward N; SELIGSON, Mitchell A. Civic culture and democracy: The question of causal relationships. **The American Political Science Review**, 88, 3; Research Library Corepg. 635.1994.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 415-447, 2015.

MBEMBE, Achille**. Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições. 2018.

NATIONS UNIES. Examen des rapport ssoumis par les États partiesconformément à l'article 40 du Pacte: rapport initial Angola. **Pacte inter National relatif aux droits civils et politiques**. 2011. Disponível em: <https://ccprcentre.org/files/documents/G1141592.pdf>. Acesso em: 04/05/2023.

NGANGA, Arsène Francoeur; MBINDA-NZAOU, Roland-Christian. **Peuples et Civilisations Kongo dans le sud du Gabon**. L'Harmattan. France. 2020.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana (1976-2005)**: organização, desenvolvimento e perspectivas. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2006.

NOVO JORNAL. **Pontes Metálicas dos Bairros Malueka e Paraíso em Cacuaco vão ser Substituídas ainda este Ano**. 2020. Disponível em: <https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/pontes-metalicas-dos-bairros-malueka-e-paraiso-em-cacuaco-vao-ser-substituidas-ainda-este-ano-93413.html>.

OECD. **Engajamento Cívico**. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/civic-engagement-pt/>. Acesso em: 17/11/2022.

OVILONGWA. **Angola**: dois anos depois das eleições. Disponível em: <https://www.ovilongwa.org/publicacoes/angola-dois-anos-depois-das-eleicoes>. Acesso em: 10/11/2022.

PAIN, Rodrigo de Souza. A centralização política e o autoritarismo em Angola. **História-Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 33, 2008.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5 ed. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, p. 71-82, 2003.

RENNÓ, Lucio R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, v. 7, p. 33-59, 2001.

ROCHA, Virginia. Da teoria à análise: Uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na Ciência Política. **Revista Política Hoje**, v. 30, n. 1, p. 197-251, 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**: o princípio de direito político. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANCHES,Edalina Rodrigues et al. **Policy Brief 2020**: o desenvolvimento da democracia em Angola - a perceção dos especialistas. OQD. Lisboa. 2020. Disponível em: <https://oqd.ics.ulisboa.pt/http-oqd-ics-ulisboa-pt-webwp-wp-content-uploads-2020-02-ics-policy-brief-2019-observat-pdf-2/>. Acesso em: 08/11/2022.

SANTIN, Janaína Rigo; TEIXEIRA, Carlos. Instituições do poder local no Brasil e em Angola. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 1571-1596, 2020.

SANTOS, João Manuel dos. O Movimento Jovens pelas Autarquias e o novo paradigma de participação (2/2). 2020. Disponivel em:

<https://observatoriodaimprensa.net/o-movimento-jovens-pelas-autarquias-e-o-novo-paradigma-de-participacao-2-2/>. Acesso em: 20/05/2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no Século XXI**: um ensaio acadêmico. Brasília: FUNAG, 2015.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej. Democracia participativa e processo decisório de políticaspúblicas: a influência da campanha contra a Alca. **Sociedade e Estado**. 28.1: 53-74. 2013.

STAVRAKAKIS, Yannis. **Lacan y lo Político**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). **Desvendando a História da África.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Caderno CRH**, v. 21, p. 505-517, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TAMBA, Pansau. The Portuguese Speaking Countries in Africa: Names or Territory Demarcation? **European Modern Studies Journal**. 5. 2. 338-350, 2021.

TELO, Florita Cuhanga António. **Angola**: a trajetória das Lutas Pela Cidadania e a Educação em Direitos Humanos. Mayamba Editora, Luanda, 2023.

TELO, Florita Cuhanga António. Jovens mulheres e a participação política em Angola: o caso 15+DUAS. 2018. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2018/9/5/jovens-mulheres-e-a-participao-poltica-em-angola-o-caso-15duas>. Acesso em: 04/06/2023.

TELO, Florita Cuhanga António. **Angola**: A trajetória das lutas pela cidadania e a educação em direitos humanos. 241 f. Dissertação (Mestrado em ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

UNION AFRICAINE. **Une Étudesur le Role et les Contributions des Jeunes a la Paix et la Securite en Afrique**: un rapport d'experts indépendants commandé par le Conseil de paix et de sécurité de l'Union Africaine. Union Africaine. Addis Ababa, Ethiopia, 2020. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/documents/39509-doc-final-yps-study-report-french-20-10-2020.pdf>. Acesso em: 06/05/2023.

YIN, Robert K. **Pesquisa Estudo de Caso**: desenho e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.1994.

ANEXOS

Anexo 1 – conversa com um dos integrante do FAMA

P: Fale um pouco sobre o FAMA.

R: Ok, a sigla FAMA significa forças ativas do Malweka em Angola. O FAMA é uma organização da sociedade civil que surgiu com o objetivo de dar respostas a alguns problemas da nossa comunidade e também do país. O FAMA surgiu em 2018, tudo por causa de algumas coisas que estavam mal em um determinado local, que é o nosso bairro Malweka. Um grupo de jovens reuniu-se, pensou em atacar o governo com o intuito de solucionar o problema que assolava a nossa comunidade. Nesse contexto, o problema da Ponte. Então, é dali onde surgiu o FAMA. Mas, como o nome diz, forças ativas do Malweka em Angola. O objetivo não é simplesmente procurar solucionar os problemas da nossa comunidade, que é o Malweka, mas sim do país em geral. Mas, como se diz, antes de você varrer, fora, você tem que começar por dentro. Então, antes de começar a atacar (atuar) em outras comunidades ou o país em geral, nós começamos por atacar (atuar) na nossa comunidade, que é o Malweka. Então, resumidamente, o FAMA é uma organização da sociedade civil que luta pelos direitos humanos, que visa dar respostas a alguns problemas da nossa comunidade.

P: O que você entende sobre a cultura política e o engajamento cívico?

R: Ok. Falando da cultura política, engajamento cívico, eu vou tentar separar essas duas coisas. Vou tentar separar a cultura política e depois o engajamento cívico. A cultura política, quando a gente fala de cultura política, nós estamos a nos referir de conjunto de atitudes, normas ou valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou nação. Então, a cultura política é mais ou menos aquilo que eu disse. É mais ou menos conjunto de atitudes, normas ou valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade. Já o engajamento político, nós podemos entender engajamento cívico na prática é mais ou menos encorajar cidadãos a se envolverem na vida da comunidade e ajudar a moldar o futuro da sua cidade. Vamos lá supor o que aconteceu na Fundação do FAMA: nós podemos associar como se fosse um engajamento político. Porque no contexto do FAMA, eram jovens, no meio de uma organização, eram jovens que viram alguma coisa que estava errada numa comunidade, juntaram-se para poder dar resposta, para poder solucionar um problema que assolava a comunidade. Então,

engajamento político é mais ou menos isso. E não só, por exemplo, aquilo que o FAMA fez há pouquinho, nós fizemos a recolha das assinaturas com o intuito de fazer entrar uma carta no governo provincial para solucionar o problema da Ponte. Teve muita gente a dar assinaturas, muita gente a se engajar naquilo. Então, esse conceito também nós podemos entender como um engajamento cívico, porque tem um problema que assola uma comunidade. Então, os integrantes daquela comunidade juntam-se para dar solução ou para procurar dar resposta àquele mesmo problema, aquilo é mais ou menos um engajamento cívico.

P: Como o FAMA articula a cultura política e engajamento cívico no Malweka?

R: Ok, nós articulamos da seguinte maneira: antes mesmo da gente, se calhar, focar-se num problema, nós tentamos dar uma educação política aos integrantes da nossa comunidade. Eles precisam saber os seus direitos, isso é política, e os seus deveres, isso também é política. Depois vem a questão de exigir alguma coisa, de se juntar para exigir alguma coisa, isso é engajamento político. Então, articulando essas duas coisas, o FAMA dá educação política de várias formas. Por exemplo, quando o FAMA organiza a palestra sobre o papel do cidadão no contexto pré-eleitoral, quando o FAMA organiza a palestra para falar da Constituição, onde está mais ou menos impregnada todos os nossos direitos, todos os nossos deveres, nós estamos a dar uma educação política. Graças a essa educação política, vem o grande engajamento político, porque muitas das vezes as pessoas têm medo de se engajar, de mais ou menos fazer um engajamento cívico. Mas quando você o educa politicamente, com facilidade ele consegue se engajar e ir atrás da solução dos problemas que assolam a sua comunidade. Então, é mais ou menos isso. Se não me escapa, mas depois da manifestação que era para a construção da Ponte, primeiramente não era FAMA, era grupo de jovens, mas após a manifestação nós nos tornamos FAMA, nos tornamos uma organização. A primeira atividade que a gente organizou como organização foi mais ou menos a Constituição, foi em 2018 ou em 2019. Sim, de 2018 a 2019, acho que se a memória me foge, se for de 2019 é no princípio, se for de 2018 é no fim. Então a gente falou mais ou menos primeiro da Constituição, por quê? Porque a nossa comunidade, o Malweka, tem pouco engajamento cívico, tem pouco engajamento cívico, por quê? Porque é uma comunidade onde a maioria das pessoas são maioritariamente desinformadas, ou então carecem da educação, tem pouca gente informada, também, o objetivo era informar as pessoas sobre a Constituição, que é

uma arma mais poderosa que o cidadão pode ter, para poder exigir alguma coisa, só que também, tu não podes simplesmente exigir, tu tens que saber até onde começa, até onde terminam os meus direitos, começam os meus deveres. Então foi mais ou menos por isso que a gente pensou na Constituição, fazer com que as pessoas pelo menos comecem a pensar, a ler a Constituição para poder discutir alguma coisa, para poder se reter em alguma coisa, então primeiro foi a Constituição. Enquanto grupo, aquilo teve como preletores Mwana Angola e Geraldo Dalla, mas o Geraldo Dalla não havia se feito presente por alguns motivos, então teve dois preletores, o Mwana Angola e o Mente Observador, foi bem-organizado, estava extremamente lotado de pessoas. O pessoal aderiu em função da manifestação que antecedeu, e o resultado que eles viram da Ponte metálica, então o pessoal aderiu em massa a essa atividade, então foram informados, premiamos algumas pessoas com algumas Constituições, os primeiros a chegar, criamos alguns mecanismos para premiar pessoas com Constituição no intuito de motivá-los a lerem a Constituição. Aquilo excedia mais de 100 pessoas, a sala estava extremamente cheia, nesse dia, estava mesmo muito cheia, muito, muito, muito cheia. Foi no tempo em que o ativismo em Angola acendia. Porque a época de 2017, 2018, 2019 e depois veio 2020 a Covid, ali já o ativismo começou a estragar depois de 2019, mas em 2019 o ativismo acendia, criavam-se muitas organizações da sociedade civil, mas depois da Covid veio surgindo algumas coisas e o ativismo mais ou menos em Angola declinou-se. Até agora estamos num declive no ativismo. Até agora estamos num declive porque alguns ativistas, que são simplesmente ativistas, articulam-se a partidos políticos, hoje em dia já não conseguem criticar seu partido quando faz uma coisa errada porque tem pretensões parlamentares. Então, e, e não só, e teve mais um mecanismo em que o partido no poder usou entregou alguns imóveis nos ativistas. O partido ofereceu casas com o intuito de desestabilizar os ativistas. Os ativistas que receberam as casas tornaram-se inimigos dos ativistas que negaram receber casas. Então, foi uma época mais ou menos que o ativismo se declinou. Hoje em dia o ativismo em Angola, opa, enfim, não é o tema. A segunda atividade foi mais ou menos, um debate aberto ao céu aberto. Nós ocupamos um espaço aberto, mas aquela atividade foi mais aderida pelos próprios ativistas porque o tema foi mais ou menos o ativismo e a revolução. Foi mais ou menos, para a gente saber a diferença entre um ativista e revolucionário. Então, a revolução e o ativismo. Quando é que é uma revolução? Quando é que é um ativismo? Quem é o revolucionário? Quem é o ativista? Então, foi mais aderido pelos próprios

ativistas, estavam lá em cheio. Essa atividade foi em 2019 mesmo já, essa aqui não escapa. Depois dessa atividade, vinha a Covid em 2020, que praticamente fez parar as coisas. Praticamente as coisas haviam ficado paradas. não, no próprio 2020, antes da Covid, nós havíamos organizado uma atividade ao lado da Ponte. Com o tema, que Malweka temos, que Malweka queremos. A ideia era refletir sobre o Malweka. Nós convidamos várias entidades do bairro Malweka, tipo os coordenadores do bairro. Como dizia que o Malweka banha três municípios, que é Cazenga, Cacuaco e Viana. Então, nós tivemos a amabilidade de convidar todos esses coordenadores. Infelizmente, quando é uma atividade da sociedade civil, eles conotam como se fosse oposição. Não apareceu nenhum membro da comissão dos moradores do bairro. Imagina uma atividade em que visava pensar o Malweka que a gente tem e o Malweka que a gente quer. O Malweka que a gente tem é aquele com muitos problemas. Poderíamos muito bem pensar em conjunto sobre o Malweka que a gente tem e procurar a solução entre eles, que fazem parte do governo, e nossa sociedade civil. Mas, infelizmente, eles não apareceram. Estávamos lá apenas nós. Mas conseguimos pensar no Malweka que temos. Conseguimos pensar no Malweka que nós queremos também. E depois vinha a pandemia. Ficamos encerrados. 2020 foi um ano muito difícil. Foi um ano muito, muito, muitíssimo difícil por causa da pandemia. Mas, em 2021, entramos em cheio com uma atividade, que era o papel do cidadão no contexto pré-eleitoral. Essa foi uma atividade muito grande. Onde a gente convidou os representantes do poder, os representantes, né. Nossos representantes no parlamento. Tínhamos ali o presidente do segundo maior partido da posição, que é o Filomeno Vieira Lopes tínhamos ali o Massanga Savimbi, que é deputado da Assembleia Nacional, tínhamos o Osvaldo Caolo, que é ativista e a Tânia de Carvalho, que é atualmente conselheira do Presidente da República, na área... acho que é da cultura, sim. Então, tentamos equilibrar. A Tânia é do MPLA. Trouxemos três elementos de partidos opostos, isto é: um representante da UNITA, outro do Bloco Democrático (BD), uma do MPLA e um elemento da sociedade civil, isso foi em 2021, e em 2022, tivemos alguns problemas, não só na nossa organização, mas em outros organizações também tiveram muitos problemas. Como o FAMA, não havíamos organizado nada em 2022, mas como MJpA, visto que o FAMA faz parte do MJpA, tivemos muitas e algumas atividades que em conjunto organizamos. Mas esse ano, em 2023, o FAMA recentemente, com a ajuda da Amnistia Internacional, porque agora tivemos uma pequena parceria com a Amnistia Internacional, organizamos uma

atividade recentemente, que é praticamente um letramento político, uma educação política com o tema: protestar e assumir a sua cidadania.

P: Até que ponto a participação na vida política é importante para os associados do FAMA, com vistas a mudança e transformação sociopolítica local?

R: Ah, tem um pequeno ditado que diz: bebê que não chora, não mama. Eu só queria dizer o que eu conheço, que se o FAMA não tiver uma participação política, vou lá particularizar, só mesmo lá no Malweka, para não falar de Angola toda. Se o FAMA não tiver uma participação política na sociedade, ou na comunidade em que ela se encontra, todos os problemas, que aquela comunidade tem, vão continuar a existir, porque não tem ninguém que responda, não tem ninguém que pressiona para que solucionem os mesmos problemas. É necessariamente que o FAMA, como representante do Malweka na sociedade civil, atua em todos os setores no seu bairro, sempre que tiver alguma coisa, sempre, quer dizer: não simplesmente ter coisas negativas, não. Quando tiver alguma coisa errada, o FAMA tem que atuar. E também o FAMA tem que educar. Por exemplo, nós temos alguns projetos de uma biblioteca comunitária. Essa biblioteca comunitária tem uma participação política dos elementos da nossa comunidade. Eles têm a liberdade de ler, de aprender. E também temos projetos desse canal, criar uma escola, uma pequena escola. Então é mais ou menos isso. Com essas atividades que a gente está aqui a pensar, nós temos tudo para uma transformação política local. Nós vamos transformar as pessoas. Transformar as pessoas como? Influenciando as pessoas. Por exemplo: eles têm visto a tua conduta e têm visto você atuar. E supomos que eles têm visto você na manifestação, e ele quer ir para a manifestação também. Então você, quando o educa politicamente do que é uma manifestação, de como é que é uma manifestação, você está fazendo uma transformação sociopolítica na tua comunidade. Então em suma, é praticamente isso.

P: Qual é o papel do FAMA na promoção da cultura política e do engajamento cívico para os jovens no bairro do Malweka, no que diz respeito à participação política?

R: Essa questão está interligada com outra questão. Quando o FAMA organiza palestras para informar, quando o FAMA realiza *spoken word* para informar, quando o FAMA organiza debates para informar então, tudo isso aqui é mais ou menos a resposta da pergunta que o mano acabou de fazer. E, por exemplo, quando a gente

sai, recentemente saímos da rua, informando as pessoas sobre algumas coisas, sobre alguns direitos deles. Também é mais ou menos a resposta da questão que foi colocada. Então, está tudo interligado.

P: Fale um pouco sobre as manifestações.

R: Ok. Antes de tudo, só para realçar para não confundir as coisas, precisamos saber mais ou menos o que é uma manifestação. A manifestação, em algumas palavras, é o ato de expor, apresentar, declarar, tornar visível e publicar. Manifestação é uma forma de cidadão expressar, para ouvidoria, seus anseios e angústias, dúvidas e opiniões. A manifestação é uma coisa muito grande. Nós não podemos simplesmente confundir manifestação e marcha. Tem uma diferença ali. As pessoas confundem muito manifestação e marcha. Como manifestação e marcha, o FAMA apenas organizou uma, que é da construção da Ponte do Malweka. A primeira que originou mesmo já o surgimento do FAMA. Mas, como manifestação, porque aqui diz que manifestação é declarar, tornar visível, publicar, para que você seja ouvido, as suas angústias, as suas opiniões, o FAMA já organizou muitas. Suponhamos os lives que a gente fazia sobre a Ponte. Aquilo é uma forma de se manifestar também. Quando a gente reclamava, mas não marchava, sobre uma determinada coisa, em frente a uma determinada instituição, aquilo também é manifestação. Então, como manifestação, eu acho que são muitas. Mas, marcha, manifestação com marcha, é apenas uma. Mas as outras manifestações com marchas no âmbito nacional, o FAMA participou. Vamos supor, aquela manifestação da morte de Inocêncio de Matos, o FAMA tinha assinantes. A manifestação que depois a polícia reprimiu, que foi sobre a impugnação das eleições. Porque a sociedade civil, alguma parte da sociedade civil estava para impugnar as eleições, porque já estava vista as manipulações das eleições. Tudo o que a gente está vivendo, a gente já apreciou. Eu, inclusive, em particular, eu era o subescritor da carta da manifestação e marcha para a impugnação das eleições. Mas, a representação de quem? Do FAMA. Quando o MNA, que era antigamente o MJpA, que é o Movimento de Jovens pelas Autarquias, mas passamos do Movimento de Jovens pelas Autarquias para o Movimento Nacional para as Autarquias, organizou marchas, o FAMA subscreveu, porque o FAMA é um dos cofundadores do antigo MJpA, que é o atual MNA. Então, o FAMA, como organização, já teve muitas manifestações. Mas com marcha, apenas uma. Mas em conjunto com outras organizações, o FAMA estava em quase 90% ou 95% das marchas em Angola. Por

que manifestação é o quê? Vamos supor que você está sendo injustiçado lá no seu trabalho. Você pode simplesmente reivindicar ali, é manifestação. Vamos supor, tem aqui um tipo de manifestação que é chamado de escracho. É o tipo de manifestação que as pessoas se concentram, diante de um determinado lugar, trabalho, não sei o que. Se você está sendo injustiçado, vamos supor que os trabalhadores estão a ser alvos de exploração. Se se juntarem lá e protestarem ali no trabalho, esse tipo de manifestação chama-se escracho. É manifestação. Ele simplesmente está lá no trabalho dele. Não está a manifestar contra o governo, não. Está a manifestar contra os dirigentes do serviço dele. E tem outra marcha, o passeata. É aquilo que muitos estão acostumados, o passeata. Vão caminhar juntos, vão caminhar para um determinado local, vão reivindicar, vão ler o manifesto e não sei o que, voltam. E tem aquela ali, tem outra marcha, tem outro tipo de manifestação que se chama piquete. Essa manifestação piquete, eu só vi isso no México. Pelo menos, eu só vi isso aqui ainda no México. Esse é um tipo de manifestação em que vocês bloqueiam o acesso a um local específico como a Via Pública. Eu vi no México uma Via Pública muito grande, uma Via Pública com muito acesso, com maior circulação. O que aconteceu? Eu encontrei... tinha mais de 50 caminhões. Eles fecharam a via toda. Durante dias. Aquela é uma forma de manifestação. Eles não saíram para marchar, não. É manifestação. Ficaram ali por dias, ninguém passava. Quer dizer: que parou tudo ali, parou tudo, ninguém passava. Até o governo dar solução ao problema. E também tem outro, protesto nu. Existe aquele que as feministas fazem. Vão marchar sem roupa. Tem aquele também, protesto sentado. Isso muitas das vezes nós já tentamos fazer. Vamos marchar até um determinado local. Vamos sentar-nos, vamos protestar sentado. Mas, a polícia depois vem com água. Vem lá, não sei o que, não sei o que. Então, existem vários tipos. Aqui mencionei pelo menos uns cinco. Que é o escracho, que é aquele ali que você pode manifestar no teu local de trabalho. Tem a passeata, a marcha passeata. Que é aquela que estamos acostumados a fazer. Que a gente confunde manifestação. Quando é manifestação, nós confundimos simplesmente com passeata. Também tem o piquete, que é o bloqueio de acesso. Tem o protesto nu, que é protestar sem roupa. E tem o protesto sentado, mais ou menos isso. Só para fechar, eu acho que já fizemos um resumo de quase tudo do próprio FAMA. O FAMA é uma organização da sociedade civil. O FAMA está ativo. O FAMA está em quase tudo. O FAMA é parceiro de todas as organizações da sociedade civil. As organizações como, suponhamos, a PLACA. o FAMA é PLACA, a PLACA é FAMA. A organização como o

MNA. MNA que é o Movimento Nacional pelas Autarquias. O FAMA faz parte do MNA. O FAMA está ali para opinar em tudo. O FAMA está ali para dar seu contributo em todos os problemas da sociedade angolana. Então, nós somos o FAMA, resistência, liberdade de voz. Muito obrigado.

Conversa realiza em, 29 de julho de 2023.

Anexo 2 – Conversa com um dos integrantes do FAMA

P: Fale um pouco sobre o FAMA.

R: O FAMA surge por causa da desigualdade social. E não só a desigualdade social, mas também por falta de atenção dos nossos governantes perante a "N" situações que nós vivemos cá no Malweka, não somente aqui, mais como no país em geral, vamos dizer. Então, era preciso, na nossa circunscrição, que houvesse alguém a falar sobre o país. Sobre as cenas sociais. Sobre aquilo que normalmente o governo tem que fazer para que haja desenvolvimento social, econômico e não só desenvolvimento daqui do bairro, também do país. Então, a falta, o próprio desemprego que nos motivou a fazer o ativismo. Depois, a Ponte do Malweka, a Ponte do Malweka havia desabado entretanto, ficou por aí dois anos. Ninguém interveio em nada. Então, nós pensamos, porque nós já fazíamos o ativismo de rua. Já participávamos em manifestações. Já liamos livros sobre a cidadania, sobre os direitos. Já liamos a Constituição, liamos sobre os direitos. Livros ligados à política. E aqui, pouco a pouco, a gente lia as cenas sociais. A sociologia, a filosofia. Essas cenas já liamos. E tínhamos que fazer alguma coisa. Então, um dia desses, fomos convidados. Um pessoal daqui de Malweka. Para a fundação da PLACA do Cazenga. PLACA Plataforma Cazenga em Ação. E participamos na fundação da organização PLACA. Logo que participamos, fizemos a primeira reunião. E depois, nós pusemos o nosso problema da Ponta. Nós temos a Ponta aí partida. Queremos levar uma ação até ao governo provincial para ver se pressionamos. E se eles conseguem fazer alguma coisa sobre aquela Ponta. Então, eu mais algumas pessoas procuramos fazer alguma coisa. Nos comunicamos. E aí a PLACA convidou-nos que haveria uma limpeza. Lá mesmo na nossa comunidade de Malweka. Então, nós falamos: não adianta, se nós estamos a fazer parte da PLACA enquanto nós também temos uma comunidade aqui. Podemos fazer alguma coisa. Então, nós nos reunimos para ver se pressionamos o governo para repor a Ponta. Aí começa a ideia de termos uma organização que é o FAMA. Então, nós nos reunimos. Falamos: quando é que podemos fazer uma petição para levar até o governo provincial. Fizemos a petição. Tudo aquilo aí. O FAMA ainda não existia. Fizemos aquela ação. Fizemos uma manifestação. De fronte à administração do Cazenga. Depois daquela manifestação, com sucesso, andamos de Malweka até a administração do Cazenga a pé. Mas foi sucesso mais de 100 ou 150

pessoas. Então, nós falamos: nós estamos a fazer uma ação benéfica. Vamos já organizar para ver se pressionamos algumas coisas que faltam na nossa comunidade. Tentamos. Penso que foi no dia 15 de novembro de 2019. Então, nos reunimos naquele dia com o propósito de criarmos a organização e a força ativa do Malweka.

P: O que você entende sobre a cultura política e engajamento cívico?

R: A educação sobre a cultura política em Angola hoje é uma realidade. Por causa de falta de governo que não atende, certas necessidades do povo. Falta de emprego e muitas coisas. As pessoas estão a tentar compreender que existe normalmente um sistema político que é governamental e tem que saciar as necessidades. Um ano atrás, dois anos atrás, três anos atrás, em específico, cinco anos atrás, falar de política e as pessoas sentarem e te ouvir era muito difícil. Mas, hoje a situação tem mudado. Eu estava fazendo filosofia. E houve uma curiosidade, intensa em mim de ler livros subversivos, aqueles livros que falavam sobre política. E me apaixonei por um livro, Servidão Voluntária de La Boétie. E desobediência civil de Thoreau. Não sei se você já lê este livro. Eu também li tantos artigos sobre o Gandhi, da desobediência civil. Então eu comecei a participar em algumas atividades revolucionárias, na qual falei com um amigo, eu penso que conheces. eu disse para ele, sabe o que? Nós estamos a viver, somos professores, demos aula. Mas sabe que o país não está nada no bom rumo. É preciso nós fazermos alguma coisa para ver se conseguimos mudar esse quadro. Pressionar o governo, conseguiremos mudar esse quadro. Disse: essas coisas são para eles! Vou te sugerir algumas leituras. Eu sei que você é engenheiro, mas se puderes ler a Constituição Nacional sobre direitos fundamentais, vais compreender que nós temos direito de fazer alguma coisa sobre o nosso país. O "brother" me olhou e disse: está bem, vou ler. Eu lhe disse: lê mesmo, e eu sei, os engenheiros não gostam muito de ler sobre os direitos, especificamente aqui em África. As pessoas acham que fazer engenharia é mesmo só matemática, física, química e acabou. As coisas sociais não têm nada a ver. E então eu disse, olha lá, nada mal. E o outro amigo também havia se encontrado com o "brother" na universidade, que faziam, quer dizer, rebelião através da falta dos laboratórios. Procuravam o reitor, aquela toda coisa. E havia um "brother" que estava junto ao outro, né... que também era muito envolvido em questões políticas. Nós também, aqui com outro meu amigo, fazíamos outras cenas, uma vez. Quando nós convocamos aquela cena aí, da limpeza o amigo que protestava na universidade, também, participou,

aquilo nos chamou muita atenção. Então, falamos: temos mais "brother" para nós darmos continuidade em cenas sociais. E já lá, o pessoal temia de falar sobre a política. Aqui mesmo no Malweka, as pessoas temiam de falar sobre a política. Mas nós falamos, vamos emancipar. É como Karl Marx diz: que só luta para a sua liberdade quem conhece as suas necessidades, e quem compreende a necessidade, tem aquela intenção de lutar pela liberdade. Mas, na verdade, embora ainda haja muitos que tentam ignorar falar de política, há uma faixa já muito elevada a falar. Mas, embora ainda tenham medo de participar em protestos, não é? Especificamente manifestações. Há ainda esse medo. E o medo por causa de quê? Por causa da repreensão policial. Então, as pessoas ainda não sabem que é preciso um sacrifício maior para termos um país mais próspero. E o que nos interessa às vezes é isso. Quando você fala com o pessoal, todo mundo está de acordo, todo mundo está contigo. Mas, no momento "H", o pessoal já não participa. De forma geral, o engajamento cívico está bem. Olha, engajamento cívico, nos 100%, 30% estão engajados. 30% estão engajados porque, embora que o número vai aumentando, mas, numa certa altura, era difícil falar de manifestação ou falar de cidadania em outras províncias (fora de Luanda) e nos subúrbios era difícil. Mas agora, as pessoas se identificam. Essa é uma atividade cívica. Eu tenho meu dever como cidadão. Então, eu tenho que fazer. Sim. Mas a faixa juvenil, o pessoal, o grupo que pensa dessa forma, que tem que se engajar, que a sua cidadania não termina apenas quando exerce o voto, vai crescendo. Hoje, as pessoas a questionam é como? Por exemplo, você encontra uma criança de 3, 4, 5, 6, 7 anos que falam normalmente que o país está mal. Então, você consegue notar que o pessoal está ganhando consciência cívica. Muito embora que não é de pé para mão, né? Há uma coisa... há muita gente que confunde a cidadania e a militância. E este é um grande problema. Confundir a cidadania e a militância. Alguns acham que, exercendo, a cidadania não se pode ser militante, muito embora é normal cidadão ser partidário. Ser militante de determinado partido. É normal que isso aconteça. Mas, as pessoas não conseguem separar isso. Eu acho que também é importante isso. Então, há esta coisa que quando nós, por exemplo, ativistas, tínhamos uma campanha que levávamos a cabo menos militância, mais cidadania. Para fazer perceber as pessoas que o seu direito de cidadania não está apenas ligado ao partido político. E ele não tem que exercer o direito de cidadania apenas quando chega o momento de voto, ser instrumento apenas para votar no partido A ou partido Y. Porque quando a cidade não está educada civicamente, nós

temos os governantes que temos, confundem o partido com o governo. E é a questão. Então eles confundem isso. No momento de concursos públicos, eles tendem a ser um pouquinho seletivos. Porque eles não conseguem entender, desde a tenra idade, o que é ser cidadão e o que é ser militante.

P: Como o FAMA articula a cultura política e engajamento cívico no Malweka?

R: Nós trabalhamos de uma forma muito complexa para já. Temos tido debates, workshop etc. Então, nós, nestes debates, temos temas ligados à questão de educação cívica, cultura política. Quer dizer, os temas virados a esse debate, palestras, é para ilustrar aos demais, que não é mal falar de política. Não é mal... Falar sobre um assunto que você acha que não está sendo muito bem tratado numa determinada comunidade. És cidadão, e, como cidadão nacional, você tem os direitos e esses direitos têm que ser defendidos.

P: Até que ponto a participação na vida política é importante para os associados do FAMA, com vista a mudança e transformação sociopolítica local?

R: Se você vê no estatuto do FAMA, um dos objetivos é mesmo participação social. E essa participação social está mais ligada a uma questão de direitos que o cidadão tem e os seus deveres. E aí, como é que ele tem que lidar com os políticos? Por que é que ele tem que ter cultura política? Por que é que ele tem que analisar as coisas que acontecem na sociedade e levá-lo a elite governamental? E ilustrar às pessoas qual é a ligação entre o governo e o cidadão. O que é que o governo tem que fazer? O que é que o cidadão tem que fazer? Nossas palestras e debates e workshops têm mais ou menos essa linhagem.

P: qual é o papel do FAMA na promoção da cultura política e do engajamento cívico para os jovens no bairro do Malweka, no que diz respeito à participação política?

R: No quadro das atividades do FAMA, já se realizou três manifestações. Uma manifestação de rua e duas manifestações de forma de petições. A primeira foi por causa da Ponte do Malweka. Eles corresponderam depois de fazermos as manifestações. Corresponderam com as nossas exigências. Embora que não da forma que nós queríamos. Porque nós pretendíamos uma Ponte definitiva e eles fizeram uma provisória. Que custou por aí 50 milhões de Kwanzas do cofre do Estado.

E nós ficávamos a reivindicar e procuramos cobrar do governo. Como é que foi gasto esse dinheiro? Na época, o administrador era o Albino da Conceição, ele tinha mesmo aquela simpatia de conversar conosco. É artista plástico, e também professor. Então ele tinha essa simpatia, conversamos normalmente, íamos lá, ele também vinha aqui. E aí ele explicou, 50 milhões, foi por causa disso e aquilo, entretanto existe sempre aquela troca de palavras. Mas não demorou, ele foi substituído por outro administrador, que estava lá agora. É, o malandro do Tomás Bica. Estava lá o Tomás Bica. E nós, no mandato desse Tomás Bica, havíamos enviado também uma outra carta. Na medida de conversarmos sobre a questão da Ponte definitiva, porque a provisória, segundo o administrador, era apenas seis meses. Mas fazendo uma Ponte de 50 milhões de Kwanzas por seis meses? Imagina só, como é que eles gastam dinheiro? E aí nós queríamos dar a conhecer ao Tomás Bica: que nós já temos um processo aqui sobre o caso da Ponte, queremos uma Ponte definitiva. Só que ele não respondeu a nossa carta, respondeu na rádio. A Ponte definitiva não estaria a mando deles, estaria a mando do administrador do Cacuaco. Tudo bem. Passou um tempinho que nós não falávamos mais nada da Ponte. Então eles vieram remover a Ponte provisória que esteve lá. E deram prazo. Removeram a Ponte provisória para construir uma Ponte definitiva. E nós escrevemos ao governador. O prazo que puseram para ter um término dessa mesma Ponte já ultrapassou. Porque eles começaram, cavaram, depois de cavar, abandonaram. Por dois meses. Nós falamos, escrevemos. Depois de escrever, continuaram de novo. Fizeram um de Betão, não sei lá o que. Pararam durante seis meses. Já não se mexia nada. Um dia vimos um empreiteiro. Fomos ter com ele e disse: não falo convosco, tenho que falar apenas com o administrador. Só falo com o administrador. Então vocês têm que ir cobrar o administrador. Escrevendo uma carta para o administrador. Fizemos uma petição ao administrador, ao governo provincial. E fizemos chegar também à secretaria presidencial. Então, são algumas das antigas. Só que nós fizemos de forma particular. Era aqui no FAMA. E sobre a água também. E estamos a levar a cabo agora a questão da água potável. Já temos a carta que aqui a nada vamos deixar ao ministro da água. E aí, posteriormente, ao governo provincial. Depois as administrações, governo provincial e a presidência. Neste sentido, as nossas ações são autofinanciadas. Nós teríamos algum financiamento antes, mas não tivemos por que a PLACA barrava algumas cenas. Mas agora nós, através do outro membro, que também é membro da PLACA, que era contra algumas ações, conseguimos, nessa atividade que realizaremos no sábado,

conseguimos, embora pouco, a Amnistia Internacional é que vai financiar a nossa atividade. Já não vamos tirar dos nossos bolsos como antes fazíamos. É por intermédio da representante da Amnistia internacional na África Subsaariana que nós recebemos o convite através da Laurinda Gouveia, que é uma ativista também que era para participar do encontro com o tema: “proteger o protesto”. Ela disse que precisa de pessoal que vai levar uma campanha sobre o protesto na sua comunidade, se tiver alguma coisa a fazer, ela vai fazer alguma coisa também para essa organização, no caso, um pequeno financiamento. Ela deu essa possibilidade, e nós pensamos num projeto. O projeto tem a ver com a educação cívica e eleitoral. Educação cívica sobre o direito de protesto. A gente sofre grandes abusos. O não conhecer a lei, o não saber como protestar quando injustiçado. Por exemplo, os mototáxis, todos os dias, são obrigados e a deixar 1.200 Kwanzas a 1.500 Kwanzas a polícia. Cada volta que ele dá, ele vai e quando volta, deixa 100 Kwanzas. Quer dizer: de duas viagens que faz, é obrigatório, ele dar um valor a polícia. Se for agente regulador de trânsito, são 500 Kwanzas. Não são apenas os mototáxis, também os taxistas ou seja, transporte alternativo. Então, a intenção é falar mais com esse pessoal. Para ver se participam nesse encontro e eles conseguem normalmente, ter a noção de como protestar, né... Quando tiver, por exemplo, a ser injustiçado sobre uma determinada coisa, ele está legalmente pode protestar. Tem lugares que nós lá vamos identificar que podem levar o seu protesto a incriminar mesmo essa polícia de corrupção para poderem parar com essa manobra. Então, eles já gastam o dinheiro de pegar tudo. Já está muito caro. Porque tu tens que pagar, a polícia? Você paga a conta do patrão e da gasolina em si e depois, a polícia, quanto é que vai restar a família para comer em casa? Então, nós estamos a levar essa atividade na medida de poder elevar essas situações. E não só eles, né? Aqui estamos, por exemplo, a meses faltando água. A atividade é para todos, a ideia é mostrar que não é só o ativista que deve levar uma ação social. No mais, deixar evidente que um grupo de cidadão, mesmo não sendo de ativistas, podem demandar uma necessidade de que o governo tem que saciar. E se não sacia, então podem fazer o protesto. Na medida de poder apresentar ao governo as reais situações que normalmente se encontram. Esse é o normalmente o objetivo dessa mesma palestra. Temos palestrante que é filósofo, além de ser filósofo, ele é também ativista social. Então vai conseguir trazer o conceito de educação cívica, de protesto na perspectiva filosófica e também na perspectiva de ativista social. Outrossim, temos também um politólogo, está aí para poder nos ilustrar,

politicamente, como é que isso deve funcionar. Como é que as instituições têm de reagir perante a “N” situações na qual o indivíduo estará engajado para exercer a sua cidadania. Então é essa perspectiva também incentivar mais pessoas a lerem a Constituição para estarem mais envolvidas.

P: Fale um pouco sobre as manifestações.

R: Nas manifestações nacionais, o FAMA começou a participar em manifestações nacionais. No ano de 2019, quando foi fundado. Participamos na manifestação do desemprego, da implementação das autarquias e sobre a educação. Saúde também. E, posteriormente, tivemos que participar a outra manifestação sobre propina not (refere-se não pagar mensalidades nas universidades públicas). Então, desde 2019, o FAMA tem participado em várias manifestações. O FAMA tem estado lá. Ainda me lembro uma manifestação que foi morto o Inocêncio de Matos. Nós estivemos lá. Os membros do FAMA partilharam o mesmo lugar com o Inocêncio. Na qual até o nosso panfleto, que estava lá escrito FAMA foi levado pela polícia. E o Inocêncio morreu ao lado de três membros do FAMA. Assistiram mesmo a forma que o policial apertou o gatilho. Ela apertou o gatilho. Ele apertou para dar o tiro no chão. E se esqueceu que aquilo era pavimentado. E tinha lá o alcatrão. Era difícil perfurar. E aí... Tocou o Inocêncio. Era meu sobrinho de lado e o Inocêncio de outro lado e mais três membros do FAMA.

Conversa realizada em, 28 de junho de 2023.

Anexo 3 – Conversa com um dos integrantes do FAMA

P: Fale um pouco sobre o FAMA.

R: O FAMA, na verdade, foi fundada em 2017 a 2018, e a fundação do mesmo foi num contexto em que a sociedade angolana esteve muito frustrada, em função dos resultados eleitorais. Perdeu-se a crença nos partidos políticos, e os jovens em si despertaram, no seu interior, a vontade de fazer coisas sem que estivessem muito dependentes daquilo que é a ação dos partidos políticos. Então, o FAMA surge, tal como muitas outras organizações, como a PLACA, o AGIR e outras ainda mais, no sentido de catapultar a comunidade, dar voz à comunidade, e também ser um instrumento de luta para servir aquilo que são os interesses da comunidade. Tudo quanto faltasse na comunidade do Malweka e outras partes do bairro Malweka, tem o FAMA como representante legal na luta por aqueles problemas. Um dos pontos fundamentais que deu muito impacto naquilo que é a ação do FAMA, foi na verdade, a questão da Ponte, a Ponte do Malweka. A Ponte foi usada, naquele contexto, em 2017, como um instrumento de luta, como uma ponte, como dizemos o tema do trabalho, como uma ponte para que os governantes se apercebessem das dificuldades que o Malweka passava e tendo ainda em conta que o Malweka, a Ponte em si, servia como um elemento que ligava dois municípios diretamente, que é o Cazenga e Cacuaco. Então, O Fama levou a cabo essa luta, em 2017, e, graças à intervenção de todos os manos do FAMA [...], e com a intervenção da Plataforma Cazenga em Ação, a PLACA, conseguimos ter um impacto na construção, na identificação de uma Ponte nova. Infelizmente, a Ponte desabou e começou uma nova construção, uma Ponte definitiva, que teremos daqui a nada. O FAMA é uma organização apartidária. E, que, independentemente do que tem feito, conta muito com o contributo dos seus membros. São os membros que, normalmente, levam a cabo todas as ações cívicas, sem nenhum apoio partidário. E também custaria muito ter um apoio institucional de outras organizações, tendo em conta a sua luta cívica, que, até o momento, travamos mesmo, não queremos a questão legal, porque a questão legal, muitas vezes, limita aquilo que são as iniciativas comunitárias. Estamos firmes naquilo que é a luta. Outro elemento, muito importante, além da questão da Ponte, é importante que nós instituímos a ação do FAMA como um instrumento de

elevação da consciência cívica. O FAMA eleva a consciência cívica. E não vou alongar muito nessa questão, porque tem uma outra questão.

P: O que você entende sobre a cultura política e engajamento cívico?

R: Muito bem, nós olhamos a cultura política com todos os valores, todos os manifestos, todos os instrumentos que visam a elevação da consciência cívica de uma determinada comunidade. E esses valores estão intrinsecamente ligados à questão política, à política como uma ação governativa. O FAMA tem servido como um instrumento positivo de transformação da mentalidade comunitária. Também tem servido como um elemento bastante importante naquilo que é a consciencialização da sociedade, em função das suas ações, em função dos valores que transmite na sociedade e em função também da intervenção que faz para com o governo, para que responda as questões que envolvem ou que afetam diretamente a comunidade. O engajamento cívico, vamos dizer como: o grau de participação do FAMA, dos membros do FAMA, para com a resolução de um determinado problema. E esses dois elementos, cultura política e engajamento cívico, vamos falar que estão muito bem-casados quando nós olhamos o FAMA na sua estrutura, na sua composição e também no nível de ação que leva a cabo ao nível da sua comunidade. Nós falávamos da questão da Ponte e vamos ter que citar também outros elementos, como a questão das reivindicações que os membros do FAMA fizeram, juntamente com a comunidade, para que se colocasse ou eletrificasse a comunidade, a questão de distribuição de água potável e outros bens sociais. São todos esses elementos que juntados, nós conseguimos ver uma espécie de engajamento cívico no meio da comunidade. E não só. Quando nós falamos das reivindicações que o FAMA leva a cabo, vamos ver que numa comunidade como Malweka, que vive muitos problemas, desde o acesso à educação, ver que o Malweka não tem uma escola pública, local, olhamos as reivindicações que fazem para que o acesso à saúde, Malweka não tem nenhum hospital de referência, não tem nenhum centro médico público, as reivindicações que o FAMA faz para um ambiente de qualidade, é mais fácil destruir-se plantas, árvores no Malweka, do que plantar-se novas plantas, faço aqui o pleonasmo, vamos ver que tudo isso aqui junto eleva a consciência das pessoas para que se reivindiquem o bom e o melhor para a comunidade. E hoje em dia não é somente os membros do FAMA que fazem isso, já conseguimos notar também a presença de pessoas alheias ao FAMA, que são certos munícipes. E que às vezes perguntam para nós por que razão

que já não reivindicamos para essas coisas? Por que razão que não fazemos isso ou aquilo? Então, as ações que o FAMA levou a cabo durante esse tempo impulsionou a comunidade para que tomasse consciência daquilo que é seu, por direito. Falamos da questão de água, do ensino, da educação. É sofrido saber que existem crianças que, para ter acesso à educação, tem que se deslocar mais de 50 quilômetros ou 150 quilômetros, é muito. Esse trajeto todo é muito distante. É isso. Você vê que evolvendo tanto tempo, esses problemas persistem. É aí que, se não investir em pessoas como nós, na comunidade, essa comunidade simplesmente vai continuar a padecer dos mesmos problemas. É importante que pessoas como vocês também, que estão na academia, nós também estamos, especialmente vocês que estão na academia, levem estudos do gênero para que as pessoas percebam que existem jovens que, independentemente das dificuldades que passam, porque nós também estamos sujeitos a isso, simplesmente pretendem contribuir positivamente para a sua sociedade, para a sua comunidade. E ainda mais, num contexto em que nós estamos carentes de referências nas comunidades, vendo jovens membros do FAMA simplesmente munidos de um sentimento empático para com as pessoas, persistem levando a cabo esse tipo de situações, apesar de todos os bloqueios tanto institucionais, bloqueios profissionais, familiares que existem. Esse tem sido um contributo muito importante. E outro elemento, na questão do engajamento cívico, olha, o FAMA, a maioria dos membros do FAMA estão situados do lado do Cazenga. E nas últimas eleições, em agosto do ano passado, é o Cazenga que começou com a reivindicação de a fixação das atas sínteses ao nível das assembleias eleitorais (de votos). Então, se nós fizermos um paralelo, uma ligação entre as cidades, vamos ver que o Cazenga e o Malweka em particular as suas ações de engajamento cívico têm servido como um impulso para que as pessoas tomem consciência daquilo que são os seus direitos e os meios mais legais e pacíficos de reivindicar pelos mesmos. E a Malweka foi excelente nesse sentido. É o Malweka que começou com o movimento não saia da sua assembleia, vamos reivindicar pela fixação das atas sínteses. Então, isso é um nível de consciência muito elevado e numa comunidade diferente como Malweka, saber que se deu esse passo positivo é de louvar.

P: Como o FAMA articula a cultura política e engajamento cívico no Malweka?

R: Como respondemos anteriormente, o FAMA como uma organização do Sociedade Civil angolana, apartidária, sem fins de recursos, que tem como objetivo a elevação

da consciência cívica e tem como valores a cidadania, a democracia, a participativa. Enfim, o FAMA é um instrumento importante de luta na resolução dos mais diferentes problemas que afetam a comunidade e serve como ponte para a resolução destes mesmos problemas, junto das instituições. É a voz da comunidade, sem ele a comunidade não se expressa, não é ouvida e os seus problemas não são resolvidos. Teve uma atuação muito significativa, importante e engajada nos últimos anos, sobretudo no ano passado, atuando nas eleições, por ter servido como um instrumento importante na consciencialização das pessoas em torno da reivindicação por um processo eleitoral justo, livre, honesto e que condissessem com a realidade dos resultados eleitorais. O FAMA também exerceu um papel importante nas eleições passadas porque foi um instrumento de consciencialização, de potencialização e de luta que a comunidade, os eleitores usaram para a reivindicação em torno da fixação das atas sínteses em determinadas assembleias eleitorais locais. O FAMA é ainda, como dissemos, um interlocutório válido entre a comunidade e as instituições, instituições governamentais, políticas, sociais e outras e é por meio do FAMA que os problemas que o Malweka vive são conhecidos por parte de quem detém o poder político. O FAMA é ainda uma organização que muito fez, muito faz e também esteve na base de muitos projetos sociais, de muitas reivindicações cívicas e coletivas como no caso das manifestações e a sua atuação também vai e continua a ser positiva em torno do processo de alteração da lei da reunião e manifestação cujas recomendações, conforme dissemos, dão entrada amanhã ou na quarta-feira que se avizinha. E a base de muitos problemas internamente ou ao nível da comunidade fruto, digamos, fruto de um nível de não satisfação de condições sociais como acesso à escola, falo das escolas públicas, acesso a hospitais públicos, acesso a centro de formação profissional ao nível do Malweka mas, mesmo com esses bloqueios todos, tem resistido porque a resistência é uma necessidade humana.

P: Até que ponto a participação na vida política é importante para os associados do FAMA, com vistas a mudança e transformação sociopolítica local?

R: Muito bem, eu compreendo a questão. Todos os problemas por que passamos no Malweka não se resolvem com inércia. Não se resolvem se não agirmos. É necessário que haja uma ação. E essa ação, quando dirigida às instituições certas, que são as instituições que têm a responsabilidade e têm a tarefa de responder pelos problemas da comunidade são importantes. Porque somente quando nós participamos nos

assuntos que dizem respeito a todos nós, quando participamos da política é que conseguimos ver transformações não apenas no âmbito pessoal mas também transformações que lidam diretamente com as demais pessoas. Participar na vida pública é um mecanismo que nós usamos para chamar a atenção das pessoas em particular e do governo no geral para que respondam às demandas da comunidade. Nós falávamos há pouco tempo, o Malweka é um bairro que vive carente de quase tudo. É um bairro que até o momento contínua de difícil acesso. É um bairro que até o momento também sofre muitos estereótipos sociais muitas discriminações sociais. E se os membros do Malweka não participarem na vida pública com vista à mudança desse quadro todo sombrio, pintado à volta da comunidade esses problemas vão persistir no tempo, vão permanecer no tempo. Então, somente participando, somente intervindo com vista a influenciar as políticas públicas, com vista a influenciar para um bom mecanismo de tomar decisão voltada à comunidade é que nós podemos ver umas mudanças positivas que aspiramos para a comunidade. E se nós não participarmos, então é o meio caminho andado para que os nossos filhos, nossos irmãos, familiares amigos e demais conhecidos e desconhecidos continuam a viver os mesmos problemas que já se prolongam há um tempo. A participação política para nós entendemos como um instrumento positivo de influência nas políticas públicas, bem como nas tomadas de decisão. Se não participarmos, não saberemos como canalizar as nossas reivindicações. Então, enquanto nós participamos para que mudemos o quadro todo.

P: qual é o papel do FAMA na promoção da cultura política e do engajamento cívico para os jovens no bairro do Malweka, no que diz respeito à participação política?

R: O papel do FAMA aqui, vamos entender como mediador. O FAMA é o mediador. É o interlocutor válido na sociedade para que fale em torno dos problemas do Malweka. Mesmo ao nível das instituições, sempre que há alguma auscultação pública em torno do distrito do Kima Kieza, em que o Malweka faz parte, sendo assim, os membro do FAMA são convidados para que participem nesses encontros. Então é o mediador, é o interlocutor válido entre a comunidade e o governo. Ao nível também das instituições, os partidos políticos sempre que tiverem que fazer alguma ação no Malweka, convidam membros do FAMA. Então há esse respeito, há essa consideração, há essa elevação do FAMA como mediador, como interlocutor, para que

os demais problemas que o Malweka passa e que talvez essas instituições não conheçam, usam o FAMA como instrumento de validação, como instrumento de passagem dos problemas que todos vivemos. Então é o mediador. Estamos crescendo no FAMA como mediador do Malweka, junto das instituições e junto também da comunidade. Porque mesmo a comunidade, quando passa dificuldades, perguntam-nos: é como? Aquela questão que nós levantamos, não tem resposta até hoje, como é que nós podemos agir? Então, há essa consideração da parte da comunidade que, de certa forma, nos confere certa legitimidade para que nós reivindiquemos, nós falemos com bastante propriedade em todos os assuntos da nossa comunidade. Então, tanto a comunidade como as instituições têm-nos nesse sentido. E quem confere legitimidade é o povo. A legitimidade não tem um aspecto legal, não tem uma ligação legal. A legitimidade vem da aceitação da maior parte da coletividade. Nós temos isso até o momento. Há duas diferenças nesse sentido, porque a Comissão de Moradores, normalmente, no contexto em que nos encontramos, tem ligação partidária e o FAMA não tem. E outra diferença é que a Comissão de Moradores é composta por pessoas ligadas ao MPLA. O MPLA, atualmente, atingiu um nível de recorde de rejeição que faz com que as pessoas não vão mais a esses locais, a esses espaços reivindicarias por coisas. Porque sabem que de lá não se obtém nada. Do nada não se recebe nada. Então, a Comissão perde, por um lado, em relação ao FAMA, porque o FAMA tem a aceitação do povo. E as Comissões de Moradores, hoje, em Angola, não é só no Malweka, é em Angola, perderam esses espaços, essas aceitações que tinham no passado. No passado muito recente.

P: Fale um pouco sobre as manifestações.

R: Em relação às manifestações em que o FAMA vem participando no âmbito nacional, o FAMA tem uma dimensão nacional também. Isso que fica aqui claro, tem uma dimensão nacional. Em que sentido? O que nos diminui, entre aspas, é apenas o nome. Mas, nós fizemos o esforço de colocarmos em “Angola”, ou seja, Forças Ativas do Malweka em Angola, para que nos ligue a nação toda. Os problemas que Angola vive são transversais. Os problemas de Malweka você encontra no Cunene, você encontra em Benguela. Angola vive quase os mesmos problemas. A incompetência que se verifica em Luanda, no Malweka, você vai verificar também em outros espaços do país. Então, reduzir essa ação somente ao nível do Malweka, nós vimos que seria

incompreensível. E estávamos a nos colocar em uma dimensão diminuta. Em relação às manifestações, o FAMA participou em quase todas as manifestações que decorreram de 2017 até hoje. Os membros do FAMA […], foram os proponentes da marcha sobre desemprego. É um projeto que vai retomar recentemente, vai retomar daqui a nada. Foram os proponentes do projeto de desemprego. As ações de manifestações de rua que mais impacto tiveram ao nível do país nos últimos 10 anos, são as marchas contra o desemprego. Nessas marchas, nós conseguimos obrigar o governo angolano a produzir documentos. Documentos que falassem do desemprego, dos mecanismos de resolução da taxa tão elevada de desemprego. A influência foi enorme. Com a marcha, sempre deixamos claro, nos últimos tempos, as marchas levadas a cabo, é mesmo para derrubar o MPLA. Com essas marchas de desemprego, em 2019, esteve-se quase a atingir esse propósito. Chegamos a escassos metros do Palácio Presidencial e fontes ligadas ao Poder Político de Angola nos confidenciaram de que o João Lourenço teve que sair com a família, teve que fugir com a família. Então, estivemos quase. O FAMA também, além das marchas contra o desemprego, é um dos mentores da criação dos encontros nacionais de ativistas. São encontros que têm servido como um espaço de reflexão, um espaço de troca de experiências, um espaço de partilha de conhecimentos, de estratégias entre os ativistas de toda Angola. O último encontro que aconteceu no ano passado, em Moxico, não tivemos um representante local, ao nível local não tivemos como enviar, devido ao nosso engajamento em todas as eleições, mas recebemos todos os documentos produzidos neste mesmo encontro. Então, as manifestações que se realizam em Angola têm contado sempre com a participação do FAMA. Sim, eu dizia que neste momento existe uma discussão sobre a lei 16/91, que é a lei que regula o exercício da liberdade de manifestação e reunião em Angola. Esta lei está desfocada, está desatualizada e até fere os princípios da Constituição. É assim que o Grupo Parlamentar da UNITA, no ano passado, solicitou por parte da Assembleia um projeto de lei no sentido de alterar esta... No mês passado, nós, enquanto membros do FAMA, da PLACA, recebemos uma formação promovida pela Amnistia Internacional, em que um dos pontos saídos desta formação, no quadro das recomendações, foi também lutarmos, engajarmo-nos para que revogasse-se a lei anterior, uma vez que choca com a Constituição e tem servido em muitas situações para que se desconvoquem, não se aceitem determinadas manifestações no país. O governo usa aquela lei para não permitir a realização de manifestações. Então, solicitamos encontros com o Grupo

Parlamentar e desse encontro, da UNITA, nos foi apresentada a proposta que eles tinham, mas estava engavetada. E, é assim que eles, em função dessa nossa intervenção, acharam por bem fazermos uma espécie de coligação de ações, uma vez que os interesses conjugavam, no sentido de pressionarmos a Assembleia para que discutissem a revogação da Lei nº 16/91. Felizmente, sob defeito, a Assembleia pronunciou-se nos prazos dados por nós e esteve à discussão. A primeira sessão, na especialidade, ocorreu no dia 15 de maio de 2023. E nessa discussão, nós achamos por bem, enquanto cidadãos residentes, também tínhamos que levar a cabo essa mesma discussão fora dos espaços privilegiados como Assembleia. Era importante que a comunidade também se apercebesse do que realmente se passa, quais são as razões que fazem com que se reivindique a lei anterior, quais são os pontos que são convergentes entre as pautas dos cidadãos e os partidos políticos. Também os pontos que são divergentes, assim como é que nós podemos contribuir para o melhoramento dessa lei, porque essa lei tem sido vista como um dos nossos instrumentos de luta. É assim que se realizou o encontro no sábado passado ao nível do FAMA. O encontro no sábado foi muito bom, apesar de nós termos registado a participação mais baixa dos nossos últimos encontros. Normalmente chegam até 100 pessoas a 150. Nesta tivemos apenas um número não muito superior a 60. Então, apesar de ter registado um número muito abaixo daquilo que é a nossa média de participantes, foi bom porque conseguimos notar a presença de pessoas muito jovens interessadas em discutir o país e uma presença feminina muito elevada, diferentemente do que acontecia nas vezes passadas. Tivemos muitas mulheres em relação completamente aos homens. Foi interessante o encontro no sábado, porque no final, as mais velhas chamaram-nos, conversamos e partilhamos ideias de como é que nós até podíamos agir em conformidade com as ações que eles também querem desenvolver no município. Então, o encontro foi também uma espécie de ponte no relacionamento das relações entre o FAMA, a comunidade e os dados parlamentares. Tinha lá um deputado e ativistas ligados a outras comunidades. Tínhamos a Laurinda, o Geraldo, a Joyce e a própria Suria. Então, foi um encontro privilegiado nesse aspecto, porque serviu como um mecanismo em que as pessoas não só estavam lá para ouvir, mas também fizeram recomendações em que nós, amanhã ou depois de amanhã, levaríamos à Assembleia. Ou seja, as recomendações saíram naquele encontro e nós levaríamos à Assembleia com vista a enriquecermos o quadro que se quer alterar, a Lei nº 16/91,

que se quer alterar. E vai ser mais um contributo do FAMA, não só nas lutas de rua, mas também na elevação da consciência da pessoa angolana.

Conversa realizada em, 3 de julho de 2023.